

VANETE DUTRA SANTANA

**LOBATO E OS CARRASCOS CIVILIZADOS
CONSTRUÇÃO DE BRASILIDADE VIA REESCRITURA DE
WARHAFTIGE HISTORIA, DE HANS STADEN**

Tese apresentada ao curso de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Zink Bolognini
Co-orientador: Prof. Dr. Berthold Zilly

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL -
Unicamp

Sa59L

Santana, Vanete Dutra.

Lobato e os carrascos civilizados : construção de brasilidade via reescritura de *Warhaftige Historia*, de Hans Staden / Vanete Dutra Santana. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador: Carmen Zink Bolognini.

Co-orientador: Berthold Zilly.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Monteiro Lobato - Crítica e interpretação. 2. Staden, Hans, ca.1525-ca.1576 - Crítica e interpretação. 3. Ave-Lallemant, Robert, 1812-1884. 4. Eurocentrismo. 5. Desconstrução. I. Bolognini, Carmen Zink. II. Zilly, Berthold. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

oe/iel

Título em inglês: Lobato and the civilized hangmen – the building of Brazility through the rewi of rewriting Hans Staden´s *Warhaftige Historia*.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Monteiro Lobato - Criticism and interpretation; Staden, Hans, ca.1525-ca.1576 - Criticism and interpretation; Avé-Lallemant, Robert, 1812-1884; Eurocentrism; Deconstruction.

Área de concentração: Teoria, Prática e Ensino da Tradução.

Titulação: Doutor em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini (orientadora), Profa. Dra. Celeste Ribeiro de Souza, Prof. Dr. Lauro José da Cunha, Profa. Dra. Ruth Bohunowsky e Profa. Dra. Zelina Beato.

Data da defesa: 24/05/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

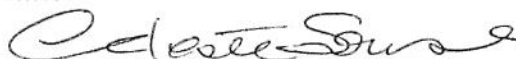
BANCA EXAMINADORA:



Carmen Zink Bolognini (matr. 060666)
Presidente



Ruth Bohunovsky
Membro



Celeste Henriques Marquês Ribeiro de Sousa
Membro



Lauro José da Cunha
Membro



Zelina Márcia Pereira Beato
Membro

Carmen Zink Bolognini

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Profa. Dra. Celeste Ribeiro de Souza

Prof. Dr. Lauro José da Cunha

Profa. Dra. Ruth Bohunowsky

Profa. Dra. Zelina Márcia Pereira Beato

Aos criadores –

Deus e meus pais: Moura e Antônio

AGRADECIMENTOS

à Carmen,
pelo incentivo constante e apoio incondicional,

ao Berthold Zilly,
por ter tornado Berlim menos estrangeira para mim e por sua disposição a me ajudar sempre que necessário.

Agradeço também...

ao Paulo Franchetti,
eterno amigo e professor, que acompanha meus passos desde os primeiros anos da graduação e que fez parte da banca de qualificação da tese;

ao Paulo Ottoni (*in memoriam*),
meu orientador durante o mestrado, por fazer parte dessa história e por ter despertado em mim o interesse pelos estudos de tradução;

ao Antônio Arnoni Prado,
pela amizade e apoio ao longo dos últimos anos;

à Rosemary Arrojo,
por te me introduzido nos estudos pós-coloniais;

à Marisa Lajolo,
pela inspiração, orientação na primeira qualificação fora de área e participação na banca de qualificação da tese;

à Elza Taeko Do e ao José Carlos,
pelas orientações na segunda qualificação fora de área;

à Profa. Celeste Ribeiro de Souza e ao Prof. Lauro José da Cunha,
por sua participação na banca de defesa e por suas críticas tão construtivas e enriquecedoras sugestões;

à Ruth e à Zelina,
pelo companheirismo ao longo dos anos de pós-graduação, pela participação na banca de defesa da tese e pelas críticas e sugestões igualmente construtivas e enriquecedoras;

ao Guillermo e ao Francisco, com especial carinho,

pela amizade e apoio desde o início do mestrado – infelizmente, circunstâncias fora de nosso controle impediram que vocês estivessem na banca de defesa... pena;

ao Márcio Seligmann e ao Thomas Johnen,
que contribuíram para que o sonho da Alemanha se tornasse possível;

ao Dr. Franz Obermeier, especialista em Hans Staden,
pelas preciosas informações e companheirismo;

aos meus colegas e integrantes do grupo de pesquisa “Relações institucionalmente determinadas: história e ideologia”,
pelas sugestões;

à minha família, especialmente mamãe,
por cuidar de tudo que eu não pude cuidar enquanto me dedicava à tese;

ao Augusto, à Mailde, à Andréa Rosa, à Adriana Vieira, ao Iury, à Daniélla e ao Edécio, ao Giocondo, ao Max e à Luciana, ao Antônio Henriques, à Tânia, ao Matthias Müller, à Gina e à Leila,
amigos que, cada qual a seu modo, ajudaram-me nestes últimos cinco anos;

ao Danilo, ao Aristeu, ao Juliano F., ao Juliano C., ao Victor, ao Anderson, ao Wendel, ao Hans, ao Francis, ao Valter, à Maria, ao Leo, ao Andrey, ao Mateus, à Adriana, ao Alireza, ao Marcos, à Renata Ruf, ao Manfred e ao Jacky Geleyns,
novos amigos que o destino se encarregou de colocar ao meu lado na Alemanha;

à Rosaly, à Ticiania, à Heliene, ao Gert e ao David Schidlowsky,
pelas portas e braços abertos com que sempre me receberam em Berlim;

ao Georg Dezmann,
por tornar minha vida mais feliz e completa.,
a seus pais, Maria e Peter,
por me apresentarem uma Alemanha familiar e aconchegante;

aos funcionários da Biblioteca do IEL, da Secretaria de Pós-graduação, do Centro de Documentação “Alexandre Eulálio” e do Setor de Informática
– especialmente à Cidinha, à Rose, ao Cláudio, ao Haroldo e ao Jéferson;

à FU-Berlin (Frei Universität-Berlin) e ao LAI (Lateinamerika-Institut),
pelo gentil acolhimento;

à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior),
pela bolsa de doutorado-sanduíche em Berlim, e

ao DAAD (Deutscher Akademischer Austausch Dienst),
pelo curso de alemão em Leipzig.

Às margens do Neckar

Nas águas gélidas do Neckar quatro patos nadam.
Eu os observo em seu plácido movimento
e me pergunto o que sabem da vida...
como sabem para onde ir...
o que os aguardará sob a Alleenbrücke...

Volto-me para trás, na direção da ponte, para seguir ainda um pouco seu destino.
Sobre o branco da neve surpreendo meus passos errantes
e então os pensamentos não formulados que povoaram minha mente se concretizam.
Para onde vou... O que me aguardará sob as próximas pontes... ..

Volto-me novamente para o Neckar.
Uma multidão de patos desliza suavemente sobre o cristal líquido
e então percebo que aqueles quatro aparentemente solitários patos não estavam sozinhos.

O sol brilha.
As poucas folhas das árvores continuam a cair, lentamente.
As águas seguem seu curso...
crianças brincam na outra margem...
pessoas passam por mim...
e a vida segue seu curso...

(Vanete, Tübingen, Silvester/2000)

RESUMO

Até recentemente, parece ter sido natural a representação das culturas de regiões periféricas como um refletor das idéias forjadas na cultura dominante, a européia. Assim, o que foi produzido pelos europeus sobre a América Latina tem sido considerado verdade absoluta, como a imagem criada por Hans Staden, aventureiro alemão do século XVI, sobre o Brasil em seu livro *Warhaftige Historia* (Verdadeira história), e reforçada pelo viajante alemão do século XIX Robert Avé-Lallemant em sua adaptação *Hans Staden von Homberg bei den brasilienischen Wilden oder die Macht des Glaubens und Betens* (Hans Staden, de Homberg, com os selvagens brasileiros ou o poder da fé e da oração).

Uma vez que Staden afirmou estar contando a verdadeira história de um país de selvagens nus e canibais chamado Brasil, não só a região à qual se referia, mas todo o país que ela viria a compor, passou a ser representado – inclusive no imaginário nacional atual – como uma terra exótica, onde cobras e selvagens enfeitados com penas se misturam pelas ruas, sem se questionar o objeto das observações de Staden. O Brasil, ou o que podemos chamar Brasil, é uma criação do século XIX, portanto o que Staden falou a respeito das terras onde esteve na segunda metade do século XVI só pode servir para se referir àquelas terras e naquela época, quando não havia nem unidade territorial, nem cultural, nem autonomia política que pudesse caracterizar o que chamamos Brasil. Porém, a despeito de a contestação do eurocentrismo ser um fenômeno pós-moderno, já havia no Brasil do início do século XX uma *intelligentisia* disposta a contestar o modelo eurocêntrico de representação de nosso país. Um caso exemplar dessa contestação pode ser encontrado na adaptação que Monteiro Lobato, intelectual e empreendedor, fez do livro de Staden ao desconstruir a imagem do bom-europeu apresentando a verdadeira história de Staden a partir da perspectiva de integrantes da tribo tupinambá (tribo de índios que habitava o litoral da região sudeste do atual Brasil e da qual Staden foi prisioneiro). De herói branco – imagem auto-construída e reforçada ao longo de séculos –, Staden passa a ser apresentado por Lobato como um covarde que só escapou de ser devorado em um ritual antropofágico por chorar e implorar a seu Deus que salvasse sua vida.

Considerando esse *corpus* e tendo como pano de fundo suas condições de produção, procuramos demonstrar como as relações inter-culturais entre Brasil e Europa foram recontextualizadas pelo escritor brasileiro, abrindo espaço para o questionamento das idéias eurocêntricas e para uma reflexão nacional – brasileira – sobre si próprio – o brasileiro – e seu país – o Brasil –, no sentido de construir uma identidade brasileira.

Nosso objetivo específico foi mostrar como o interesse de Lobato ao recontar a história de Staden a partir de sua perspectiva não-eurocêntrica, desconstruindo a imagem do bom-europeu e valorizando a cultura indígena, faria parte de um projeto maior, relacionado à sua atuação no mercado editorial e na política, que teria por finalidade construir uma certa brasilidade por meio da absorção não passiva (adaptação aos interesses locais) da cultura universal – algo semelhante ao que Goethe e os românticos alemães fizeram visando à construção da germanidade (*Deutschheit*).

Como abordamos a construção de identidade a partir de uma perspectiva lingüística e como a língua é um dos elementos fundamentais da cultura, estendemo-nos a outros temas, tais como o processo de formação da língua portuguesa falada no Brasil e da nação brasileira, considerando os grupos raciais, culturais e lingüísticos que a compuseram, bem como alguns aspectos históricos, políticos e econômicos envolvidos.

SUMMARY

Until recently, the representation of non-mainstream religious cultures has been natural as a reflection of the ideas forged in the dominate culture, European. In this way, what was produced by the Europeans about Latin America was considered to be the absolute truth, like the image created by Hans Staden, 16th century German adventurer, about Brazil in his book *Warhaftige Historia* (True History), and reinforced by the 19th century German traveler Robert Avé-Lallemant in his adaption *Hans Staden von Homberg bei den brasilienischen Wilden oder die Macht des Glaubens und Betens* (Hans Staden, de Homberg, with savage Brazilians or the power of faith and prayer).

Once Staden claimed that he was telling the true story of a country of naked savages and cannibals called Brazil, not just referring to the region, but the whole country that it comprises, it started to be represented – including in the modern national imagination – as an exotic land, where snakes and decorated savages with feathers walk through the streets, without even questioning themselves about the observations of Staden. Brazil, or what we can call Brazil, is a 19th century creation, however what Staden said about the lands where he was in the second half of the 16th century can only serve to describe the lands and in that time, when there wasn't even territorial or cultural unity nor political autonomy that could characterize what we call Brazil. However, despite the argument that eurocentrism is a post-modern phenomenon, there had already been an *intelligentsia*, in Brazil in the 19th century ready to contest the Eurocentric model of representation of our country. An excellent example of this argument can be found in the adaption that Monteiro Lobato, intellectual and entrepreneur, which he did to Staden's book by deconstructing the image of the good-European presenting a true history of Staden from the perspective of members from the Tupinambá tribe (Indian tribe that inhabited the southeastern coast of modern-day Brazil and of whom he was prisoner). Of the white hero – a self-constructed image and reinforced throughout the centuries –, Staden became presented by Lobato as a coward that escaped being devoured in an anthropological ritual by crying and begging to his God to save his life.

Considering this *corpus* and having these conditions of production as a background, we are trying to demonstrate how the intercultural relations between Brazil and Europe were recontextualized by the Brazilian writer, opening space for the questioning of Eurocentric ideas and for national reflection – Brazilian – about himself- the Brazilian – and his country – Brazil –, with the intention of constructing a Brazilian identity.

Our specific objective was to show how Lobato's interest, by telling the history from a non-eurocentric perspective, deconstructing the image of the good-European and valuing indigenous culture, would be part of a larger project, related to the publishing market and in policy, that would have the final purpose of constructing a certain Brazilianity by means of non-passive abortion (adaption to local interests) of universal culture – something similar to that which Goethe and the romantic Germans did envisioning the construction of Germanity (*Deutschheit*).

Having touched upon the construction of identity from a linguistic perspective and as language is one of the fundamental elements of the culture, we branched out to other themes, such as the process of the formation of the Portuguese language as it is spoken in Brazil and of the Brazilian nation, considering racial, cultural and linguist groups, the compose it, along with some historical, political and involved economic aspects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – Vocês não imaginam o que é o Brasil das palmeiras e dos sabiás.....	25
I <i>Hy Brasil</i> , a Terra Prometida.....	26
II Brasil, uma nação em gestação.....	32
III A língua brasileira.....	40
IV A invenção do Brasil.....	53
CAPÍTULO II – Nunca aprenderemos a articular uma linguagem de todos.....	67
I Lobato e o vício da tradução.....	68
II Tradução como (sobre)vida.....	77
CAPÍTULO III – Hans Staden: o bom-europeu.....	99
I Staden e sua Verdadeira História.....	100
II Staden, autoridade sobre o Brasil?.....	124
III Quem são os selvagens, afinal? – Desmitificando o bom-europeu.....	133
IV Aí vem a nossa comida! – Staden, mártir renascentista.....	143
CAPÍTULO IV – Pelo menos já se pode dizer que temos uma maneira tipicamente brasileira de descascar laranjas.....	153
I De <i>Teutoburg</i> -Alemanha à Ilha de São Brandão-Brasil.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Às vezes é preciso pôr um mar no meio para ver as coisas de perto.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
ANEXO I – Algumas traduções, adaptações e revisões de tradução de Lobato.....	190
ANEXO II – Publicações de Monteiro Lobato.....	192
ANEXO III – Edições de <i>Warhaftige Historia</i> , de Hans Staden até 1941.....	193

INTRODUÇÃO

Retomando a história da colonização das Américas, encontramos no fim do século XV duas futuras potências européias que se voltavam para um objetivo comum – descobrir um caminho alternativo para as Índias, evitando o Mediterrâneo, dominado pelos árabes. Neste intento, Portugal e Espanha chegam a um território desconhecido pelos europeus daquela época e o dividem entre si, iniciando sua colonização algumas décadas mais tarde, já no século XVI.

O termo *colônia*, que veio do latim para o português e espanhol, tinha inicialmente o sentido de herdade, propriedade rural (cf. Faria, 1962, p. 206), e foi como propriedade das duas potências que o Novo Mundo foi tratado, ignorando-se que suas terras não eram nem novas nem desabitadas. Seus ocupantes nativos, os índios – assim denominados por europeus que acreditaram estar na Índia –, foram desapropriados. Logo, o que os europeus chamaram de colonização pode ser melhor definido como usurpação e exploração, estabelecendo-se, desde o início, a assimetria de relação entre os europeus colonizadores e os nativos colonizados. Tal relação garantiu a anulação e, em alguns casos, a completa destruição de culturas autóctones, uma vez que colonizar, para aqueles europeus, significou escravizar os nativos e exterminar os que não pudessem ser escravizados. Descobrimento, por sua vez, significou dominação.

Um século depois, ingleses, franceses e holandeses também se sentiram no direito de usurpar as terras dos chamados índios. Encontramos, então, as Américas divididas entre colônia penal (o Brasil, desde o início da colonização, e a Guiana Francesa), colônia de exploração (o Brasil, a partir de 1530, e toda a América Hispânica e demais Guianas) e colônia de povoamento (Estados Unidos e Canadá) – o que, de certa forma e guardadas as

devidas proporções, deu origem a uma particularidade que essas duas ex-colônias apresentam atualmente: ambas integram o bloco dos países centrais, dominado pelos próprios EUA.

No fim do século XIX, tem início uma nova onda de colonização em que alemães, belgas, italianos e ingleses se uniram aos antigos usurpadores para explorar a África e a Austrália. Ao longo do século XX, russos e japoneses invadiram a Coreia, China, várias regiões da Ásia e outras ilhas do Pacífico e os Estados Unidos se lançaram sobre Cuba, Havaí, Filipinas, Haiti, República Dominicana, Ilhas Virgens e Porto Rico. Com o neocolonialismo, os interesses, o modo de organização política, social e econômica, o pensamento, as línguas, os costumes e os tabus ocidentais foram impostos ao restante do mundo em uma escala sem precedentes, só superada pela atual globalização. Nos casos em que não houve o apagamento por completo das culturas locais, a assimilação da cultura ocidental se deu em diferentes níveis, resultando em nações híbridas, cujo grau de hibridismo e miscigenação variou conforme os interesses dos colonizadores e seu nível de interação com as colônias.

Nesses 500 anos de história do Novo Mundo – 500 anos para a Europa, lembremos –, não apenas os marcos históricos dos europeus e sua localização geográfica, mas também sua cultura, têm sido impostos ao restante do mundo como referência. Este fenômeno é denominado por Jacques Derrida como eurocentrismo – conjunto de crenças, disseminadas pela colonização, que pregam a superioridade do ocidental (o europeu e, por extensão, o norte-americano dos EUA e Canadá) e de tudo que a ele se refere (cf. Robinson, 1997, p. 117). Porém, por mais universalizante que o eurocentrismo pretendesse ser, houve espaço na própria Europa para o nascimento de pensadores como Friedrich Nietzsche, Karl Marx, Louis Althusser, Michel Foucault e tantos outros, que, de alguma

forma, contestaram o modelo eurocêntrico.

Também nas ex-colônias, sobretudo nas últimas décadas do século XX, encontra-se uma série de pensadores, escritores, tradutores e pesquisadores de áreas multidisciplinares, tais como Carlos Fuentes, Octavio Paz, Jorge Luis Borges, Haroldo de Campos, Rosemary Arrojo e Homi K. Bhabha, cujos trabalhos revelam um dos postulados básicos do pós-estruturalismo: as entidades essenciais – a superioridade essencial do europeu, por exemplo – são ilusórias; efeitos de discurso que só existem porque existem grupos sociais que acreditam neles e falam sobre eles como se fossem concretos e estáveis (cf. Robinson, 1997, p. 19). Em seus trabalhos, constata-se certa mudança de perspectiva dos colonizados em relação a si próprios.

Na Índia, Gyan Prakash, em seu artigo “Writing Post-orientalism Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography”¹, publicado em 1990, contesta a concepção da Índia do século XIX como uma nação incapaz de refletir sobre si mesma, uma nação “infantil” em relação às nações européias, já “adultas”. Tal artigo é considerado inaugural não apenas do indocentrismo ou nacionalismo indiano, mas também dos estudos pós-coloniais, que vieram a substituir a valorização dos mitos históricos indianos, empreendida pelos indocêntricos, pela revisão da historiografia indiana por meio de uma tentativa de explicar seu passado e presente a partir de perspectivas marxistas e, em outra vertente, pós-estruturalistas (cf. *ibid.*, p. 18-19).

Essa nova visão das ex-colônias sobre si próprias implicou, porém, um paradoxo, conforme observação de Douglas Robinson: para a Índia transformar sua identidade, no

¹ Prakash, Gyan. “Writing Post-orientalism Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography”. In: *Comparative Study of Society and History*, 32 (2), 1990, p. 383-408.

² Chakrabarty, Dipesh. “Post-coloniality and the Artifice of History: Who Speaks for ‘Indian’ Pasts?”. In: *Representations* 37. (Winter). 1992. p. 1-26.

sentido de deixar de apresentar as características de colônia a ela atribuídas pelos europeus, teria que se tornar moderna, o que implica se ocidentalizar. Uma proposta de ocidentalização aparece em 1992, no artigo “Post-coloniality and the Artifice of History: Who Speaks for ‘Indian’ Pasts?”², publicado por Dipesh Chakrabarty, demonstrando sua percepção de que a única maneira de se escrever uma história indiana da Índia seria se colocando imaginariamente na posição do europeu. Daí a conclusão de Robinson de que, para manifestar uma visão própria de si, uma ex-colônia precisaria assimilar o colonizador – até porque ele a constitui, acrescentemos. Tal processo pode ser ilustrado pela prática de vários escritores que não se submetem ao modelo eurocêntrico, mas se utilizam do que a cultura ocidental oferece para criar sua própria cultura. Neste processo, alguns transformaram a prática da tradução em um ato político na medida em que ela integra seus projetos de independência enquanto tentativas de se libertar do estrangeiro por meio de sua assimilação.

Um caso bastante particular é o de Jacques Brault, escritor franco-canadense³. Em sua obra *Poèmes des Quatre Côtés*⁴, um livro de poemas entremeados por textos em prosa que explicam o que ele chama de processo de não-tradução, encontra-se um modelo de produção literária que tem a tradução como ponto de partida. Seus poemas – traduções de poemas de língua inglesa cujos títulos e autoria não são revelados – ilustram a teoria pós-estruturalista. A esta teoria, subjaz uma série de idéias que contribuem para a formação de sua concepção de tradução como um processo exemplar de confronto entre duas realidades culturais ao qual não cabe encontrar uma verdade absoluta. Seu trabalho apresenta uma

³ Embora o Canadá componha o bloco dos países centrais, o Quebec é classificado como uma periferia doméstica, uma vez que mantém cultura minoritária em relação à região de língua inglesa, detentora do poder econômico.

⁴ Brault, Jacques. *Poèmes des Quatre Côtés*. Quebec: Editions du Noroit, 1975.

alternativa para o enriquecimento da literatura nacional por meio da assimilação do estrangeiro, sem qualquer resquício de submissão ou servidão à cultura que se supõe dominante (cf. Simon, 1999, p. 61), demonstrando que essa assimilação não se dá de forma passiva, destituída de senso crítico e interesses ideológicos, subserviente, ingênua, enfim. Ao contrário, Brault parece ter feito boa leitura da cartilha dos rebelados antropófagos, especialmente do convite de Oswald de Andrade sintetizado em seu *Manifesto*⁵ no célebre parágrafo “Tupi, or not tupi that is the question”. Ou seja, tal como Oswald, Brault canibaliza o estrangeiro.

Nesse contexto em que a tradução aparece como alimento para culturas locais, temas como o desejo do poder sobre o texto, a estabilidade de seus significados e a relação assimétrica entre textos traduzidos e originais se tornam fundamentais.

De acordo com Arrojo, o desejo do poder, o desejo de posse que o escritor do texto de partida conservaria sobre sua obra, é extensível ao tradutor, que também manifestaria o desejo de se apropriar da obra que traduz e, inclusive, da imagem de seu escritor, recriando-a a partir de seus interesses. A concretização de seu desejo, no entanto, seria frustrada pela lei de direitos autorais, alerta-nos a pesquisadora ao nos remeter ao conto *Der Bau*, de Franz Kafka⁶, em que o protagonista, um animal indeterminado, tenta construir para si um abrigo inviolável. Segundo ela, essa atitude metaforizaria a concepção tradicional que se tem do autor – alguém que se entrega à construção de um texto que pressupõe inviolável e cuja autoria detém. O tradutor, por outro lado, seria metaforizado pelo protagonista do

⁵ A primeira apresentação pública do “Manifesto Antropófago” (ou “Manifesto Antropofágico”) foi feita por Oswald de Andrade a seus amigos, em sua casa, em 1928 e a primeira publicação foi feita na *Revista de Antropofagia*. São Paulo, No. 1, Ano 1, maio de 1928.

⁶ Kafka, Franz. *Der Bau* (A construção), 1923-1924.

conto *O tradutor cleptomaniaco*, de Dezsö Kosztolányi⁷, o qual rouba pertences das personagens do conto que traduz e até elementos do cenário (cf. Arrojo, 1997, p.5-24).

A pressuposta estabilidade dos significados, por sua vez, representaria, ainda segundo Arrojo, uma forma de assegurar a autoria do texto e a existência de significados estanques que, uma vez identificados, serviriam para aferir o grau de fidelidade da tradução ao texto de partida. Ao questionar a estabilidade dos significados, referindo-se à linguagem como fundamentalmente retórica e, portanto, incapaz de revelar significados estáveis, ela conclui que o desejo de que o significado seja estável tem implicações para a tradução enquanto transformação marcada pelos interesses e circunstâncias do tradutor. A variação dos significados seria, pois, uma consequência da diferença de interpretação que se dá entre diferentes comunidades. Como a interferência do tradutor é também inerente a qualquer atividade de reescritura e como não há possibilidade de equivalência perfeita entre línguas, sistemas e culturas, conclui-se que a noção de fidelidade não tem sentido.

O próprio nascimento do conceito de originalidade no campo literário coincide com o início da expansão colonial, época em que se estabelecem as relações entre metrópole e colônia, explorador e explorado, original e cópia-imitação-tradução-reescritura, conforme demonstram Susan Bassnett e Harish Trivedi em suas pesquisas sobre metáforas de tradução (cf. 1999, p. 1-18). Assim, dentro de uma perspectiva essencialista, a tradução estaria para original da mesma forma que a colônia está para a metrópole. Ambas, tradução e colônia, poderiam, então, ser descritas como cópias imperfeitas que devem se igualar e ser fiéis ao modelo padrão – a metrópole, o original. O jogo de relações que se estabelece a partir de então é assimétrico, cabendo à metrópole ditar as regras.

⁷ Kosztolányi, Dezsö. “O tradutor cleptomaniaco”. In: *O tradutor cleptomaniaco e outras histórias de Kornél Esti* (trad.: Ladislao Szabo). Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p. 07-10.

Ao analisar artigos de Hélène Cixous⁸, coordenadora do projeto de tradução das obras de Clarice Lispector para o francês, Arrojo exemplifica esse tipo de relação assimétrica demonstrando que a tradutora francesa teria assumido a postura de detentora da verdade sobre a escritora brasileira e suas obras e que essa verdade seria fruto de uma leitura pautada por sua própria ideologia – a postura feminista atribuída a Lispector seria um reflexo de Cixous; esta, sim, feminista. Para Arrojo, a tradutora teria se sentido no direito de se apropriar, ainda que em nome de uma suposta fidelidade, da obra e da imagem de uma escritora até então desconhecida nos países centrais, por apresentar condição cultural privilegiada, tendo se formado e exercido sua profissão na França (cf. Arrojo, 1999, p. 144).

Esse caso se presta também a exemplificar outro tema central nas pesquisas pós-coloniais sobre tradução – a manipulação das obras literárias praticada no ato da tradução. Tal manipulação acaba por invalidar as noções mais tradicionais que se tem formulado sobre tradução, entre elas a de que a tarefa do tradutor se resume à mera transposição de significados da língua de partida para a língua de chegada, sem qualquer interferência ideológica. Conseqüentemente, invalida a noção segundo a qual o tradutor seria um profissional destituído de tendência ideológica e que poderia, portanto, atuar de modo invisível, tal que o resultado de seu trabalho não apresentasse qualquer marca de sua individualidade/identidade.

Um dos exemplos mais flagrantes que comprova o contrário talvez se encontre na manipulação de excertos da Bíblia praticada pelos jesuítas a serviço da colonização dos

⁸ “Le rire the la Méduse”. *L’arc* 6, 1975, p. 39-54; “L’approche de Clarice Lispector”. *Poetic* 40, 1979 p. 408-19; *Vivre l’orange / To live the orange*. Paris: Des Femmes, 1979; *Illa*. Paris: Des Femmes, 1980 e “Extrême Fidélité”, *Travessia* 14, 1987, p. 20-31.

tagalos⁹ pelos espanhóis no século XVI. O sucesso da colonização dependeu da tradução dos textos bíblicos tal que justificassem a submissão ao Senhor. Segundo Vicente Rafael (1988), os missionários espanhóis pregavam que, se os nativos se convertessem, passariam a prescindir da tradução, pois iriam para o Paraíso, onde tudo já fora traduzido. Porém, estando ainda no plano material, deveriam se servir dela para converter seu povo, valendo-se, por vezes, da apropriação do discurso cristão, que passavam a reproduzir em sua própria língua.

A disseminação da fé católica, pois é apresentada por Rafael como justificativa, no plano religioso, para a ação dos missionários espanhóis. No plano econômico, porém, sua explicação é outra – era preciso domesticar os nativos e fazer com que se submetessem à metrópole sem resistência. Neste sentido, os missionários – colonizadores/usurpadores – passaram a atuar como intermediários entre Deus e os tagalos, ocupando duas posições simultaneamente: a de criaturas submissas a Deus, nivelando-se aos demais mortais, e a de conhecedores das leis divinas, entre as quais figurava a obrigatoriedade de disseminá-las e assegurar seu cumprimento por parte daqueles que estivessem sob seus cuidados. Como se colocavam, enquanto criaturas de Deus, na posição de escravos – “realmente nós todos somos escravos do Senhor Deus” (Rafael, 1988, p. 167) –, a escravidão foi apresentada aos nativos como inerente à condição humana e pré-requisito para alcançar, após a morte, um mundo onde finalmente a igualdade entre os homens seria possível. Ademais, não haveria outra opção além da escravidão, pois aquele que não se submetesse a Deus estaria servindo ao Demônio e sofreria a punição eterna, queimando no inferno. Portanto, se os tagalos quisessem ir para o Paraíso, precisariam obedecer às leis de Deus, detidas pelos espanhóis. Do ponto de vista político e econômico, a conversão era, pois, necessária para assegurar a

⁹ Povo nativo da região de Manila, atual capital das Filipinas.

submissão. Como se tratava de uma questão de fé, de confiança no discurso dos missionários, este tinha que ser bem formulado e bastante persuasivo. Assim, toda a base da colonização se resumiu a uma criação lingüística expressa por um discurso que precisava ser traduzido – e traduzido convenientemente – para ser disseminado.

Considerando o conceito de colonização a partir dessa visão que o despe de suas boas intenções cristãs, é de se supor que os povos colonizados se rebelassem, quando possível, contra a imposição da cultura ocidental ou assumissem certo caráter antropofágico – com a imposição de língua, hábitos e valores diferentes dos seus e não podendo substituir passivamente os seus pelos estrangeiros, restava-lhes assimilá-los, mas à sua maneira. Considerando as atividades de reescritura nesse contexto, o processo de assimilação parece, também, legítimo.

Assimilação seria, pois, um outro nome para manipulação, utilizado quando o manipulador emerge das ex-colônias, donde se conclui que a manipulação dos textos que traduz não é privilégio dos tradutores oriundos de culturas dominantes; a ascensão do tradutor sobre os textos independe de sua origem e da origem dos textos. Daí a tradução poder ser classificada nas abordagens pós-coloniais como um tipo de escrita pós-colonial definida; uma produção literária originária de nações que foram colonizadas e cuja principal característica é a inter- e multiculturalidade. Tanto que Maria Tymoczko (1999) defende a aproximação entre tradução e produção textual em ex-colônias – que ela chama de escrita pós-colonial –, ressaltando que há vários pontos de confluência entre elas, dentre os quais se encontra o fato de que a transposição de gêneros literários, formas, provérbios e metáforas da cultura de partida é um problema tanto para tradutores quanto para escritores pós-coloniais, uma vez que ambos precisam transpor para os padrões do público alvo elementos que não lhes são familiares (cf. Tymoczko, 1999, p. 20-21).

Sherry Simon, por exemplo, encontra na análise da assimetria e na prática da assimilação a raiz de novos modos – implícitos – de criação literária na produção pós-colonial e uma fonte explícita de inspiração para várias formas do que ela classifica como escrita fronteiriça, em referência às obras de escritores franco-fônicos canadenses – além do já citado Brault, que lhe oferece elementos para o questionamento da existência de significados absolutos, há Nicole Brossard e Daniel Gagnon. Simon se vale do livro *Le désert mauve*¹⁰, de Brossard, para revelar a tradutora como um agente independente, responsável por dar vida à obra de um outro autor. Já os livros *La fille à marier*¹¹ e *The marriageable daughter*¹², uma mesma história escrita em francês e inglês por Gagnon, são usados por Simon para demonstrar a inexistência de parâmetros extraformais¹³ para distinguir texto de partida de texto de chegada (cf. Simon, 1999, p. 69).

Assim, tradução e produção textual em ex-colônias estariam num mesmo patamar, sendo a linha que as separa bastante tênue. Tal como a escrita pós-colonial, a tradução seria, então, uma modalidade de reescritura – processo que envolve recriação e ao qual o reescritor imprime sua marca pessoal, orientado por sua tendência ideológica, poética e pela submissão ao sistema de patronagem¹⁴, da mesma forma que o escritor do texto de partida e o tradutor.

¹⁰ Brossard, Nicole. *Le désert mauve*. Montreal: L'Hexagone, 1987.

¹¹ Gagnon, Daniel. *La fille à marier*. Montreal: Editions Leméac, 1985.

¹² Gagnon, Daniel. *The marriageable daughter*. Toronto: Coach House Press, 1989.

¹³ Empregamos o termo extraformais em oposição a formais, que seriam a explicitação dos nomes do autor e do tradutor e as datas de publicação do texto de partida e do texto de chegada. Para mais detalhes sobre este tema, pode-se consultar Santana, 2001.

¹⁴ Segundo definição de Lefevre, patronagem seria: “algo como os poderes (pessoas, instituições) que podem promover ou impedir a leitura, a escrita e a reescrita da literatura. (...) A Patronagem pode ser exercida por pessoas, tal como os Médici, Mecenas, ou Luís XIV, e também por grupos de pessoas, uma corporação religiosa, um partido político, uma classe social, uma corte real, o mercado editorial e, por último, mas não menos importante, a mídia escrita e, sobretudo, televisiva. Os patrocinadores tentam regular a relação entre o sistema literário e os demais sistemas, que, juntos, constroem uma sociedade, uma cultura.” (Lefevre, 1992, p. 15). Obs.: este e os demais excertos traduzidos cujo tradutor não for especificado nas Referências Bibliográficas são traduções nossas.

Uma vez apontadas tais relações entre manipulação, assimilação, tradução, escrita pós-colonial e reescritura e dada a vasta quantidade de casos em que tais relações estão presentes analisados no âmbito dos estudos pós-coloniais fora do Brasil, parece-nos interessante averiguar sua ocorrência no contexto brasileiro. Outro fato que despertou nosso interesse é a presença entre nossos intelectuais de um escritor bastante peculiar, uma vez que foi ao mesmo tempo editor, tradutor e revisor de tradução, além de ter exercido importante papel no cenário político nacional: Monteiro Lobato inaugurou sua Companhia Editora Nacional, em 1925, com a publicação de *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*¹⁵, um clássico da literatura de viajantes do século XVI, e, em 1927, publicou *Aventuras de Hans Staden*, sua adaptação para a literatura infantil da história de Staden. A narradora é D. Benta, avó de Lúcia e Pedrinho, personagens que vivem no Sítio do Pica-pau Amarelo, onde se passam as histórias que compõem sua extensa obra literária infantil.

A partir do cotejo dessas três obras – *Warhaftige Historia*, *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* e *Aventuras de Hans Staden* –, considerando o contexto em que foram publicadas e suas condições de produção, pretendemos detectar e analisar interferências sobre a obra e a imagem de Staden empreendidas por Lobato, bem como averiguar que interesses teriam norteado tais interferências. Assim, no primeiro capítulo, traçamos um histórico sobre o nascimento do Brasil, relacionando-o, sobretudo, com o discurso fundador de Staden e os esforços na área de política lingüística e literária dos escritores brasileiros do fim do século XIX para a formação de uma nação brasileira. No segundo, apresentamos o conceito de tradução de Lobato e seu envolvimento com a atividade de reescritor e revisor de tradução. No terceiro, apresentamos Staden e sua obra, *Warhaftige Historia*. Além disso,

¹⁵ Classificado por ele próprio como ordenação literária da primeira parte do livro de Hans Staden *Warhaftige Historia* (Verdadeira história). Mais detalhes são apresentados na Nota 34.

cotejamos sua versão alemã, editada por Andréas Kolbe, com a ordenação literária de Lobato e analisamos duas de suas versões – a empreendida por Lobato, no início do século XX, e a empreendida por Robert Avé-Lallemant, na Alemanha do fim do século XIX. Por fim, no quarto capítulo, retomamos a concepção de tradução de Lobato e a relacionamos à dos românticos alemães e de Johann Wolfgang von Goethe, destacando a importância que a tradução pode assumir na construção de identidade nacional e os objetivos que teriam determinado as leituras que Lobato faz da obra de Staden – segundo nossa perspectiva, igualmente marcada por nossas tendências e interesses.

CAPÍTULO I

VOCÊS NÃO IMAGINAM O QUE É O BRASIL DAS PALMEIRAS E DOS SABIÁS

Os dois argentinos ficaram admirados ao ver-me descascar laranja em espiral, como fazemos no Brasil, e não aos gomos, como parece ser o costume em outros lugares. Tentam e não conseguem. Obrigaram-me a descascar umas cinco laranjas e riram, divertidos. Acham que sou um artista, pela perfeita linha espiralada da casca. Sinto-me orgulhoso: pelo menos já pode-se dizer que existe uma maneira tipicamente brasileira de... descascar laranjas. (Trevisan, 1994, p. 239)

I. *Hy Brasil*, a Terra Prometida

Interessa-nos, inicialmente, traçarmos um histórico sobre o nascimento do Brasil, relacionando-o, sobretudo, com o discurso fundador de Staden e os esforços na área de política lingüística e literária dos escritores brasileiros do fim do século XIX para a formação de uma nação brasileira. Para tanto, retrocederemos ao século XIV, a partir de quando já se podia ver na cartografia europeia algumas variações para o nome Brasil, entre as quais Ilha do Brasil, Ilha de São Brandão, Brasil de São Brandão e *Hy Brasil*. Esta seria uma ilha flutuante que desaparecia misteriosamente do horizonte dos navegadores. Nela se ambienta a lenda celta *Peregrinatio Sancti Brandani*, datada do século IX, escrita em latim, que conta a história de São Brandão. Ele teria nascido na Irlanda em 460 e aos 105 anos de idade se lançou ao oceano, com sua companhia de monges, para propagar o cristianismo, indo parar em *Hy Brasil*. Este nome predominou nos mapas e globos entre 1351 e 1721. Muitas expedições a procuraram ao longo dos séculos. A última de que se tem notícia foi organizada em 1624 (cf. Bueno, 2003, p. 36), exatamente quando Salvador foi invadida pela *West Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais), a qual, 12 anos depois, empregou Johann Moritz von Nassau-Siegen (Maurício de Nassau) como governador geral do Brasil Holandês.

Menos de duas décadas antes, a colônia americana de Portugal teria sido presenteada à França em troca do apoio de Catarina de Médici a D. Antônio, que lutava contra a incorporação de Portugal à Coroa Espanhola. Já em 1503, porém, os franceses haviam aportado no sul do futuro Brasil, estabelecendo contato comercial com os carijós. De fato, até 1548, o litoral do território que viria a constituir o Brasil fora mais visitado por bretões e normandos do que por portugueses. Piratas de Rouen, Dieppe e Saint-Malo

supriam a demanda de corante vermelho da indústria têxtil francesa com o pau-brasil retirado com o auxílio dos índios tamoios, potiguaras e kaetés, além dos carijós. Seu contato amistoso com os nativos propiciaria as sucessivas tentativas de tomada de posse da terra, com a formação da França Antártica (1510-1575), na Ilha de Serigipe, na Baía de Guanabara, em frente à atual cidade do Rio de Janeiro, e França Equinocial (1594-1615), na Ilha de São Luís, no Maranhão. Entre os colonizadores, estavam católicos e huguenotes, aos quais fora oferecida a liberdade religiosa. O território que se estende entre os atuais estados do Rio Grande do Norte e Santa Catarina¹⁶, ou seja, praticamente todo o litoral da América Portuguesa, encontrava-se em mãos estrangeiras (não portuguesas).

Foi a primeira tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa que levou D. João III a iniciar a colonização de suas possessões na América, enviando Martim Afonso de Souza. Não haveria, pois, mais razões para continuar procurando *Hy Brasil*. Em 1624, a ilha da bem-aventurança¹⁷ já se encontrava ocupada por exploradores, catequistas e escravos: donatários das capitanias hereditárias, governos gerais, bandeirantes (1600-1630), piratas franceses, normandos, bretões, ingleses e holandeses, aventureiros alemães, religiosos franciscanos (desde 1500), jesuítas (desde 1549), carmelitas (desde 1580), beneditinos (desde 1581), capuchinhos (desde 1584) e escravos da Guiné e da Angola (desde os anos quarenta do século XVI). Encontrava-se, também, povoada por várias nações indígenas, entre as quais a tupi-guarani, que, quinze séculos antes que os portugueses, ocupara o futuro Brasil, coincidentemente em busca da Terra sem Males a que aludia sua religião (cf. Clastres, 1975).

¹⁶ Região batizada provavelmente por Binot Paulmier de Gonneville em homenagem a sua rainha.

¹⁷ O vocábulo *brasil* viria de *bress*, vocábulo celta para *abençoar*, que também deu origem a *to bless*, em inglês.

¹⁸ Comerciante e navegador que comandou uma expedição francesa ao sul do Brasil em 1503, a qual teria aportado a Ilha de São Francisco do Sul.

A interação entre os nativos e europeus, porém, não se daria em via de mão-única. O navio da frota de Cabral que voltou a Portugal levando a notícia do achamento do Brasil levou, também, um índio. Quando retornou à França, em 1504, Binot Paulmier de Gonneville¹⁸ levou o filho de um líder carijó. Muitos outros nativos o seguiram a Paris, Rouen e Dieppe até os franceses serem expulsos, em 1560, aproximadamente. Em primeiro de outubro de 1550, no que foi considerada a primeira festa brasileira de que se tem notícia no Velho Mundo, em uma das ilhas do Sena em Rouen, cinquenta tupinambás e vários europeus fantasiados de índio encenaram o cotidiano dos indígenas para uma platéia composta por reis, rainhas e nobres de toda a Europa Ocidental. O contato com os indígenas, diretamente ou mediado por relatos, levou o homem ocidental à concepção de um estereótipo dos índios. Esses relatos, tão logo publicados, tornavam-se *best-sellers*. O primeiro deles, *Mundus Novus*, as cartas de Américo Vespúcio sobre o futuro Brasil, onde estivera em 1501 e 1503, teria inspirado *A Utopia* (1516), de Thomas Morus. Também se pode encontrar ecos de *Dos Canibais*, em que Michel de Montaigne contrasta a vida selvagem com os malefícios da civilização, em John Locke, Benedictus Espinosa, Baron de Montesquieu, Denis Diderot e Jean-Jacques Rousseau. Essa possível influência dos costumes indígenas, considerados primitivos e ingênuos, sobre o mundo europeu, que se auto-intitula civilizado, é estendida por Cassiano Ricardo até o século XX. Segundo ele, a admiração dos intelectuais do Velho Mundo pela liberdade e justiça que encontravam na dita civilização primitiva teria inspirado, ainda que indiretamente, Karl Marx e Lênin (cf. Ricardo, 1963, p. 198).

O reconhecimento da repercussão dos hábitos indígenas na intelectualidade européia deu origem à tese de Afonso Arinos de Mello Franco de que a Revolução Francesa teria

sido inspirada na liberdade, fraternidade e igualdade constatadas entre os selvagens nus (cf. *ibid.*, p. 207), inicialmente apresentados por Hans Staden em seu *Warhaftige Historia*, cuja primeira publicação data de 1557.

Poucas foram as vozes que se levantaram contra o mito do bom-selvagem. Apenas William Shakespeare, em *A tempestade* (1610/1611), por meio de seu personagem Caliban, e Voltaire, em *Candide* (1759). Na leitura canônica da expressão bom-selvagem, ainda hoje ressoa a voz da maioria. Como explicar, então, o paradoxo gerado pela comparação desta leitura com a auto-representação dos europeus, frente aos indígenas, como seres superiores – usam roupas, são monogâmicos e, mais importante que qualquer outra definição, são filhos de Deus –? Os índios, como ironiza o próprio Montaigne, “não usam calças!” (apud Bueno, 2003, p. 24). Ainda não haviam descoberto que estavam nus, não haviam sido, pois, expulsos do paraíso e, por fim, não viviam sob os rigores das leis de Deus, descumprindo cada um dos Dez Mandamentos – o que poderia explicar o clichê *Ultra equinoxialem non peccatur* (Não existe pecado abaixo do Equador). Este, repetido ao longo dos séculos, chega-nos, atualmente, como referência aos costumes lascivos dos índios e de seus supostos descendentes, nós, os brasileiros. Porém, a origem deste clichê se encontra na doutrina dos exploradores e em suas práticas. Tais exploradores – degredados e soldados e marinheiros desertores – viam a colônia como um paraíso exótico, onde podiam fazer tudo o que em Portugal seria punido ou era simplesmente impossível: capturar e escravizar nativos e se apossar de terras e mulheres, no local e quantidade que desejassem. Teriam eles sido o maior entrave para os jesuítas, pois, ao invés de levar a civilização ao Novo Mundo, teriam se comportado de modo mais selvagem que os próprios nativos.

Ainda reforçando a referência à luxúria dos europeus, encontramos um ditado popular do século XVII – *Ultra aequinoxialem non peccari*, uma variação de “não existe

pecado abaixo do Equador” –, que suscita o questionamento bastante pertinente de Caspar Barlaeus sobre a moral européia: “Como se a linha que divide o mundo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício.” (apud Holanda, 1963, p. 45).

Retomando a questão do paradoxo criado pelos europeus ao designarem os nativos do futuro Brasil como bom-selvagem quando, na prática, o que se percebe é a adoção de uma postura de superioridade em relação aos tais selvagens, propomos uma releitura do modificador *bom*, colocado à frente de *selvagem*. Ele não estaria cumprindo apenas a função de caracterizar *selvagem*, mas exatamente de apresentar uma outra concepção, diferente da que usualmente se tinha, especificando um tipo de selvagem que seria bom por estar mais próximo do estado adâmico, dada sua liberdade e contato com a natureza – em contraste com a usual concepção negativa de selvagem: gentio.

Porém, mesmo quando tomado em sua melhor acepção, a de bom-selvagem, a visão que os europeus tinham dos índios da colônia portuguesa se apresentava distorcida, uma vez que estes não viviam no idealizado paraíso idílico: “Ao invés do paraíso idealizado pelos europeus, os índios encontrados pelos portugueses em sua colônia viviam envoltos em ‘sombras de preconceito e de medo’, tingindo o corpo de vermelho para afastarem o mal. Daí teria vindo o hábito dos brasileiros, principalmente das mulheres e crianças, consideradas mais indefesas, de usarem roupa vermelha – não um suposto gosto pelo exibicionismo” (Freyre, 1963, p. 163-167) – o vermelho era a cor da realeza, do poder, da ostentação, do exibicionismo, somente na Europa.

Apenas a título de exemplificação, lembramos que, quanto à não interdição de casamentos entre parentes próximos, como irmão com irmã e tio materno com sobrinha, comum aos índios, Gilberto Freyre assevera que tal costume não guarda qualquer relação com luxúria, sendo os portugueses mais luxuriosos que os índios. O fato é que não se

reconheciam os vínculos familiares derivados da mãe, logo, os tios maternos não eram considerados parentes de suas sobrinhas: “Não é que faltasse ao ameríndio a noção do incesto e mesmo a da consangüinidade: esta era, entretanto, unilateral; e ambas vagas e imprecisas” (Freyre, 1963, p. 162). Assim, a idéia de Vespúcio segundo a qual haveria total liberdade sexual entre os nativos da América resultaria da interpretação errônea de observadores que desconheciam os costumes daqueles povos primitivos. Entre os elementos que reforçam sua tese, Freyre cita a vida nômade e irregular das tribos e os rituais e interdições ritualísticas relativos à prática sexual. De acordo com o totemismo, um índio que se supusesse descendente ou protegido de determinado animal ou planta não podia se unir a uma mulher pertencente a algum grupo que tivesse o mesmo protetor (cf. Freyre, 1963, p. 161-162).

II. Brasil, uma nação em gestação

Embora no título do livro de Staden, *Zwei Reisen nach Brasilien* (Duas viagens ao Brasil), e em todos os documentos de Portugal e Espanha referentes a suas colônias na América¹⁹ já encontremos o termo Brasil para definir o local onde ele esteve aprisionado pelos tupinambás, em 1547 não havia qualquer referente para um país ou uma pátria a que se pudesse chamar Brasil, pois não havia referente para uma nação brasileira ou povo brasileiro. Tão pouco existia uma língua brasileira – a língua de um país chamado Brasil. Isto porque a noção de país implica, entre vários elementos, a existência de um território delimitado geograficamente e as fronteiras do Brasil ainda não haviam sido determinadas, a não ser por uma linha reta, estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas²⁰, que, na prática, não funcionaria como limite, conforme se constatou posteriormente. Além disso, a noção de país se alia à de Estado, ou seja, pressupõe a presença de governo próprio, leis que regulamentem as atividades de seus cidadãos e forças armadas para defender o território, seu governo e seu povo. A noção de nação, por sua vez, pressupõe a existência de um grupo de indivíduos que compartilham os mesmos elementos culturais. Daí a relação de interdependência entre as noções de nação, pátria e língua, pois é o estabelecimento de afetividade para com o local de nascimento e a semelhança cultural que unem os que nascem e vivem num mesmo local em torno de uma pátria e não é possível definir uma determinada língua sem que se utilizem fatores de ordem geopolítica, tais como o espaço

¹⁹ Também a noção de América é uma construção tenra, posto que o nome América apareceu pela primeira vez em um mapa de 1519 para designar a própria colônia americana portuguesa (o futuro Brasil).

²⁰ Acordo assinado por Portugal e Espanha em 07 de junho de 1495 que estende as possessões de Portugal para a área localizada até trezentas e setenta léguas a oeste do Cabo Verde; segundo o acordo anterior, suas possessões iriam até cem léguas deste ponto (na época, uma légua equivalia a aproximadamente 6 quilômetros).

territorial de um Estado²¹: “enquanto que a língua (em seu sentido não individualizante) é definida como ‘um instrumento de comunicação’, ‘atributo definitivo da razão humana’ e assim por diante, não se tem como definir a língua portuguesa, se não especificando países onde se usa o idioma” (Rajagopalan, mimeo). Um exemplo da relação entre língua e estado-nação se encontra no clichê segundo o qual a língua portuguesa seria a última flor do Lácio – isto porque, para os que o criaram, o estado-nação Portugal teria sido o último a se constituir entre as ex-colônias do Império Romano que desenvolveram língua neo-latina. A língua portuguesa, porém, uma vez transportada para a colônia, já não seria mais a mesma que até então se praticara na metrópole, posto que a relação espaço-tempo em que passa a ser praticada é diferente em virtude do contato com as línguas locais (cf. Guimarães, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>) e com elementos até então desconhecidos por seus falantes portugueses.

Apenas no início do século XIX, será possível divisar na colônia uma parcela da população que, embora descendente dos exploradores, podia se dizer brasileira, não exatamente no sentido de uma nação consciente de sua correlação com os demais

²¹ O conceito de *estado* tem uma acepção essencialmente política, não incluindo necessariamente a circunstância material chamada nação, embora a unidade de uma nação possa contribuir para a coesão política do estado – qualquer acepção que se dê ao termo estado, seja de sociedade política, seja de autoridade suprema desta sociedade, o nível é sempre especificamente político. Já os conceitos de *nação* e *pátria* divergem do de estado por não conterem em si uma dimensão política e, ao mesmo tempo, convergem entre si por estarem relacionados a aspectos materiais remotos que se unem no todo social por meio dos indivíduos e do contexto que os envolve. O conceito de *nação* (do latim *nasci*: nascer) inclui as características de nascimento de um indivíduo e tudo que isto engloba – língua, hábitos e demais elementos culturais. A semelhança entre as características culturais de dois indivíduos indicam que ambos detêm uma mesma cultura, normalmente por terem nascido em um mesmo país, que lhes serve de *pátria*. *País* (do latim *pagus*: pago, região), por sua vez, contém apenas uma dimensão geográfica, logo, diz respeito especificamente à localização física de um *estado*. Já o conceito de *pátria* (do latim *pater*: pai) se refere a geração comum e semelhante e, ao mesmo tempo, sugere o local em que um determinado indivíduo nasceu. O estabelecimento de afetividade para com o local de nascimento e a semelhança cultural unem os que nascem e vivem num mesmo local (*pátria*) e são integrantes de uma mesma cultura (*nação*). A existência de uma nação ou mais nações reunidas em uma determinada pátria gera condições para a formação da sociedade política (estado), que pressupõe não apenas o assentamento de uma ou várias nações constituintes de uma pátria em uma determinada unidade territorial (país), mas, também, independência política em relação aos demais estados.

integrantes da população de moradores das regiões coloniais distantes entre si, mas no sentido de que se sentia distinta do povo português. Ou seja, não havia ainda uma unidade nacional em torno de uma brasilidade. O que havia era oposição em relação aos portugueses e a Portugal.

Quando, no início da segunda metade do século XVIII, parte da população formada na colônia se revolta contra a concorrência comercial exercida pelos jesuítas, o Marquês de Pombal se limitou a expulsá-los da colônia, porém em nada alterou a situação dos colonos, pois não lhes concedeu qualquer autonomia sobre seu destino e os vice-reis continuaram a favorecer exclusivamente a metrópole. O partido antilusitano, que se formava lentamente e que até poderia ter se contentado com a liberdade de comércio, prescindindo da liberdade política, após a expulsão dos jesuítas, volta-se diretamente contra Portugal.

É bem verdade que, se considerarmos como idade média de reprodução os 20 anos e se iniciarmos a contagem a partir de 1530, 1800 despertava com a oitava geração nascida na colônia. Porém, para nutrir a referida desunião em torno de um objetivo comum, entre essas pessoas havia barreiras geográficas, econômicas, sociais, raciais e culturais que as diferenciavam entre si, impedindo o desenvolvimento de uma consciência de unidade nacional, a despeito das várias rebeliões contra os cobradores de impostos de Portugal, que se manifestavam como fenômeno isolado.

Com relação aos aspectos geográficos, há que se considerar que a área da colônia portuguesa americana se estendia do Equador até abaixo do Trópico de Capricórnio, abrangendo regiões com clima, tipo de solo e vegetação bastante variados, o que, por menos determinista que se queira ser, é preciso reconhecer, caracterizaria modos de vida e, portanto, culturas diferentes.

De fato, o país, no sentido geográfico, foi se formando paulatinamente. O povoamento do atual Nordeste, primeira área colonizada, deveu-se à exploração de madeira, cana-de-açúcar e algodão – primeiras atividades econômica dos europeus na colônia. A conquista das terras que constituiriam a Paraíba e o Rio Grande do Norte só ocorreu no fim do século XVI, em 1586 e 1598, respectivamente; a do Ceará, em 1611; a do Maranhão data de 1615 e o fim da ocupação holandesa se dá em 1684. Para Portugal, Minas Gerais passou a existir praticamente apenas após a descoberta de ouro em suas terras, tendo sido fundada oficialmente em 1720. O vilarejo do Rio de Janeiro, por sua vez, só se tornou uma cidade a partir do momento em que a Corte Portuguesa lá se instalou; já o povoamento do estado se daria muito tempo após sua fundação. No caso de São Paulo, umas das cidades mais antigas, fundada em 1554, constata-se total falta de expressão até a descoberta do ouro em Minas Gerais e, sobretudo, o início do cultivo do café – sendo este um fenômeno do século XIX. Da mesma forma, embora Belém tenha sido fundada em 1615, só passa a ter importância a partir do início da exploração de borracha, no fim do século XIX. O Rio Grande do Sul, fundado oficialmente em 1737; Goiás, em 1740, e Mato Grosso, em 1748, só foram ocupados ao longo do século XIX. O Tratado de Madri, a partir do qual se reconheceram as possessões de Portugal a oeste do Tratado de Tordesilhas, data de janeiro de 1750. Assim, mesmo no início do século XVIII, o termo Brasil se referia apenas ao Nordeste. Ou seja, do ponto de vista geográfico, o país a que hoje chamamos Brasil, considerando suas dimensões e povoamento, nasce a partir do século XIX, após 1828, quando a Província Cisplatina consegue sua independência. Ainda assim, seu contorno geográfico não se encontrava totalmente definido, pois o estado do Acre só foi anexado no início do século XX, com a cessão de parte do Mato Grosso à Bolívia²².

²² O Acre passou a fazer parte do Brasil oficialmente em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do

Quanto ao aspecto econômico, a colônia teria passado por três fases. Na primeira, que se estende de 1500 a 1600, dependia totalmente da metrópole, que lhe fornecia colonos, soldados, comerciantes, administradores e todos os produtos necessários à sua sobrevivência. Durante esse período, a população branca de Portugal era duas vezes maior que a da colônia. No ápice da segunda fase, em 1700, a situação começa a se inverter e durante a terceira fase, por volta de 1800, a colônia já havia se tornado mais rica que a metrópole; sua população, contabilizando apenas os escravos, suplantava o total de habitantes de Portugal, e sua extensão territorial, mais de oito milhões de quilômetros quadrados, nem se comparava à pequenês do país que a governava – os noventa mil quilômetros quadrados de Portugal. Logo, é apenas no século XIX que o Brasil reúne as condições econômicas necessárias para se impor. Portanto, mais uma vez – desta, no âmbito econômico –, o século XIX pode ser apontado como a época em que o Brasil passa a existir.

A despeito dos momentos de glória da colônia portuguesa, com o ciclo do açúcar, do algodão e da mineração, a colonização predatória de Portugal lhe obstruía qualquer possibilidade de independência econômica por séculos: “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (Holanda, 1963, p. 102). Um decreto de 1775, por exemplo, proibia-lhe a fabricação de sabão e de álcool; o Alvará de 05 de janeiro de 1785 determinava o fechamento de todas as manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã, enquanto o cultivo de trigo e arroz, à época, já havia sido suspenso. Também lhe era proibido imprimir livros e jornais. O objetivo, um só: forçar-lhe a dependência econômica.

Apenas após a chegada de D. João VI ao Brasil, já no início do século XIX, em 1808, a colônia passa a ter banco, ministérios, imprensa (a real), academias, museus, jardim botânico e só a partir da segunda metade do século XIX, após a independência política, portanto, é que o Brasil passaria a ter empresas (sociedades anônimas), telégrafos e estradas de ferro (cf. Holanda, 1963, p. 58).

Quanto às distinções raciais, devemos observar que, além das diferenças entre os próprios portugueses que iniciaram a exploração, oriundos de diversas regiões de Portugal – o que implica relativas diferenças lingüísticas, culturais e étnicas –, houve uma série de invasões de holandeses e franceses, que deixaram alguns descendentes em partes específicas da colônia; a captação de negros de diferentes nações africanas – caracterizados por todas as demais diferenças que isso pressupõe – e o contato com os nativos de diversas nações indígenas – que também apresentavam diferenças entre si. Devido à miscigenação em variados graus entre europeus brancos e mestiços (com mouros, por exemplo), nativos indígenas e africanos negros, não se pode esperar homogeneidade étnica capaz de fazer com que os naturais da colônia se identificassem entre si como pertencentes a uma mesma etnia.

Ainda no âmbito sócio-econômico e cultural, posto que etnia é um de seus elementos constitutivos, a diferença básica flagrada no início do século XIX era a separação entre uma minoria abastada e educada na Europa e uma maioria pobre e ignorante dos conhecimentos considerados necessários a uma boa formação cultural pelos padrões europeus.

Dos descendentes dos primeiros portugueses, até o século XVIII, pode-se afirmar que tinham Portugal como verdadeiro domicílio. Apenas os colonos do interior, com o tempo, passaram a valorizar a terra que habitavam. O resultado das diferenças entre os que

mantinham os olhos em Portugal e os que tinham os pés fixos na colônia se manifestava nas lutas internas. Os paulistas, por exemplo, lutavam contra os invasores oriundos do litoral, aos quais chamavam emboabas. Houve, também, tentativas localizadas e restritas a certos grupos de tornarem sua região independente de Portugal, sobretudo a partir da descoberta de ouro nas Minas Gerais, pois aqueles que pretendiam criar raízes na colônia questionavam a evasão das riquezas a ela pertencentes. Portanto, foi antes o interesse econômico que o sentimento patriótico que incrementou as revoltas contra o domínio português. Mesmo a Inconfidência Mineira foi apenas mais um movimento em busca de autonomia econômica e política local, não aspirando à independência de um Brasil coeso. De fato, nunca houve em toda a história da América Portuguesa uma revolta que tencionasse a independência do território como um todo.

Ao mesmo tempo em que as elites locais manifestavam descontentamento em relação a Portugal, pelas referidas restrições econômicas que a metrópole lhes impunha, as classes inferiores manifestavam descontentamento em relação a essas elites, que, por sua vez, exploravam-nas. Havia, portanto, uma pressão popular que se voltava contra seu explorador mais próximo. Dentre os integrantes das elites, expoentes máximos da ilustração local, crescia o desejo de comandar seu próprio destino e o de seus subalternos e a revolta por terem que se submeter às ordens de um país, à época, atrasado e empobrecido, como já o era Portugal. Esses homens tinham sido, em sua maioria, educados na Europa, pois o governo português privara a colônia do acesso à cultura em geral, por exemplo, proibindo a impressão de livros e jornais, conforme já destacamos, e à formação superior. Enquanto, na primeira metade do século XVI, o Peru já contava com duas universidades (a Universidade de São Domingos, fundada em 1538, e a Universidade de São Marcos, fundada em 1551) e, o México, com uma (a Universidade da Cidade do México, também fundada em 1551),

responsáveis pela formação de 7.850 bacharéis e 473 doutores e licenciados entre 1775 e 1821, no mesmo período, 720 naturais da colônia portuguesa foram formados na Universidade de Coimbra (cf. Holanda, 1963, p. 89-90 e p. 119).

Os próprios mentores da Inconfidência, devemos nos lembrar, estudaram na Universidade de Montpellier, na França, onde, em 1788, tentam contatar Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em Paris, em busca de ajuda para sua causa. Dessa forma, a influência do modelo europeu, sobretudo francês, desde cedo, fizera-se sentir não apenas na literatura e artes em geral, como Monteiro Lobato criticará mais tarde, mas também na filosofia e política. Caberá, pois, a oriundos dessas elites locais – parcial ou totalmente europeizadas – os primeiros esforços no sentido de construção de uma brasilidade, ainda que artificial, que dará a base para a independência política e econômica em relação a Portugal. O primeiro apoio legal à construção da brasilidade se dá justamente com a fixação da língua portuguesa como língua oficial do Brasil – o Édito dos Índios, assinado pelo Marquês de Pombal em 1775, proibindo o uso da Língua Geral, vai ao encontro de suas aspirações. Até essa época, portanto, a colônia ainda não tinha uma língua nacional oficial e a língua mais utilizada não era a que acabou sendo oficializada.

Enquanto Estado, o Brasil estava em gestação, pois ainda era dependente das decisões da Coroa Portuguesa – a qual, embora estivesse instalada em terras supostamente brasileiras desde dezembro de 1807 e tivesse elevado a colônia à categoria de Reino Unido a Portugal (1815), ainda as considerava portuguesas e continuava defendendo os interesses do Reino de Portugal. Enquanto nação, pode-se dizer que o Brasil também permanecia em gestação. Como para esta dupla gestação – de nação e Estado – a língua e a literatura que a fixa são elementos imprescindíveis, a seguir, voltamo-nos especificamente para a historicização da língua na América Portuguesa e para suas manifestações literárias.

III. A língua brasileira

Em consonância com o pressuposto de que a unidade do Estado depende, também, para sua materialização, da construção de unidade lingüística, de um saber sobre essa língua e de meios para disseminá-la, tais como a criação de escolas e de seus currículos (cf. Orlandi, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>), a gramatização da língua se torna imprescindível na medida em que a gramática, enquanto objeto histórico, presta-se à construção e representação da unidade e identidade que mantêm a coesão entre língua, nação e Estado. A distinção entre o sujeito brasileiro e o sujeito português, bem como a legitimação da relação do brasileiro com a escrita de sua língua, foram assinaladas no fim do século XIX pela elaboração de gramáticas do português do Brasil empreendida *in loco*. A partir do momento em que se tem uma língua e uma gramática dessa língua, tem-se, oficialmente, sujeitos dessa língua, ou seja, tem-se, no caso, o sujeito brasileiro e a nação brasileira – ambos legitimados. Assim, percebe-se que, mais que conter um saber sobre a língua nacional, a gramatização de uma língua constitui o sujeito nacional: “São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, individualiza-se o seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social.” (Orlandi, *ibid*).

Com relação a essa individualização da língua portuguesa no território que virá a ser o Brasil, divisam-se quatro fases distintas (cf. Guimarães, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>). A primeira teria se iniciado por volta de 1530, com a colonização, estendendo-se até 1654, quando os holandeses deixam a América Portuguesa. Durante este período, praticava-se na colônia, além do português e do holandês, centenas de línguas e dialetos indígenas, distribuídos entre 94 famílias, pertencentes a 40 troncos

lingüísticos²³, além da língua geral²⁴.

Os catequistas, logo ao chegarem, esforçaram-se para aprender as línguas locais, sobretudo com as crianças indígenas. Desse esforço de comunicação, nasceu a língua geral – um dos elementos mais importantes na manutenção da unidade territorial. Falava-se cotidianamente a língua geral, enquanto o português de Portugal ficou restrito aos contextos formais. “Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial – predominou sobre o tupi, tornando-se ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol; amolecera-se num português sem rr nem ss... (...) Tupis ficaram no Brasil os nomes de quase todos os animais e pássaros; de quase todos os rios; de muitas das montanhas; de vários dos utensílios domésticos.” (Freyre, 1963, p. 206-207).

A segunda fase se estenderia até 1808, quando a família real portuguesa se fixa na colônia. Sem a concorrência com a língua holandesa, o português só precisaria suplantar as línguas indígenas e a língua geral. Mesmo assim, a tarefa não era fácil, porquanto até o século XVIII o português era aprendido pelas crianças paulistas apenas na escola, como língua estrangeira (cf. Holanda, 1963, p. 94). Porém, nessa segunda fase, a colonização se torna mais efetiva, incluindo medidas diretas e indiretas que resultarão no fim do uso da língua geral. Uma das medidas diretas foi sua proibição, pelo já citado Édito dos Índios.

²³ Em 1500 viviam no território atualmente ocupado pelo Brasil entre 4 e 5 milhões de índios, distribuídos em 1.400 tribos.

²⁴ O termo língua geral denomina línguas com substrato indígena que se desenvolveram durante o período colonial. Era falada pela maior parte dos habitantes da colônia, possibilitando o contato entre índios de diferentes tribos, europeus e seus descendentes, constituindo-se, portanto, como língua franca. No século XVIII havia duas línguas gerais: a paulista, utilizada na área de abrangência dos bandeirantes, e a amazônica ou nheengatú, utilizada na região amazônica. Esta continua sendo falada por índios de diferentes etnias que vivem nessa região. Já a paulista pode ser considerada uma língua morta, porém, antes de se tornar uma língua geral, fora gramatizada por José de Anchieta - *A Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil* (cf. Castro, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>).

Além disso, o incremento da população portuguesa recém-chegada à colônia e do tráfico de negros²⁵ contribuiu indiretamente para a decadência da língua geral, pois o português passaria a ser a língua franca também para os africanos residentes na colônia americana, agora mais babélica do que nunca, dada a afluência de diversas línguas africanas e do português, trazidos por colonos oriundos de diferentes regiões da metrópole. Tais aspectos contribuem para a compreensão da origem das especificidades do português do Brasil (cf. Guimarães, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>). Foi nesse contexto que o português – um português já diferente do de Portugal – tornou-se a língua oficial do Estado (o Estado Português estabelecido na América) e foi se firmando como a língua mais falada na colônia.

Retomando o processo histórico que levaria à oficialização da língua portuguesa no Brasil, encontramos os primeiros séculos após o início da ocupação e exploração do território em que o Brasil viria a se constituir marcados pela ausência de estudos realizados na colônia sobre a língua portuguesa. Só a partir de meados do século XIX, após a independência política e em um contexto dominado pelas idéias importadas do romantismo europeu, pelo fim do tráfico de escravos e suas conseqüentes mudanças nas relações de produção, é que tem início uma reflexão local sobre a língua que suplantara as demais, vindo a se consolidar como língua nacional.

Em 1853, José Feliciano de Castilho escreve a Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond, ministro do Brasil em Lisboa, referindo-se ao fracasso na tentativa de fazer com que sua gramática – o *Método Castilho*, cuja primeira edição data de 1850 – fosse

²⁵ No século XVI, foram trazidos para o Brasil 100.000 negros; 600.000 no século XVII e 1.300.000 no século XVIII (cf. Guimarães, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>).

adotada no Brasil. No mesmo ano, ele escreve a D. Pedro II pedindo apoio para a adoção de sua cartilha na ex-colônia e, em 1857, dedica a quarta edição ao Império do Brasil. Estes episódios demonstram a resistência nascente na ex-colônia à língua portuguesa importada de Portugal. Tal resistência toma forma em 1857, com a publicação de *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa*, de autoria de Costa Rubim. Ou seja, a diferença entre o português de Portugal e o do Brasil é assumida com a publicação de um embrião de dicionário de português do Brasil.

A despeito da consciência, que já se pode chamar brasileira, da diferença entre a língua de Portugal e a do Brasil, os portugueses parecem ignorar a diferença como marca de uma independência lingüística e insistem em criticá-la, considerando-a desvio da norma culta – erros. Corroborando a resistência dos portugueses em relação à brasileirização da língua portuguesa, em 1870, encontramos o português Pinheiro Chagas criticando os neologismos e certas estruturas gramaticais utilizados por José de Alencar em *Iracema*. Em 1879-80 é a vez de Camilo Castelo Branco implicar com o português de Carlos de Laet. Ainda em 1880, Antônio Joaquim de Macedo Soares publica seus estudos da lexicografia do português do Brasil. Logo após, em 1881, Júlio Ribeiro publica sua *Gramática portuguesa*, marcada pelo distanciamento em relação às gramáticas produzidas em Portugal até então – ele as acusa de serem mais estudos metafísicos do que descrições de língua. Daí a importância de seu trabalho, considerado o primeiro conjunto de ensaios de caráter filológico realizado no Brasil (cf. Guimarães, 1994, p. 3-27).

O primeiro dicionário completo produzido no Brasil, ou seja, o primeiro dicionário brasileiro e que se apresenta como tal data de 1888, como resultado dos estudos de lexicografia de Soares: *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Também é dele a

afirmação de que o brasileiro deveria assumir sua língua, mesmo com contextos formais: “já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (apud Guimarães, 1994, p. 3-27). Uma colocação como esta, bem como o título de seu dicionário, leva-nos a perceber que se reconhecia, na época, a existência de uma nação brasileira e da língua portuguesa do Brasil como independentes das de Portugal. Porém, em 1802, uma consciência nacional como a revelada por Soares ainda era insipiente. A *epítome da gramática portuguesa*, por exemplo, publicada naquele ano em Pernambuco por Antônio Moraes Silva, pode ser considerada um livro português, pois, segundo Antenor Nascentes, não deu importância às diferenças pertinentes ao português falado pelo brasileiro (cf. Nascentes, apud Guimarães, 1994, p. 3-27). Ou seja, no início do século XIX, existia um povo que se pode chamar brasileiro e uma língua portuguesa que apresenta diferenças em relação à língua de Portugal, mas não a expressão, em obras concretas, de uma consciência disso. Talvez a primeira expressão dessa consciência se encontre nos esforços das oligarquias locais que contribuiriam para a independência política, datada de 1822, embora o processo de independência tenha resultado mais de uma reação dessas oligarquias à política econômica do governo português que de um sentimento de patriotismo ou nacionalismo brasileiro, conforme vimos anteriormente.

É de 1835 a publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, que vai ser considerada por Nascentes como inaugural da gramaticografia brasileira. Ainda segundo Nascentes, Coruja teria sido responsável também pelo início da dialetologia no território brasileiro ao publicar, em 1852, *Coleção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul* (cf. Guimarães, 1994, p. 3-27). Assim, temos que recuar para 1835 o reconhecimento de características

próprias – e esforço no sentido de demarcá-las – a uma língua brasileira e, por extensão, de um povo que a fala. Nesse contexto, gramatizar o português do Brasil representava mais que uma atitude restrita ao campo do saber; tratava-se de uma atitude política: “Ao deslocar para o território brasileiro a autoria da gramática (...), o que os gramáticos brasileiros estão deslocando é a autoridade de se dizer como é essa língua. Ser autor de uma gramática é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português no Brasil.” (Orlandi, 1997, 6-11).

O período posterior ao do início da gramatização do português brasileiro é marcado pela fundação da Academia Brasileira de Letras (1897) e pela polêmica causada pelas correções do texto do Código Civil, de Ernesto Carneiro Ribeiro, feitas por Rui Barbosa entre 1902 e 1905 – demonstrações da ascensão da defesa do purismo lingüístico no território brasileiro, que toma a norma classicista como parâmetro para o português do Brasil. A partir da segunda década do século XX, inicia-se a publicação de estudos sobre os dialetos do português local, sendo o marco inaugural da dialetologia brasileira a obra *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, datada de 1920. Assim, nessa época, registram-se duas tendências – de um lado estavam os chamados nacionalistas e, do outro, os puristas. É dessa época, também, a legislação sobre o idioma nacional, que determinaria o nome da língua falada no Brasil. Apesar dos esforços dos nacionalistas para que ela se chamasse língua brasileira, venceram os puristas e se manteve o mesmo nome da língua de Portugal: língua portuguesa.

Além de fortalecer a independência da ex-colônia, a gramatização – que se presta como instrumento para o estabelecimento das diferenças lingüísticas e, por extensão, culturais, porquanto a língua se configura em elemento cultural – também funcionaria a

favor do classicismo e purismo lingüístico, passando a fixar normas para se definir o que seria correto e incorreto: “Isto leva a ver, então que a gramatização brasileira do Português tem em si um efeito contraditório que inclui o efeito imaginário de que o Brasil não fala corretamente. De um lado, a ‘independência’, de outro a inferioridade como efeito ideológico da relação do brasileiro com a língua que fala e/ou escreve.” (Guimarães, 1994, p. 3-27). Daí, talvez, uma das raízes do complexo de inferioridade dos brasileiros, que os leva a continuar vendo o mundo a partir do ponto de vista eurocêntrico – o qual os diminui, obviamente –, não enxergando suas características culturais como diferentes, não necessariamente inferiores, em relação às do centro. O brasileiro, macerado pelo parâmetro europeu, aprende, dentro de um sistema também europeu – que prega que o que tem valor, o que é bom e correto, é o que vem do centro –, é, pois, levado a se depreciar. É assim que os demais fatores que o constituem e constituem sua cultura são relegados a segundo plano, senão completamente negados. A preocupação em torno da denominação do idioma nacional, por exemplo, independentemente do lado defendido (nacionalista ou purista), obliterou o fato de que até atualmente há muitas outras línguas, além da língua portuguesa, faladas no território nacional: “Ou seja, não era só que a lei estabelecesse o português como língua nacional, e em certo momento estabelecesse uma nomenclatura oficial brasileira. Mais que isso, o ensino apagava todas as línguas indígenas (quase duzentas) e as línguas dos imigrantes. E neste movimento ela se aproxima da busca de uma unidade de língua escrita com Portugal.” (ibid., p. 3-27).

Assim, se, por um lado, a gramatização do português do Brasil se mostra não apenas como um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, mas, sobretudo, como um processo de constituição de um sujeito nacional – o cidadão brasileiro –, que se

caracteriza por uma língua própria, oficializada pela gramática, por outro, trás consigo o apagamento das diferenças internas e a conseqüente desvalorização dos elementos nativos e demais oriundos de culturas não ocidentais. A insistência no silenciamento de parte de seus constituintes – o indígena e o negro – reforçaria o complexo de inferioridade inerente ao sujeito nacional, herdeiro também do índio e do negro.

De qualquer forma, no decorrer do movimento de gramatização do português local, podemos identificar o nascimento do Brasil e de sua língua, pois nessa época se encontram as circunstâncias específicas que possibilitaram o desenvolvimento de uma língua que já não mais correspondia à de Portugal e estão finalmente reunidos há tempo suficiente e em grande proporção os povos que constituem a base do brasileiro.

O marco apontado para o início do quarto período, em 1826, é a proposta feita por um deputado do recém-formado Império do Brasil de que os diplomas de médicos emitidos no país fossem escritos no que ele chamou linguagem brasileira. A independência política, que se dera quatro anos antes, reconhecidamente movida por fatores econômicos, talvez possa assumir, nesse contexto, contornos um pouco diferentes. Talvez, concomitante aos fatores econômicos, possamos identificar, conforme sugestões anteriores, a pressão de um povo que começa a se identificar como brasileiro.

Como parte do mesmo processo e contexto, no ano seguinte tem lugar uma série de discussões sobre a língua a ser ensinada na escola. Havia, então, uma corrente em defesa do ensino da ortografia e gramática da língua nacional – o português do Brasil. O processo de assimilação do estrangeiro, do colonizador, encontra-se evidente, inclusive na produção literária de Alencar, atacada pelos que contestavam o português brasileiro. Nessa época, o brasileiro já se sente no direito de produzir suas próprias gramáticas, dicionários e

literatura. Assim, a noção de pertencimento da língua portuguesa ao Brasil – ou, antes, apropriação – vai se fortalecendo: “Pela história de suas relações com outro espaço de línguas o português, ao se relacionar em novas condições com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, dão ao Brasil o ‘sentimento’ do português como língua nacional do Brasil.” (Guimarães, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>). Ou seja, é só no início do século XIX que as manifestações do sentimento de ser brasileiro, em oposição a europeu, índio e negro, tornam-se palpáveis, juntamente com o nascimento de uma língua que se pode chamar brasileira e de sua literatura, conforme veremos adiante. Logo, o nascimento do Brasil como nação, e de um povo brasileiro, encontra-se profundamente relacionado ao nascimento de uma língua brasileira, de uma literatura brasileira, enfim, de uma cultura brasileira. Daí a relação de interdependência entre língua e estado-nação: se faz parte da definição de uma língua a especificação do local onde é praticada, a conceitualização de um estado-nação também depende da caracterização de sua(s) língua(s).

A língua portuguesa do Brasil, ou simplesmente português, em oposição a português europeu²⁶, a língua portuguesa de Portugal, é o resultado da instauração de um espaço-tempo inerente às condições propiciadas pela colônia. A língua que se desenvolveu sob as novas condições já não podia ser confundida com a língua de Portugal: “línguas que são consideradas as mesmas, porque se historicizam de maneiras diferentes em sua relação com a formação dos países, são línguas diferentes. Ou seja, falamos a ‘mesma’ língua, no caso

²⁶ Este é um caso único em que o nome da língua de uma ex-metrópole, o português (de Portugal), passa a nomear a língua da ex-colônia e, para nomear a língua da ex-metrópole, acrescenta-se-lhe um adjetivo: português europeu. Ou seja, a ex-colônia se apropria da língua da ex-metrópole de tal forma que, para se denominar a língua desta, foi preciso-lhe atribuir um “sobrenome”.

do português do Brasil e o de Portugal, mas falamos diferente. Assim podemos dizer que essas línguas diferem porque produzem discursos diferentes, significam diferentemente.” (Orlandi, <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>).

Assim, embora o português do Brasil e o de Portugal pareçam ter a mesma materialidade empírica e embora pareçam ser uma mesma língua, apresentam diferentes sistemas simbólicos, diferentes materialidades históricas e, conseqüentemente, diferentes memórias, pois sua historicização ocorreu de modos diversos, considerando-se sua relação com a formação dos dois países. Logo, são línguas diferentes.

A diferença entre ambas começou a se constituir no momento em que os primeiros colonizadores portugueses chegaram à colônia, pois, mesmo usando sua língua materna para nomear o que nela encontraram, o deslocamento para uma realidade diferente daquela com que conviviam em Portugal os levou à necessidade ou simplesmente curiosidade, face ao desconhecido, de saber como as pessoas que já se encontravam no local nomeavam as coisas ao seu redor, sobretudo aquelas inexistentes em Portugal e, portanto, até então não nomeadas em língua portuguesa. Desse modo, a língua do colonizador foi se descaracterizando pela adição de palavras de outras línguas e pelo necessário deslocamento de sentido de palavras de sua língua, quando estas passaram a assumir sentidos diferentes e nomear diferentes referentes, por um processo que poderíamos chamar adaptação.

É desse modo que vai se formando uma memória lingüística diferente da original (a anterior, já registrada, portuguesa), proporcionada pelo deslocamento – não só do tempo e espaço, mas também da memória, na relação palavra/coisa – gerador de um espaço de interpretação diferente do de Portugal, e por uma historicização também diferente da que gerou a língua portuguesa em Portugal. Muitas palavras foram perdendo a relação que tinham com os referentes em Portugal e, pelo deslocamento (ou adaptação), adotaram

outros referentes. Ao atingir este ponto, chegou o momento de ser dicionarizada e gramatizada, pois se tornou possível constatar a existência de variações dessa nova língua portuguesa. Uma série de fatores concorreu para tais variações, dentre os quais o contato entre povos que falavam línguas diferentes. Ou seja, ao se considerar a variação lingüística da língua portuguesa no território americano, já não se tem mais a língua de Portugal como referência. O universo aqui focalizado é a própria ex-colônia – trata-se da diferença de historização/contextualização da língua portuguesa na América em relação a sua historização em Portugal.

Ao ser gramatizada e historicizada, a língua portuguesa do Brasil se universalizou, devido à padronização, e se unificou – ainda que esta unidade seja imaginária, apenas uma construção, pois, como já vimos, algumas línguas indígenas continuam a ser faladas ainda hoje e, lembremo-nos, existem colônias de estrangeiros em que a língua portuguesa não é utilizada. Foi, pois, por meio da gramatização que se construiu no Brasil uma identidade lingüística e cultural, porquanto a língua é um dos elementos básicos entre os que formam a cultura de um povo. Após o reconhecimento da unidade, ocorreu o natural reconhecimento das variedades e, dessa forma, o Brasil passou a ter o seu português padrão, diferenciado dos coloquialismos e regionalismos, influenciados, sobretudo, pelas línguas indígenas e africanas. Tal diferenciação lhe conferiu identidade interna. A identidade externa lhe foi conferida pela diferenciação em relação aos lusitanismos. Tanto a identidade interna quanto a externa tomam o Brasil e a sua língua padrão como referência, sendo esta identidade relativa decisiva para a construção da unidade nacional.

Logo, devido aos diferentes processos de historicização, o uso do português não confere a portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos e a tantos outros cidadãos de países que o têm como língua oficial uma mesma identidade – nem nacionalidade –, uma

vez que a língua portuguesa desses diferentes estados-nações apresenta diferenças entre si, embora aparentemente, e apenas aparentemente, lembremo-nos, possa ser considerada uma mesma língua. Assim também, por ser o resultado de um processo de historicização, a relação entre língua e identidade – cultural, nacional, política etc. – é direta. Ao contrário, entre as palavras e seus referentes (língua), não há relação direta. Neste caso, a relação é intermediada pela ideologia através do processo discursivo. Assim é que a ideologia estabelece a relação entre pensamento, linguagem e mundo, ou seja, estabelece relação entre sujeito e sentido. Conclui-se, pois, que o sujeito se constitui e o mundo se significa pela ideologia (cf. Orlandi, 1999, p. 95-96).

Podemos afirmar, então, que a língua define a identidade de uma comunidade, constituindo-se no principal elemento definidor de identidade cultural, uma vez que, como elemento de comunicação por excelência, gera as condições necessárias para a existência de um Estado, o qual, por sua vez, torna possíveis relacionamentos econômicos e sociais, por exemplo, que fortalecem os vínculos estruturantes de uma nação. A língua, somada aos demais vínculos que criam coesão no interior de uma nação, acaba por constituir a base para a diferenciação dessa nação em relação a outras.

Uma vez autônoma, ainda que a autonomia seja relativa, essa nação segue um caminho próprio, que lhe confere também diferença histórica e expressão cultural própria. Assim, embora se possa afirmar que a língua não congrega condições suficientes para tal autonomia, porquanto, por si só, não cria nenhum país autônomo, nem a ausência de uma língua nacional, por outro lado, impede a formação de um país autônomo, donde concluímos que a existência de uma língua autônoma não é condição necessária à constituição de um país, mas a existência de uma língua (a princípio, autônoma ou não) o é para a constituição de uma nação –, pois a linguagem se materializa na ideologia e a

ideologia se manifesta na linguagem, uma vez que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (cf. *ibid.*, p. 16-17). Esta língua se modificará ao longo do tempo e se tornará autônoma em relação à que lhe deu origem, em consonância com o desenvolvimento de uma expressão cultural própria. A relação entre língua e identidade cultural pode ser estabelecida na medida em que esta é permeada por um conjunto de outras identidades, entre as quais, a política.

Obviamente, não se pode precisar quando nasceu a língua portuguesa do Brasil, assim como não se pode precisar a partir de qual momento o latim deu origem às línguas neo-latinas ou o anglo-saxão ao inglês, por exemplo, pois a transformação de uma língua em outra é gradual (cf. Lyons, 1987, p. 172), porém nos foi possível flagrar, ao longo da história do Brasil, alguns momentos em que o esforço no sentido de fixar a nova língua teve lugar.

Tomando, portanto, a gramatização do português do Brasil como parâmetro para o reconhecimento de uma língua brasileira, e de tudo mais que isso implica – pensamos aqui em língua, nação e Estado, sendo a existência da primeira condição para a segunda e terceiro e assim por diante –, podemos identificar o nascimento da língua portuguesa do Brasil e, portanto, uma das condições para o reconhecimento de uma nação brasileira e de um Estado brasileiro, apenas a partir de 1835, com a publicação da gramática de Coruja.

IV. A invenção do Brasil pela literatura

O marco inicial da literatura brasileira, e também do Barroco Brasileiro, apontado por historiadores de literatura é o poema *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, publicado em 1601 em Lisboa. Sendo assim, a literatura brasileira teria nascido no século XVII. Porém Bento Teixeira (1545-1605) era português, natural do Porto. Por isto, tal filiação é contestada por críticos como Rodolfo Garcia em sua introdução ao segundo volume de *Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*. Caberia, pois, averiguar quais são os critérios usados para definir a nacionalidade de uma obra literária. Ademais, não seria a própria produção literária que contribui para a formação e definição de uma nação?

Além de Bento Teixeira, Antônio Vieira (1608-1697), com seus sermões, sobretudo o “Sermão da sexagésima”, proferido em 1655, tem lugar de destaque. Tal como o poeta barroco, Vieira nasceu em Lisboa e, se o fato de ter vindo para a colônia ainda criança poderia fazer dele um brasileiro – até o ponto em que era possível ser brasileiro naquela época –, outros fatos o mantêm português: tornou-se jesuíta; em 1641 prestou fidelidade ao rei de Portugal, sendo amigo e homem de confiança de D. João VI, e sempre defendeu a causa portuguesa, inclusive atuando como embaixador de Portugal em Haia entre 1646 e 1648.

Assim, o título de pai da literatura brasileira caberia a Gregório de Matos (1636-1696), que, embora tenha se formado em Direito em Coimbra, nasceu na Bahia, e, se defendeu Portugal em conflitos coloniais, pode-se argumentar que foi apenas para ser absolvido do exílio em Luanda, para onde fora enviado em 1694 devido às intrigas geradas por seus poemas. O problema é que, a despeito de ter sido bastante conhecido por seus

contemporâneos graças à irreverência de sua crítica aos costumes sociais e à política, bem como a personagens ilustres de seu meio, não teve nenhum de seus poemas publicado até 1882 – eles circulavam em manuscritos ou eram transmitidos oralmente. Como não fora publicado, argumenta Antônio Candido, que o deixou fora de sua história da literatura brasileira, não pode ter influenciado seus sucessores, não fazendo parte de uma corrente literária. Logo, não poderia também ser pai da literatura brasileira.

O século XVIII desperta com a publicação de *Música do Parnaso*, de Manoel Botelho de Oliveira (1637-1711), em 1705, que, a despeito do título, não é considerada uma obra árcade. A esse seu livro coube, porém, o mérito de ter sido o primeiro impresso de autor nascido na colônia. Segundo Péricles Eugênio da Silva Ramos, uma de suas poesias, “A Ilha da Maré”, conteria o embrião do nativismo, flagrado no elogio de elementos nativos – seus frutos e legumes – em detrimento dos naturais de Portugal. Tal nativismo, acrescenta, seria posteriormente desenvolvido por Santa Maria Itaparica e Santa Rita Durão, entre outros (cf. Ramos, 1977, p. 62-95). Botelho de Oliveira estaria, pois, apto a receber a paternidade, não fosse o fato de que a maior parte de sua obra foi composta em espanhol, além de italiano e latim (cf. Candido, 1964, p.53), o que nos leva a questionar sua brasilidade – e, num nível mais profundo, as relações entre língua nacional, literatura de língua nacional e literatura nacional, bem como suas definições.

Só após um longo intervalo, encontramos, entre as publicações de Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), *Obras poéticas*, de 1768 – esta, sim, considerada o marco inicial do Arcadismo Brasileiro e, talvez, candidata mais indicada ao título de marco inicial da própria literatura brasileira. Ainda dessa segunda metade de século, têm sido destacados Basílio da Gama (1741-1795), sobretudo por seu *O Uruguai*, publicado em 1769; Santa

Rita Durão (1722-1784), com *Caramuru*, publicado em 1781; Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), com *Marília*, cuja primeira parte foi publicada em 1792 e, a segunda, em 1799, e Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), com *Glaura*, do mesmo ano.

O que há de comum entre eles, além dos fatos de terem estudado Direito em Coimbra (exceto Santa Rita Durão, que estudou Filosofia e Teologia); terem nascido e ou morrido fora da América Portuguesa; terem passado parte de sua vida em Portugal, no caso de uns, ou a maior parte, no caso de outros; terem sido funcionários da Coroa de Portugal²⁷; terem pertencido à elite econômica; terem se filiado às arcádias e terem se envolvido direta ou indiretamente na Inconfidência Mineira – que, lembremos, não foi um movimento em prol da independência da colônia portuguesa americana como um todo, mas apenas da região mineira, a que pertenciam²⁸ – é que são considerados os principais escritores brasileiros de sua época, criadores e expoentes máximos do Arcadismo Brasileiro: um misto de reprodução da literatura européia com expressão de consciência nacional. Esta dualidade é bem explicada por Candido, ao se referir à ambivalência de Manuel da Costa: colonial bairrista, criado em Minas Gerais, e, ao mesmo tempo, intelectual formado na metrópole. Assim, a despeito de sua estética apresentar caracteres europeus, sua afetividade permaneceria presa ao interior mineiro, refletindo a ambivalência da formação do brasileiro de sua época: européia e voltada para a cultura ocidental, por um lado, e americana e voltada para a natureza, por outro: “Com efeito, o contraste natureza-cultura, que norteia os sucessos do bucolismo literário, era uma linha adequada à expressão de tais sentimentos, em que o poeta se colocava, não de modo convencional, mas vital, entre a rusticidade do

²⁷ O próprio Basílio da Gama, considerado o principal arcáde do Brasil, foi para Portugal com 23 anos para estudar Direito em Coimbra, tornou-se funcionário do governo e nunca mais retornou.

²⁸ Manuel da Costa, por exemplo, era sócio de mina de ouro e, como os demais mineiros (naturais das Minas Gerais), provavelmente foi movido pelas vantagens econômicas que a independência das Gerais lhe traria.

seu berço e a civilização da sua pátria intelectual. Os pastores de Cláudio encarnam freqüentemente o drama do artista brasileiro, situado entre duas realidades, quase diríamos duas fidelidades.” (Candido, 1975, p.91). Ou seja, embora esses árcades tenham sido considerados brasileiros, eram-nos apenas parcialmente, podendo ser melhor descritos como portugueses americanos ou, no caso de Antônio Gonzaga, que veio para a colônia quando criança, regressou a Portugal para estudar Direito e depois passou apenas mais dois anos na colônia (1779-1781), português americanizado.

Mesmo o expoente máximo do Arcadismo Brasileiro, *O Uruguai*, aclamado como a grande epopéia brasileira, seria apenas um poema narrativo de assunto bélico que objetivava defender as atitudes do Marquês de Pombal em relação às missões jesuítas instaladas no sul do território que à época constituía o Brasil (cf. Candido, 1961, p. 99). Logo, se Basílio da Gama apresentou simpatia pelo índio, foi apenas porque convinha à defesa do Marquês. E se, como afirma Candido, não havia opção entre se colocar ao lado dos jesuítas ou do Estado representado por Pombal, é porque o Brasil ainda não existia.

Outro ícone do Arcadismo Brasileiro, *Caramuru*, e a obra como um todo de Santa Rita Durão, se não pende tanto para o lado dos portugueses, também não pende necessariamente para o lado da colônia. Enquanto apresenta a posição dos americanos, ressalta o triunfo de Portugal na sua colônia americana – daí poder ser vista como representante do nativismo tanto quanto da lusitanização da colônia (cf. Candido, 1965, p.183-184). De qualquer forma, quando se refere à colônia, prende-se exclusivamente ao elemento indígena, que não será o constituinte exclusivo da nação brasileira.

Talvez apenas em Silva Alvarenga, o único que se encontrava vivo e morando na colônia quando a Corte Portuguesa se transfere para o Rio de Janeiro²⁹, seja possível reconhecer certa atitude de transição para a independência frente aos representantes de Portugal. É sintomático o fato de ser ele também o único que não se dedicou a cargos burocráticos, tendo exercido a função de professor na província do Rio de Janeiro. Sua tendência progressista se refletiria na influência que teve sobre a geração da qual saíram alguns mentores do processo de independência, ressaltando sua posição central como elo entre as primeiras aspirações libertárias manifestas por intelectuais oriundos da colônia e as conseqüências políticas e sociais que estas atingiriam no futuro (cf. Candido, 1961, p.100-101).

Se, por um lado, o liberalismo de Silva Alvarenga o levou a defender a política pombalina, por outro, talvez devido à influência do espírito da época em que alcançou sua maturidade, também o levou a defender a independência da América Portuguesa em suas feições do início do século XIX. O desejo de autonomia em vários âmbitos, inclusive literário, começa, pois, a se revelar em sua atuação como professor e vai se patenteando, por exemplo, na publicação do primeiro resumo da literatura brasileira feito por brasileiro – “Bosquejo da história da poesia brasileira”, introdução a *Modulações poéticas*, de Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891), datado de 1841.

Se até então as críticas de Ferdinand Denis³⁰ e Almeida Garrett³¹ ao classicismo dos escritores coloniais não haviam surtido efeito, foi porque o interesse dos homens de letras

²⁹ Antônio Gonzaga viveu até 1819, mas fora exilado em Moçambique após o fracasso da Inconfidência.

³⁰ Denis, Ferdinand (1798-1890). *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey Libraires, 1826.

³¹ Garret, Almeida. “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”. In: *Obras de Almeida Garret*, vol. I. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1963.

da época era outro; estavam preocupados em formar um cânon, uma tradição literária brasileira, e em provar a materialidade dessa tradição que justificasse sua reivindicação de autonomia intelectual, por eles considerada necessária à autonomia no nível político. A primeira tarefa, portanto, foi levantar o passado literário. Tal tarefa foi empreendida por Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), ao publicar em fascículos que se estenderam de 1829 a 1831 seu *Parnaso brasileiro*, reunindo poemas desde o passado colonial até os seus dias. Embora não apresentasse ordem nem método, foi a primeira publicação a dar amostras da produção literária brasileira, trazendo inclusive obras inéditas, como os versos de Gregório de Matos. Dessa forma, sugeriu a existência de um *corpus* literário brasileiro, no que reside seu mérito. Como primeira antologia da literatura brasileira, deu origem a várias outras, que se prestaram a revelar textos e constituir um cânon literário (cf. Candido, 2002, p. 23-24). O Romantismo, associado a essa tradição literária, aparece apenas posteriormente, como expressão de nacionalismo.

Nesse momento, após as grandes transformações geradas pela fixação da corte no Rio de Janeiro (1808), elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal (1815) e a independência política (1822), era preciso criar um país e, consoante à gramatização da língua brasileira, como comprovação de sua realidade material, no âmbito literário, os esforços se concentrariam na produção de antologias também visando a demonstrar a existência material dessa literatura, pois só um povo com língua e literatura própria, governo e forças armadas, história e fronteiras geográficas definidas pode reivindicar o *status* de país e Estado independente – e a *intelligentsia* local se esforçou no sentido de construir esses elementos para construir o Brasil. A essa *intelligentsia*, que se empenhou em construir um Brasil, pode-se chamar brasileira, a despeito de sua origem, formação e razões que a movia, mas considerando tão somente os resultados que objetivava.

Dela faziam parte vários jovens filhos da elite, que, em sua maioria, continuavam indo a Portugal ou à França para se tornar bacharéis. Os primeiros a aderir ao Romantismo foram os que estavam em Paris na década de trinta e que viram a proposta romântica como um caminho para manifestar o nascente patriotismo brasileiro. Tanto que o primeiro número da revista *Niterói*, lançado em 1836, trazendo o “Ensaio sobre a história da literatura brasileira”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), é, juntamente com seu *Suspiros poéticos e saudades*, livro de poemas lançado no mesmo ano, marco do Romantismo Brasileiro.

Com o Romantismo, nasceria a crítica literária brasileira e a discussão em torno da autonomia literária. Quanto ao questionamento da existência factual de uma literatura brasileira, havia aqueles que defendiam a impossibilidade de haver duas literaturas dentro da mesma língua – estes ainda não reconheciam a distinção entre o português do Brasil e o de Portugal –; um outro grupo que, partindo de critérios puramente históricos e, por vezes, políticos, afirmava que a literatura praticada no Brasil a partir da independência era, obviamente, brasileira e, por fim, um terceiro grupo, o dos mais radicais e vitoriosos, embora moderados no aspecto estético – os primeiros românticos, que afirmavam que o Brasil desde sempre tivera uma literatura própria (Candido, 2002, p. 32).

Obviamente, um grupo ao qual interessava provar a materialidade da literatura brasileira e que, para tanto, servia-se do expediente de criar antologias dessa literatura, só poderia defender a terceira tese. É fato, porém, que, em suas pesquisas em busca das provas materiais, só encontraram os registros de Denis, Garrett e do próprio Januário, os quais, por sua vez, só mencionavam publicações a partir de 1750. Produções anteriores eram apenas as crônicas creditadas a autores desconhecidos e supostos registros de poesia originalmente produzida pelos indígenas. Assim, as necessidades geradas nesse contexto favoreceram dois

fenômenos do Romantismo Brasileiro – a hiper-valorização dos poucos escritores catalogados e do elemento indígena autóctone. Dessa forma, começa a invenção da literatura brasileira, tendo como objetivo final a invenção do próprio Brasil. Para tanto, várias distorções foram levadas a efeito. Por exemplo, é nesse contexto que a Inconfidência Mineira passa a ser apresentada como movimento de independência nacional, mais precisamente por meio do trabalho de recuperação histórica empreendido por João Manuel Pereira da Silva (1817-1897) em sua antologia *Parnaso Brasileiro* (1843-1845). Também é nesse contexto que se cria a concepção de brasileiro como índio, o qual seria para nós o que os godos, por exemplo, foram para os alemães. Segundo Candido, *Primeiros Cantos* (1847), *Segundos Cantos* (1848) e *Últimos Cantos* (1851), de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), seriam a pedra fundamental da poesia brasileira justamente pela deformação cavalheiresca que operaram ao construir uma imagem arbitrária dos índios, permitindo que neles fossem identificados sentimentos comuns a toda a humanidade (cf. Candido, 2002, p. 44). Assim, a função do índio romântico extrapolou o campo literário ao possibilitar a idealização de um passado nobre e original para o brasileiro e contribuir para o sentimento de união nacional, enquanto elemento comum a todas as regiões.

Além disso, as teorias defensoras da superioridade dos arianos, tão difundidas durante o século XIX, contribuíram para que o indígena fosse escolhido como o elemento mais característico do brasileiro, porquanto, se não era branco, também não era negro. Esse antepassado mítico, elogiado pelas qualidades comumente atribuídas ao cavaleiro medieval, foi responsabilizado pelo tom mais escuro da pele da maioria dos brasileiros: “Tanto assim que até hoje é geral o uso de prenomes e sobrenomes indígenas, não raro tomados aos textos literários; e a própria Monarquia, ao distribuir títulos de sua nobreza improvisada, associou-os freqüentemente à convenção nativista, resultando combinações pitorescas:

barão de Pindamonhangaba, visconde de Abaeté, conde de Araruama, marquês de Quixeramobim...” (Candido, 2002, p. 90).

Da mesma forma que os índios foram super-valorizados, seu habitat natural também o foi. É assim que as florestas, os rios e a natureza em geral, bem como a variedade de formas de vida animal e vegetal, ocupam lugar especial na nascente literatura brasileira, que não podia evocar uma tradição cultural milenar, como o fazia a literatura européia: “No Brasil não tinha havido batalhas memoráveis, nem catedrais, nem divinas comédias, – mas o Amazonas era o maior rio do mundo, as nossas florestas eram monumentais, os nossos pássaros mais brilhantes e sonoros...” (ibid., p. 90).

Finalmente, tanto a “certidão de nascimento do Brasil”, a Carta de Pero Vaz de Caminha, quanto a obra mais famosa que levou à Europa o conhecimento dessa parte do mundo e serviu como matriz para a criação do imaginário sobre o Brasil, o já referido livro de Staden, versam apenas sobre índios e a exuberância da natureza.

Sejam quais forem os motivos que propiciaram a elevação do índio à categoria de brasileiro típico, o fato é que, o típico brasileiro não é exclusivamente indígena, nem negro, nem europeu.

O Brasil de belas Iracemas – metáfora de suas terras, florestas, minérios – prontas para ser defloradas por europeus inebriados de desejo, deslumbrados por sua exuberância e volúpia, esse Brasil de nobres Jucas-Piramas, dispostos a morrer em nome de sua honra, seria, pois, apenas mais uma construção imaginária, tal como o fora o Brasil dos selvagens nus e canibais de Staden. Seus criadores, por se subordinarem ao modelo romântico e ao preconceito racial ocidental, ao elegerem o índio como genuíno antepassado dos brasileiros, reforçam o estereótipo concebido por Staden. Assim, tanto dentro quanto fora de suas

fronteiras, o Brasil continua sendo a terra de selvagens nus e canibais, pois, na concepção dominante, não eram os índios selvagens nus e canibais?

Historicamente, a literatura nasceu na França, no início do século XVII, como esteio da nacionalidade, pois, ao se ocuparem com questões lingüísticas, os homens de letras serviam aos interesses de Cardeal de Richelieu, que visava à unificação dos vários reinos que constituíam a França. Nesse contexto, as letras se prestaram não apenas como instrumento de propaganda política, mas como argumento de legitimidade que deu sustentabilidade ao poder político (cf. Abreu, 2003, p.14). Antes dessa época, os autores de obras atualmente consideradas clássicas da literatura universal – Jean Baptiste de Poquelin Molière, Dante Alighieri, Daniel De Foe, Pierre Corneille, John Milton, Jonathan Swift, William Shakespeare, entre outros – tinham o mesmo *status* que quaisquer outros escritores, não havendo diferenciação entre ficção, filosofia, história, tratados de matemática ou astronomia. Sua visibilidade irá se projetar apenas a partir do momento em que o poder político deles se vale para sua própria sustentabilidade.

Também em Portugal, os homens de letras se tornam visíveis quando se aproximam do poder e passam a ter um papel social, o que ocorreu na época do Marquês de Pombal, que deles se serviu para criar para si uma boa imagem pública: “Percebendo nos escritos um instrumento para defesa de suas idéias e uma forma de assegurar a unidade política do Estado, Pombal estava disposto a financiar os artistas que se pusessem a seu serviço.” (Abreu, 2003, p. 38). Essa política de Pombal se estendeu também aos literatos que viviam na colônia americana.

Assim, as letras conferiam visibilidade a seus autores, àqueles aos quais se referiam, ao idioma que empregavam, bem como à nação que o falava – a originalidade de uma nação seria autenticada pelo emprego de um idioma próprio e pelo registro da sociedade

constituída pelos falantes de tal idioma. Logo, as obras dos homens de letras se tornam sustentáculo da nacionalidade, diferentemente do trabalho dos homens de ciência, que se voltavam para questões universais e se utilizavam do latim, a língua franca no âmbito científico (cf. Abreu, 2003, p. 42). A visibilidade conferida a uma nação pela produção literária em sua própria língua e versando sobre temas específicos a ela é, pois, a conseqüência almejada da relação entre língua nacional, literatura de língua nacional e literatura nacional. Não bastaria à constituição de uma nação uma literatura que se referisse a ela em língua estrangeira, tão pouco uma literatura que versasse sobre temas exóticos, mesmo que fosse escrita em língua nacional. Em nenhum desses dois casos, considerando os objetivos a que se prestavam, a literatura poderia ser considerada nacional. Nesse contexto, entendemos por literatura nacional, portanto, aquela praticada em língua nacional e sobre temas nacionais, capaz de conferir visibilidade a essa nação. Ou seja, temos como pressuposto que a língua adotada por uma determinada comunidade lingüística acaba por se converter em instrumento de produção cultural e veículo sem o qual essa cultura não pode se exprimir – daí a relação profunda outrora existente entre língua, literatura e nação, porquanto a língua se fixa pela literatura nacional, ao mesmo tempo em que lhe dá contorno ao possibilitar que as ideologias de um grupo social sejam expressas e define os limites para sua expressão, definindo, por fim, as ideologias a serem expressas.

Como o nacionalismo, enquanto manifestação da consciência de pertencimento a uma nação, resulta de um processo histórico que tem possibilitado às nações modernas se estabelecer como Estados independentes e como a literatura é um dos fatores que, ao lado dos sistemas de valores, das tradições históricas, da identidade de governo, dos símbolos nacionais e da própria língua, produzem consciência de grupo no nacionalismo, essa se configura como imprescindível à formação de um estado-nação.

Durante o século XVI, o Brasil, como o concebemos hoje, resultante da miscigenação de três blocos complexos de etnias e culturas, encontrava-se em estado de pré-concepção – a colonização estava apenas começando; a miscigenação entre índios e europeus estava nas primeiras gerações e o elemento negro não havia ainda aportado na América em número significativo. Logo, os traços culturais típicos do futuro estado-nação ainda não haviam se delineado, não havendo, portanto, como classificar as obras escritas na América Portuguesa como literatura brasileira. A partir da chegada maciça dos africanos, quando se encontram presentes, em quantidade significativa, os três elementos étnicos e culturais que originariam o Brasil, e a partir da tematização de *topos* locais por uma literatura praticada em língua local – já diferente do português de Portugal –, podemos divisar a gestação do Brasil, que só irá nascer, de fato, quando for apresentado – ou, antes, representado – perante os demais estados-nações por sua literatura. Uma literatura nacional – ainda que pretensamente nacional – era, pois, o que faltava à confirmação da existência do Brasil, e esta só aparece no século XIX, com Alencar. Como parte de seu projeto de retratar as diversas regiões que então formavam o Brasil, ele criou um novo estilo de linguagem ao adequá-la aos temas e aproximá-la do modo brasileiro de falar. Assim, começou a colocar em prática a independência estética em relação a Portugal, tão importante para os românticos brasileiros, porquanto não lhes bastava apenas focar temas nacionais, mas era preciso, também, expressá-los em linguagem própria, distinta da lusitana (cf. Candido, 2002, p. 63-64). A linguagem, portanto, apresentara-se como elemento fundamental para a demarcação da identidade nacional.

Embora a linguagem empregada por Alencar tenha sido considerada afetada, cabe-lhe o mérito de ter tocado num ponto nevrálgico da literatura nacional – o fato de que, como já vimos, não bastava ter uma literatura sobre temas nacionais; era preciso que ela

fosse escrita em língua nacional. E se ele nem sempre acertou na escolha da linguagem, o mesmo se pode dizer da abordagem temática; talvez nenhum outro autor tenha exaltado tanto o índio.

Já o tratamento poético do negro é um fenômeno posterior, datado do início da década de sessenta, com *Mauro o escravo* (1864), de Fagundes Varela (1841-1875), precursor de Castro Alves (1847-1871), o “poeta dos escravos”, ferrenho abolicionista. O grande contingente de negros que defenderam o Brasil na Guerra do Paraguai (1865-1870) obriga o olhar da intelectualidade local a se voltar para a condição sub-humana em que aquela parte da população era mantida. Pela primeira vez, os negros são vistos como integrantes da população brasileira, e, como tal, dignos de proteção sob as mesmas leis de direitos humanos que se estendiam aos demais. A demonstração inicial é representada pela lei do ventre-livre, decretada em 1871, que tornava livres os filhos de escravos nascidos a partir de então. Posteriormente, em 1885, decreta-se a libertação dos escravos com mais de 59 anos de idade. Por fim, em 1888, ocorre a abolição da escravidão. Uma vez destruída a base da oligarquia que sustentava a monarquia, o domínio hereditário de Portugal sobre o Brasil chega ao fim. De qualquer forma, após da Guerra do Paraguai, o Brasil estava praticamente criado e jamais seria o mesmo, pois nessa época a vida cultural se desenvolveu com rapidez nunca antes experimentada – estradas de ferro foram inauguradas, bem como o telégrafo que o ligou à Europa (1874), escolas superiores foram reorganizadas e outras foram fundadas e a produção de livros e o jornalismo experimentaram progresso sem precedentes, com a publicação de autores brasileiros contemporâneos e passados, ao lado de muitas traduções.

Coincide com a libertação dos escravos, em 1888, o lançamento de *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, que, ao incluir a produção do século XIX, deu

nitidez à tradição de uma literatura brasileira e faz nessa área o mesmo que Francisco Adolfo de Varnhagen³² teria feito na historiografia: “exprime a ambição construtiva dessas gerações, que definiram o que era a nacionalidade e a literatura brasileira, procurando não apenas estabelecer o cânon desta, mas interpretá-la segundo o espírito da época.” (Candido, 2002, p. 38). No ano seguinte, viria a mudança do regime político, com a adoção do regime republicano.

Pode-se concluir, pois, que a transformação da colônia em Brasil foi um processo que se iniciou no século XVIII e se estendeu até o século seguinte, não podendo ser registrada em um momento preciso. Porém, do ponto de vista da produção literária de língua e temática nacional, que foi ao mesmo tempo consequência das transformações da época e mola propulsora dessas mesmas transformações, o Brasil é, pois, uma criação do fim do século XIX. No início do século XX, existia, portanto, muito a ser feito para a materialização dessa criação. É nesse contexto que a presença de Lobato, com seus empreendimentos nas esferas cultural e econômica, faz-se notar. No capítulo que se segue, destacaremos seus esforços em busca de uma identidade nacional – ou algo que se possa considerar brasilidade – ao apresentamos seu conceito de tradução e seu envolvimento com a atividade de reescritor e revisor de tradução.

³² Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) foi considerado o fundador da história brasileira, pois, no Brasil Colônia, apenas crônicas – relato de acontecimentos, sem preocupação com análise – haviam sido escritas e não necessariamente por brasileiros. Todas as obras de caráter histórico sobre a América Portuguesa se deviam a escritores estrangeiros. Sua *História Geral do Brasil* foi publicada entre 1854 e 1857, em dois volumes. Antes, entre 1850 e 1853, ele publicara *Florilégio da Poesia Brasileira*, em três volumes.

CAPÍTULO II

NUNCA APRENDEREMOS A ARTICULAR UMA LINGUAGEM DE TODOS

então você pensa que essa gente sabe de onde veio e para onde vai? Não, Ana, eles vivem no exílio e não sabem, porque eles têm medo de saber, (...) não sabem do principal, que a gente tem que aprender a estar no mundo como se fosse num deserto, porque tudo é estranho e deserto, menos o coração da gente, é nele que se ouvem os ecos do mundo e o mundo só pode ser ouvido através de ecos, entende?, o mundo fala uma língua estranha que só nosso coração exilado sabe traduzir, então, Ana, você não precisa ter medo do exílio e sim se sentir rica com esse estado de quem não tem pátria nem nada, às vezes é necessário se distanciar das coisas, pôr um mar no meio para ver as coisas de perto (...) nós nunca vamos aprender a articular uma linguagem de todos, só tentamos, passamos a vida tentando entender, você me entende, Ana? (Trevisan, 1994, 376-377)

I. Lobato e o vício da tradução

“Faço progresso no inglês. Li todo um livrão – 600 páginas: Robertson, *Discovery and conquest of America*.” (Areias, 18/11/1907, Lobato, apud Azevedo et alli, 1997, p. 90). Assim Monteiro Lobato anuncia a seu amigo Godofredo Rangel os avanços que fizera na língua inglesa. Aos 25 anos, formado em direito e exercendo a função de promotor público em Areias, pequena cidade do Vale do Paraíba, onde vivia sozinho havia um semestre, o tédio, talvez, a favorecido o aprofundamento de seus conhecimentos do idioma. Porém, mesmo antes de chegar a Areias, Lobato sabia inglês o suficiente para, em 1906, traduzir o *Crepúsculo dos ídolos* e *O Anticristo*³³, de Nietzsche.

No fim de 1908, casado e ainda vivendo em Areias, Lobato passa a assinar o jornal *Weekly Times*, que lhe chega às mãos semanalmente. Imediatamente, começa a traduzir alguns de seus artigos para serem reproduzidos por jornais de São Paulo, tornando-se a tradução sua segunda fonte de renda: “ando assoberbado de maçadas, que aliás rendem alguma coisa, sobretudo as traduções do inglês. Dito-as da rede e Purezinha [sua esposa] escreve, e assim vai rápido. Este mês deram-me 80\$000” (Areias, 10/12/1908, Lobato, *ibid.*, p. 91). “Tenho mandado alguns artigos para a *Tribuna* de Santos e publicado n’*O Estado de S. Paulo* umas traduções do *Weekly Times* – esse meu meio de neutralizar Areias. Informo-me todas as semanas da saúde de Her Majesty. Quando encontro coisas muito interessantes, traduzo-as e mando-as para o *Estado* e eles me pagam 10\$000” (Areias, 01/07/1909, Lobato, *ibid.*, p. 92).

Tão logo se torna editor e descobre que pode transformar conscientemente as obras

³³ Estas suas traduções, as primeiras de que temos notícia, permanecem ainda hoje em manuscrito que se encontra no Fundo Monteiro Lobato, no Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

de outros autores, tem sua opinião sobre tradução alterada radicalmente, deixando de considerá-la maçada.

A estréia nesse ramo se dá em 1925, com a ordenação literária de “Die Reisen” (As viagens), primeira parte de *Warhaftige Historia*³⁴, de Hans Staden, viajante alemão que, no final do século XVI, esteve duas vezes em terras que viriam a constituir o Brasil e, após o retorno a sua terra natal, registrou em livro as experiências vivenciadas além-mar. De fato, “Die Reisen”, intitulada por Lobato como *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, foi a primeira obra editada pela Companhia Editora Nacional, que fundara em sociedade com Octales Marcondes. Em 1927 vem a público *Aventuras de Hans Staden* – reescritura da mesma obra contada a partir da óptica da personagem D. Benta, criada em 1920, como avó de Lúcia, *A menina do narizinho arrebitado*³⁵.

A partir de então, seu trabalho de criação literária baseada ou inspirada em obras produzidas em outros idiomas e culturas se torna tão importante quanto a direção de sua editora, a produção de artigos para jornais e revistas e a edição de livros próprios e de outros autores – projeto em que vinha trabalhando desde 1917, com a criação da Companhia Gráfico-Editora, fundada em sociedade com alguns amigos quando deixara as atividades de fazendeiro em Caçapava.

Da crítica às traduções das histórias para crianças publicadas no Brasil por seus antecessores, vem a idéia de produzir literatura infantil e, provavelmente, a idéia de criar

³⁴ A partir da segunda edição, em 1926, passa a ser apresentado como primeiro volume da série “Brasil Antigo”. Abaixo do título, aparece a inscrição “texto ordenado literariamente por Monteiro Lobato”. Traz um breve “Prefácio” de autor não especificado, que consideramos ser o próprio Lobato, esclarecendo que se baseou nas notas de Theodoro Sampaio para grafar nomes próprios e termos em tupiguarani: “Os nomes próprios e as palavras e frases em língua da terra, que Staden fixou, aparecem corrigidas de acordo com a lição do mestre doutíssimo que é Theodoro Sampaio, nas notas com que enriqueceu a tradução de Alberto Löfgren, publicada em 1900.” (Lobato, 1926, p. 4) Obs.: este texto e os demais grafados segundo regras ortográficas e de acentuação anteriores às regras vigentes atualmente foram adaptados a estas.

³⁵ Lobato, Monteiro. *A menina do Narizinho arrebitado*. Ed. Facsimilada. São Paulo: Metal Leve, 1982.

seu Staden para crianças, bem como reescrever histórias infantis consagradas pela literatura universal, já traduzidas, ou não, para o português: “As fábulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato – espinhentas e impenetráveis. Um fabulário nosso, com bichos daqui em vez dos exóticos, se feito com arte e talento dará coisa preciosa. Fábulas assim seriam um começo da literatura que nos falta.” (Fazenda, 08/09/1916, Lobato, 1959a, p. 104). Seu descontentamento com as traduções de obras infantis o acompanharia por anos: “Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegas! Temos que refazer tudo isso – abrigar a linguagem” (São Paulo, 11/01/1925, *ibid.*, p. 275).

É bem verdade que, quando começou a traduzir, já tinha 109 mil exemplares de livros vendidos, já fora traduzido e editado na Espanha, já era bastante conhecido pelo seu artigo *Urupês* e pelas personagens Jeca Tatu e Narizinho e acabara de ser indicado para a Academia Brasileira de Letras. Sua atuação no palco literário já contava, portanto, com a encenação de vários papéis, aos quais o de tradutor se somaria. Provavelmente ninguém na história da literatura brasileira traduziu tanto quanto Lobato. Dentre as traduções publicadas, contam-se mais de 70 obras, além das adaptações e das revisões de tradução³⁶.

Entre a publicação da ordenação literária e da versão para a literatura infantil da obra de Staden, Lobato produziu outra ordenação literária de mais um livro de viajante – *História de uma viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry – e traduziu *Minha vida e minha obra*, de Henry Ford.

Em 1927, além da adaptação *Aventuras de Hans Staden*, Lobato traduziu *Hoje e amanhã*, também de Ford. No fim do mesmo ano, mudou-se para os EUA, onde ocuparia o

³⁶ Algumas das obras traduzidas, adaptadas ou cuja tradução foi revisada por Lobato se encontram no Anexo I.

cargo de adido comercial. Talvez isso explique a ausência de traduções até 1931 – foram substituídas pelos relatórios periódicos ao governo do Brasil, embora não tenha deixado de produzir as histórias para crianças.

Quando Getúlio Vargas assume o poder, em 1930, Lobato é destituído juntamente com outros funcionários interinos e extranumerários. De volta ao Brasil em 1931, retoma a tradução, publicando *Beau geste*, de P. C. Wren. Interrompe o trabalho de tradutor no ano seguinte, quando esteve bastante ocupado com suas companhias de petróleo e a publicação de novas histórias infantis com as personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo e de algumas adaptações.

Em 1933, volta a traduzir, publicando mais quatro títulos. É nos anos de 1934 e 1935, porém, que sua fúria tradutória surpreende a todos – nada menos que 25 títulos; um a cada mês, em média aproximada. A tradução está perto de se transformar em sua única fonte de renda, pois não dispunha mais da Companhia Editora Nacional – após ter perdido suas economias na quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, vendera o que lhe restara dela – e vinha se dedicando à perfuração de poços de petróleo sem retorno algum. De fato, a partir de 1939, com a interdição de suas companhias petrolíferas, Lobato não tem de onde tirar seu sustento senão da tradução e da publicação de algumas histórias infantis (cf. Azevedo et alli, 1997, p. 334). Por isso, a tradução, que fora negligenciada entre 1936 e 1938 – apenas quatro títulos no período –, volta a merecer sua atenção, aumentando progressivamente, perfazendo 31 títulos entre 1939 e 1943.

Aos que duvidavam que ele pudesse traduzir tanto em tão pouco tempo, respondia: “Posso ensinar o meu método (...) A questão toda é ir para a máquina de escrever logo que chega o leiteiro e não parar até a hora do almoço” (Lobato, apud, p. 356). Mas o que melhor explica os altos índices de sua produção é a confissão que faz a Rangel, em uma carta

enviada da prisão, onde esteve entre março e junho de 1941: “Foi a tradução que me salvou depois do meu desastre do petróleo. Em vez de recorrer ao suicídio, ao álcool ou a qualquer estupefaciente recorri ao vício de traduzir, e traduzi tão brutalmente que me acusaram lá fora de apenas assinar as traduções. Mas era o meio de me salvar. Hoje me sinto perfeitamente curado, – e por isso abandono o remédio.” (São Paulo, 05/03/1945, Lobato, 1959a, p. 366-367) – confirmando, assim, sua mudança de opinião quanto à tradução: não mais uma maçada. Desde então, seu trabalho como tradutor foi se escasseando; em 1944 foram 3 títulos, decaindo para apenas um nos anos seguintes, até que, em seu último ano de vida, 1948, abandonara o tal vício (termo utilizado pelo próprio Lobato) por completo.

Como se percebe, a tradução foi bastante importante em sua vida, chegando a ser sua única fonte de renda. Seu envolvimento com a tradução se relaciona, sobretudo, com sua dedicação à literatura infantil. De fato, Lobato trabalhou pelo enriquecimento da literatura infantil brasileira mais do que qualquer outro editor ou escritor. Ele teve a idéia de investir nessa área ao constatar não apenas a má qualidade – segundo sua avaliação – das traduções das histórias infantis, mas também a carência do mercado editorial para crianças: “Ando com várias idéias. Uma: vestir à nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças. Veio-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fábulas que Purezinha conta. (...) É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos...” (carta a Rangel, 1916, Lobato, *ibid.*, p. 104).

Indo além das fábulas de La Fontaine, Lobato constituiu o cânon da literatura infantil brasileira enriquecido por obras de diversas culturas.

Ao contrário da visão sacralizadora que usualmente se tem das artes e de tudo que a elas se refere, Lobato, fundador da Companhia Gráfico-Editora, Companhia Editora Nacional e Editora Brasiliense, considerava o livro um gênero de primeira necessidade, uma mercadoria que, como tal, deveria ser vendida em qualquer ponto comercial para que

seu acesso fosse facilitado e, inclusive, que deveria gerar lucros aos envolvidos em sua cadeia de produção e comercialização, a fim de que houvesse mais pessoas interessadas em sua difusão:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também **uma coisa chamada “livro”**? V. S. não precisa inteirar-se do que **essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau.** E como V. S. receberá **esse artigo** em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender **os tais “livros”**, terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa. (circular dirigida a possíveis revendedores, Lobato, 1959b, p. 190, grifos nossos)

Cinco anos mais tarde, em outra de suas cartas a Rangel, Lobato anuncia seus planos de reescrever e publicar histórias infantis que já haviam sido traduzidas por Jansen Müller (sic). Entre tais traduções, estavam *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robinson Crusóe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *As aventuras do celeberrimo Barão de Münchhausen* (1891) e *Don Quixote de La Mancha* (1901): “Pretendemos lançar uma série de livros para crianças (...) e **vamos nos guiar por umas edições do velho Laemmert, organizadas por Jansen Müller.** Quero a mesma coisa, porém com mais leveza e graça de língua. **Creio até que se pode agarrar o Jansen como “burro” e reescrever aquilo em linguagem deslitteraturizada.**” (Lobato, 1959a, p. 233, grifos nossos).

Com sua intenção de deslitteraturizar a linguagem, estaria o que Adriana Vieira interpretou como projeto de criação de uma linguagem mais compreensível às crianças: “Poderíamos interpretar essa expressão de Lobato como busca de uma linguagem mais inteligível para o leitor infantil” (Vieira, 2004, p. 102). Mas podemos interpretá-la, também, como a revelação de que nem sempre Lobato efetuou a tradução, se considerarmos a

acepção essencialista³⁷ desse termo. Por vezes, o que ele fez foi recontar segundo sua ideologia e senso estético – e não apenas sua concepção de literatura infantil – textos já traduzidos – e ele o fazia consciente e intencionalmente. Daí o problema de se usar de modo essencialista termos como tradução e adaptação, ou mesmo recriação, apropriação, paródia ou paráfrase quando nos referimos a seu trabalho.

De fato, todos esses processos poderiam ser sintetizados pelo que André Lefevere (1992) classifica como reescritura, que se constituiria no meio pelo qual o tradutor, adaptador ou simplesmente reescritor de um texto de partida refletiria sua ideologia e poética. Esse trabalho de transferência, porém, jamais é simples, pois, ao se transladar um texto de um idioma para outro, não há como o tradutor deixar de imprimir ao texto resultante suas próprias leituras do texto de partida. O tradutor é, portanto, um intermediário, mas nem por isto destituído de concepções que norteiam seu trabalho, sendo, inclusive, responsável pela recepção e sobrevivência do texto e autor traduzidos.

Considerando que o valor intrínseco de uma obra literária não muda no ato da tradução, Lefevere afirma que o que muda é a visão que se tem da obra. Logo, concluir, o reconhecimento ou escolha de uma obra para republicação não depende de seu valor intrínseco, ou da falta de valor, mas sim de fatores como a ideologia dominante, quem está no exercício do poder, qual instituição financia a obra e quais manipulações se processaram sobre ela.

Ainda segundo Lefevere, em todos os tempos coube ao reescritor construir a imagem da obra, do autor, da época e do gênero literário – tal como a relação de Cixous com Lispector bem exemplifica. É o comprometimento do reescritor com o sistema de

³⁷ Uma das definições de caráter essencialista de tradução a apresenta como: “substituição de material textual numa língua por material textual equivalente noutra língua” (Halliday, apud Catford, 1980, p. 22).

patronagem no qual se insere, com a poética à qual se afilia e com a propagação de uma determinada ideologia que determina o resultado de seu trabalho. Assim, estendem-se aos reescretores influências que os teóricos essencialistas³⁸ admitem atuantes apenas sobre os escritores de textos de partida. A submissão do reescritor a uma poética e ideologia específicas – determinante do sucesso ou esquecimento de escritores e da alteração da poética e ideologia de um determinado escritor – pode fazer com que a comunidade interpretativa que teve acesso a uma obra traduzida, por exemplo, atribua a ela sentidos diferentes dos que lhe foram atribuídos pela comunidade que teve acesso ao texto de partida. Isto se deveria não apenas às diferenças entre as comunidades interpretativas, mas também à interferência do tradutor.

Com o caso do *Diário de Anne Frank*³⁹, Lefevere ilustra o caso de textos que, ao serem traduzidos e editados, foram propositalmente modificados em função dos interesses das editoras ou das tendências ideológicas do tradutor e editor. Ao ser traduzido e editado para publicação, o diário sofreu várias alterações e supressões relativas à sua linguagem e conteúdo. As omissões ideológicas mais óbvias se referem às passagens em que Anne reflete sobre a emancipação feminina. O excerto em que ela pergunta por que as mulheres ocupam posição inferior à dos homens em todas as nações, por exemplo, foi totalmente suprimido do texto publicado em alemão (cf. Lefevere, 1992, p. 64). Os excertos referentes a sexo também foram editados. Os editores e tradutores teriam sido norteados pela suposição de que não seria bem aceita, e não poderia se constituir em heroína, uma adolescente da classe média que admitisse e, mais que isso, revelasse preocupações com tal

³⁸ Aqueles que concebem a possibilidade de existência de significados estáveis inerentes aos textos e passíveis de serem resgatados pelo tradutor, o que determinaria a desvalorização deste tanto em face do autor do texto de partida quanto perante o próprio texto de partida.

³⁹ Frank, Anne. *Das Tagebuch der Anne Frank*, 1947.

tema (cf. *ibid.*, p. 63).

Ora, uma vez que Lobato era proprietário e editor das companhias que publicaram seus trabalhos, o poder de decisão estava em suas mãos e por isso ele pôde exercer com mais liberdade o papel que Lefevere atribui ao reescritor.

II. Tradução como (sobre)vida

Do mesmo modo que criticava a visão sobre o que se identificava como Brasil expressa por estrangeiros, conforme veremos em sua versão de Staden para o público infantil, Lobato também criticava a perspectiva francesa da literatura brasileira – o padrão, em termos artísticos, no século XIX. Ao mesmo tempo, propugnava a fusão do que havia de melhor na literatura universal, em termos de forma e conteúdo, para fortalecer e enriquecer a literatura nacional, criando-se, a partir da assimilação do estrangeiro, uma literatura autenticamente brasileira (até o ponto em que a autenticidade é possível). É neste sentido que, por exemplo, propõe novas traduções de obras já publicadas em português e o abandono do modelo francês, literarizante, segundo sua concepção, em favor de uma literatura com caracteres nacionais e expressa em português brasileiro, fluente e compreensível, sobretudo quando se tratava de obras destinadas ao público infantil:

Já mandei os originais do Michelet. Os contos extraídos das peças de Shakespeare vão para que escolhas alguns dos mais interessantes e que **os traduzas em linguagem bem singela; pretendo fazer de cada conto um livrinho para meninos**. Traduzirás uns três, à escolha, e mos mandarás com o original; quero aproveitar as gravuras. Estilo água do pote, heim? E ficas com **liberdade de melhorar o original onde entenderes**. O *D. Quixote* é para ver se vale a pena traduzir. Aprovado que seja, esse resumo italiano, mãos à obra. E também farás para a coleção infantil coisa tua, original. Lembra-te que os leitores vão ser todos os Nelos [referência ao filho] deste país e escreve como se estivesse escrevendo para o teu. **Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegas! Temos de refazer tudo isso – abrigar a linguagem**. (carta a Rangel, São Paulo, 11/01/1925, Lobato, 1959a, p. 275, grifos nossos)

Além do cuidado com a linguagem, Lobato demonstra preocupação não apenas com a qualidade da obra escolhida para ser traduzida, mas também com a qualidade da obra

resultante. Seu conselho a Rangel para melhorar o original nos permite concluir, ainda, que não partilhava com os essencialistas a concepção de que o original é superior à tradução e, portanto, impossível de ser melhorado – era preciso adequá-lo ao público a que se destinava e a essa adequação ele chama melhorar.

Pouco depois, Lobato volta a manifestar sua preocupação com a escolha de um estilo adequado ao gosto e necessidade do público alvo e a relevância de se conhecer tal estilo: “Recebi o *Rei Lear*. Continua. Fazer os mais interessantes, não todos, pois temos de experimentar o público com os primeiros” (carta a Rangel, São Paulo, 15/02/1925, Lobato, 1959a, p. 275). Meses mais tarde, ainda sobre as traduções das peças de Shakespeare, demonstramos novamente a importância que atribui ao público. Para ele, uma vez encontrado o estilo apropriado, este deve ser mantido, com o objetivo de bem atender aos leitores: “Tenho cá o *Rei Lear*. Podes fazer o resto sem pressa, e em estilo que não perca de vista os leitores que vai ter – meninos” (carta a Rangel, Rio de Janeiro, 07/10/1925, Lobato, *ibid.*, p. 281).

Em outra carta da mesma época, Lobato reafirma sua preocupação em editar traduções, escrevendo-as numa linguagem que considerava mais adequada ao público a que se destinavam. Também pretendia selecionar obras mais abrangentes em termos culturais, disponibilizando às crianças brasileiras grande parte do cânon da literatura universal: além do já citado Shakespeare, queria Miguel de Cervantes, Swift e Defoe: “Andas com tempo disponível? **Estou precisando de um *D. Quixote* para crianças, mais correntio e mais em língua da terra que as edições do Garnier e dos portugueses. Preciso do *D. Quixote*, do *Gulliver*, do *Robinson*, do diabo!** Posso mandar serviço? É uma distração e ganhas uns cobres.” (carta a Rangel, São Paulo, 8/03/1925, Lobato, *ibid.*, p. 276, grifo nosso).

Tais preocupações, porém, já o perturbavam há alguns anos, conforme lemos em outra de suas cartas a Rangel, enviada seis anos antes das citadas acima, em que não poupa

críticas ao mercado editorial brasileiro, que errava tanto na escolha dos títulos a serem publicados quanto na linguagem – conforme continuou criticando – e se propunha, na época em caráter experimental, a fazer algo mais adequado às crianças brasileiras:

Tive idéia do livrinho que vai para experiência do público infantil escolar, que em matéria fabulística anda a nenhuma. Há umas fábulas do João Kopke, mas em verso – e diz o Correia que os versos do Kopke são versos do Kopke, isto é, insultos e de não fácil compreensão por cérebros ainda tenros. Fiz então o que vai. Tomei de La Fontaine o enredo e vesti-o à minha moda, ao sabor do meu capricho, crente como sou de que o capricho é o melhor dos figurinos. A mim me parecem boas e bem ajustadas ao fim – mas a coruja sempre acha lindos os filhotes. Quero de ti duas coisas: juízo sobre a sua adaptabilidade à mente infantil e anotação dos defeitos de forma. (carta a Rangel, São Paulo, 13/04/1919, Lobato, 1959a, p. 193)

Nesta carta, novamente percebemos sua liberdade ao lidar com os textos de outros autores, o que lhe permite fazer adaptações, quando considera necessário, para atender aos objetivos que lhes atribui.

Recuando ainda mais no tempo, encontramos um Lobato interessado em construir heróis brasileiros seguindo os moldes do romance histórico de Walter Scott, modernizando-o, porém, de acordo com o modelo de Rudyard Kipling. Neste sentido, pode-se afirmar que Lobato anseia por criar um passado nobre para o Brasil, apresentando os bandeirantes como heróis, conforme fizeram os românticos com os godos, por exemplo, na Europa ao tentar resgatar para suas nações uma origem nobre inexistente – construída retoricamente. Lobato não queria, porém, incorrer no erro de copiar um modelo que não se encaixava ao contexto nacional, como fizeram os românticos brasileiros. A saída encontrada seria, pois, imitar um escritor que considerava moderno:

Ando a estudar a história do Brasil. Há nela bons blocos de mármore a serem entalhados. **Os bandeirantes, Borba Gato, Fernão Dias – que**

bandidos soberbos! Estou a imaginar a Doença do Ouro no Brasil. O período das minas gerais, a avidez dos homens, a cobiça louca, a ação e a reação desse ouro aqui e no Velho Mundo – lá envenenando Portugal e enriquecendo a Inglaterra. **Um romance histórico feito naturalisticamente. Já notaste que o romance histórico nem sequer ainda balbuciou entre nós? Imagino-o à maneira de Walter Scott, mas com as tintas modernas de Kipling.** Não te sabe uma arracadinha passado a dentro? O óbice maior será a restauração da fala dos personagens. O cenário é a mesma mata virgem de hoje, com as mesmas caças, o mesmo gavião-pato, os mesmos espinhos de brejaúva. **Não conheço *As Minas de Prata do velho Alencar*, mas juro que também lá ele falsifica o homem – embelezando-o. Os índios de Alencar no *Guarani* são pescados na *Ilíada de Homero*.** (carta a Rangel, Fazenda, 17/03/1916, Lobato, 1959a, p. 75, grifos nossos)

Sua crítica ao preciosismo da literatura brasileira, que credita à imitação dos franceses e dos portugueses, os quais, por sua vez, também imitavam os primeiros, e ao modelo clássico, em última instância, é, porém, anterior a esta carta, conforme o demonstra mais uma de suas cartas a Rangel:

Para o trabalho do estilo, a primeira empreitada é modificá-lo, como diz você, das “maneiras” consagradas. Fugir sobretudo da maneira do Eça, a mais perigosa de todas, porque é graciosíssima e muito fácil de imitar. “Cigarro lânguido” – “Caneta melancólica” – “Tinteiro filosófico”. Também o descanso nas linhas exóticas é preciso – sobretudo no inglês. A literatura alemã também ensina muito. Sudermann revelou-te um grande segredo, e a mim quem mo revelou foi Hauptmann. O Caminho dos Gatos é romance de deixar sementes em nosso terreirinho, quanto à composição e ao modo de dizer.

A literatura francesa infeccionou-nos de tal maneira que é um trabalho de Hércules remover as suas sedimentações. É gafeira lamelar. Temos que ir tirando aquilo casca por casca. Da casca haurida em Zola já nos alimpamos; a flaubertina e a goncurciana ainda subsistem em você. Temos depois as casquinhas hauridas aqui – a casca eciana, a fialhana, a euclidiana e até a camiliana. Abusamos de Camilo como certos sifilíticos abusam do mercúrio. O espiroqueta morre, mas ficamos com os dentes estragados. Temos que eliminar todas as cascas e ficarmos em carne viva. Será possível, Rangel? Certas cascas nos ficam como pele e dói o arrancá-las. (Fazenda, 07/12/1915, Lobato, *ibid.*, p. 59-60, grifo nosso)

Sua idéia de renovar o modelo literário brasileiro – por meio da reescritura de obras até então inéditas em português do Brasil, observemos – também já era antiga e se conservará, bem como a crítica ao preciosismo literário e à imitação do estilo francês, até o fim de sua vida:

Entre os aspectos novos que o movimento editorial criou nesses últimos tempos cumpre assinalar a fúria tradutora. Começou-se em São Paulo a traduzir intensamente e o movimento estendeu-se a outros estados onde também se editam livros, como o Rio Grande.

Começou-se... Sim, começamos agora. Até bem pouco tempo o Brasil só conhecia em traduções Escrich, Ponson e Terrail e Alexandre Dumas. Positivamente só. Jornais gravíssimos davam e redavam em rodapé os romances populares desses autores – e alguns mais avançados inovavam com Heitor Malot e Zamaçois e mais coisas. Mas só traduzíamos do francês e do espanhol.

A literatura inglesa, tão rica de monumentos, era como se não existisse. A alemã, a russa, a escandinava, idem. A americana, idem. Um dia um editor inteligente teve a idéia de arejar o cérebro dos nossos eternos leitores de escrichadas e ponsonadas. Aventurou-se a lançar no mercado Wren, Wallace, Bourroughs, Stevenson, e que tais. E foi além. Lançou alguns dos sumos: Kipling, Jack London – e já pensa em Joseph Conrad e Bernard Shaw.

A surpresa do indígena foi enorme. Sério? Seria possível que houvesse no mundo escritores maiores do que Escrich e Dumas? Que fora da França e da Espanha houvesse salvação?

Era sim. Havia salvação e o mundo mental revelado pelos novos livros fez abrir a boca à nossa gente. Foi com verdadeira avidez que o público se atirou às traduções, fazendo que as tiragens se sucedessem num enlace imprevisto. Basta dizer que o Rosário de Florence Barclay alcançou uma saída de cinquenta milheiros, suponho.

A novidade era absoluta. Livros arejados, cinematográficos, de cenário amplíssimo – não mais a alcova de Paris. Almas novas e almas fortes, violentíssimas, caracteres shakespearianos, kiplinguanos, jacklondrinos – novos, fortes, sadios. E deliciado com tanto novo, o público passou a pedir mais, mais, mais, até que se saturou, ou antes, que os editores saturaram o mercado. (Lobato, 1959c, p. 125-130)

Seu interesse por obras oriundas da cultura anglo-saxônica, sobretudo, foi sobejamente explicitado:

Sabe o que estou lendo com enorme agrado? Macaulay o incomparável, e Dickens. As memórias de Pickwick são um modelo de arte. Diz-se lá num

capítulo o que os cacetíssimos psicólogos de hoje dizem em todo um livro. Acho arqui-preciosa a leitura dos ingleses: livra-nos de absorver a infecção luética dos franceses: galiqueira mental que vai dessorando as nossas letras e fazendo-as um luar da francesa. (carta a Rangel, Fazenda, 05/06/1917, Lobato, 1959a, p. 139)

Porém, a despeito de suas críticas à literatura francesa, ele a reconhece na base de sua formação: “Minha livraria é duma pobreza incrível em livros em língua portuguesa. Quase tudo francês. Uma vergonha” (carta a Rangel, Fazenda, 10/03/1916, Lobato, *ibid.*, p. 72). A quantidade de livros franceses em sua biblioteca, reflexo da formação característica da sociedade culta brasileira até recentemente, revela, ao mesmo tempo, a pobreza do mercado editorial interno, que ele também criticava. Além da falta de opções, a qualidade das traduções não era boa, conforme observa:

Ando a fiscalizar as traduções para o Otale, e bom dinheiro perde ele com essa fiscalização! Mas, faça-se-lhe justiça: perde-o com prazer. Prefere perder dinheiro a enfiar no público uma tradução que eu condene. Que outro editor faz isto? Já perdeu assim mais de vinte contos este ano. E o público engoliria do mesmo modo todas as infâmias condenadas, porque o público é o maior bueiro do mundo. Eu às vezes até me revolto de dar à bola em certos trechos de difícil tradução, ao lembrar-me do que é a média do público. Mas sou visceralmente honesto na minha literatura. Duvide quem quiser dessa honestidade. Eu não duvido. Nem você. (carta a Rangel, São Paulo, 16/06/1934, Lobato, 1959a, p. 328)

Ninguém melhor que Lobato, escritor consagrado, crítico e editor interessado na formação dos leitores e da literatura brasileira, poderia exercer a função de revisor de traduções e, enquanto tal, compete-lhe chamar atenção para as diferenças de tradução – se ele podia usar o termo erro, é porque os reconhecia.

Dentre os problemas que elenca, selecionamos a troca de *Midsummer's Night Dream* por *Sonho duma noite de S. João*, efetuada por Castilho.

A propósito de que falas no Fausto do Castilho? Justamente agora ando a traduzir para meu uso uns pedaços da tradução francesa do Gerard de Nerval (que o Goethe gostava mais do que o original) e quero cotejar a tradução do Castilho com a minha. (...) Também acho Castilho uma perfeição de homem. Que língua! Que riqueza! Infelizmente dele só tenho Sonho duma noite de S. João, tradução do *Midsummer's Night Dream*, e não sei como Castilho mete a noite de S. João no meio do verão. (carta a Rangel, Fazenda, 10/03/1916, Lobato, *ibid.*, p. 72)

Por este excerto, nota-se que, embora Castilho tenha uma tradução bastante livre do título da peça de Shakespeare, Lobato não desqualifica suas traduções, tanto que quer cotejar a sua própria, no caso do *Faust*, de Goethe, com a do escritor português. Ele apenas contrasta a *noite de verão*, do título original, com a *noite de São João*, uma das mais frias do ano no hemisfério sul, por não observar o mundo a partir da perspectiva de quem vive no hemisfério norte. Este simples exemplo nos demonstra uma inadequação do uso das traduções portuguesas no Brasil. Como Portugal fica no outro hemisfério, a noite de São João – 24 de junho – coincide com o ápice do verão, servindo perfeitamente à tradução de *Midsummer's Night Dream*, mas no hemisfério sul se passa o contrário – e, neste caso, relacionar noite de verão com noite de São João é realmente um contra-senso, uma incoerência inaceitável⁴⁰.

Ainda envolvido na análise dos problemas de tradução, na citação que se segue, encontramos Lobato exercitando seu raciocínio ao buscar explicação para a confusão criada por Agripino entre *wormwood* e pau podre e por um outro tradutor entre *burning-ghats* e *campo de carniceiro*. Nesse excerto, interessa-nos também sua declaração de que ele próprio cometia enganos como esses. Porém, interessam-nos, sobretudo, sua referência ao

⁴⁰ Este exemplo também serve para nos mostrar o quanto a noção de erro de tradução é relativa. Discussão mais aprofundada sobre o tema pode ser encontrada em Santana, 2001.

trabalho de retradução e sua percepção do problema que pode advir de traduções indiretas⁴¹:

Tenho agora diante de mim uma obra sobre Lincoln e ontem acabei a revisão do meu Kim. Leia-o, Rangel. Depois do Livro do Jangal, é a melhor coisa de Kipling. A primeira tradução do Kim lançada pela Editora era uma neblina. A gente lia e entendia vagamente. Otales encomendou-me outra. E meu último trabalho – ou “trabalheira” – foi retraduzir uma tradução do tremendo For Whom the Bell Tolls, do Hemingway. Encontrei “pérolas do Agripino” nessa tradução, e das mais preciosas. Esta, por exemplo: – “What is this?” pergunta lá um cabra quando Jordan tira do bolso a frasqueira de absinto. E Jordan responde: “That is the real absinthe. That is wormwood.” Wormwood é o nome inglês da nossa velha losna, o ingrediente do absinto; mas como se trata duma palavra composta – worm, verme; e wood, pau, madeira – lá o tradutor tomou a pobre losna como “bicho de pau podre” e verteu assim: “Isto é o absinto, uma bebida feita de bicho de pau podre.” E acrescentou: “No verdadeiro absinto há verme de pau, cupim...”

Na primeira tradução do Kim também encontrei uma boa pérola agripinesca. No original está: “We who go down to the burning-gaths which at the hands of those coming up from the River of Life, etc.” E na tradução vem: “Nós que vamos descendo para o campo do carnicheiro, etc.” Essa tradução de burning-ghats, ou fogueiras onde na Índia queimam os mortos, por “campo do carnicheiro”, deixou-me profundamente intrigado. Eu estava na prisão, cumprindo sentença, e matava o tempo com a nova tradução do Kim. Pus os olhos nas grades e fiquei a matutar naquele quebra-cabeças. De que modo fogueira de cremar defunto pode virar “campo do carnicheiro?” Por fim descobri. Na tradução francesa do Kim deve estar bucher, fogueira, palavra que muito se aproxima de boucher, carnicheiro. O tradutor, que evidentemente traduzia do francês e não do inglês, confundiu as duas palavras e pôs “carniceiro” em vez de “fogueira”. Mas achando esquisita aquela “procissão rumo ao carnicheiro”, inventou o “campo” e botou “campo do carnicheiro...” O Agripino coleciona destas “pérolas”, e se recorresse a mim eu lhe forneceria colares maravilhosos. Tenho uma coleção que vale ouro. E eu também solto de vez em quando a minha perolazinha. Na História da Literatura traduzi The Village Blacksmith, O Ferreiro da Aldeia, por a Aldeia de Blacksmith – e mais que depressa o Agripino, com aquele seu bico de ave, nhoc! Fisgou-me a pérola e lá a pôs em sua coleção. (carta a Rangel, São Paulo, 17/09/1941, Lobato, 1959a, p. 334-335)

Como se pode perceber, embora Lobato admitisse e até incentivasse a autonomia do

⁴¹ Aqui, as expressões *retradução* e *traduções indiretas* foram usadas no sentido de traduções feitas a partir de outras traduções.

tradutor, não deixava de condenar os erros de tradução, quando os percebia – bem entendido – e, demonstrando compreender seus colegas tradutores, não apenas buscava explicação que tornasse lógicas as confusões encontradas – exceto quando esta tarefa exigia o deslocamento de sua visão para o hemisfério norte! –, como também admitia seus próprios erros.

Ainda sobre a qualidade da tradução, ele chama nossa atenção para o fato de que o leitor só começou a perceber o mérito da tradução a partir do momento em que o Brasil passou a ter suas próprias traduções de obras da literatura universal, impulsionadas, sobretudo, pelo movimento editorial paulista, encabeçado pela sua Companhia Editora Nacional, na década de Trinta:

Foi verificando [o público] que com a pressa de apresentar novidades os editores descuidavam da qualidade, dando inúmeras traduções perfeitamente infames. E o público reclamou... Quanto à reclamação do público, os editores estudaram o caso e verificaram que havia razão na queixa. **Traduzir é a tarefa mais delicada e difícil que existe**, embora realizável quando se trata da passagem de obra em língua da mesma origem que a nossa, como a francesa ou a espanhola. Mas traduzir do inglês, do alemão ou do russo, equivale de fato a quase absurdo. **Ocorrerá fatalmente uma desnaturação.** Se a tradução é literal, o sentido chega a desaparecer; a obra torna-se ininteligível e asnática, sem pé nem cabeça, o que não se dá com uma tradução literal do francês ou do espanhol.

A tradução tem que ser um transplante. O tradutor necessita compreender a fundo a obra e o autor, e reescrevê-la em português como quem ouve uma história e depois a conta com palavras suas.

Ora isso exige que o tradutor seja também escritor – e escritor decente. Mas os escritores decentes, que realmente são escritores, isto é, que possuem o senso inato das proporções, esses preferem e têm mais vantagens em escrever obras originais do que transplantar para o português obras alheias. **Os editores pagam menos e o público não lhes reconhece o mérito.** Daí um impasse.

Mas o caminho é esse. Os editores têm que resignar-se a sacrificar a quantidade das traduções pela qualidade; e têm de procurar por todos os meios descobrir bons tradutores. Nos países mais civilizados a função do tradutor está equiparada à do escritor. Vemos Baudelaire receber em França tantos aplausos pelas suas traduções de Edgard Poe como pelos seus versos.

E ainda agora no “*Mercure de France*” há várias páginas de necrológio sobre o recém-falecido Luiz Fabulet, cuja atividade literária se resumiu em transplantar para o francês a obra inteira de Rudyard Kipling.

Os tradutores são os maiores beneméritos que existem, quando bons; e os maiores infames, quando maus. Os bons servem à cultura humana, dilatando o raio de alcance das grades obras. Baudelaire e Fabulet, por exemplo, dilataram o raio de alcance da obra de Poe e Kipling, tornando-a acessível ao mundo latino ou pelo menos à parte do mundo latino que joga com a língua francesa. **Sem eles ou sem outros que fizessem o mesmo, Poe e Kipling ficariam limitados ao mundo inglês.** (Lobato, 1959c, p. 127-128, grifos nossos)

Ao comentar a relevância de qualidade na tradução, Lobato aproveita para expor sua concepção sobre o tradutor, destacando a necessidade de que seja escritor e que reconte em seu idioma histórias que conheceu em outras línguas, descartando, por conseguinte, qualquer inferioridade ou atuação submissa normalmente impostas ao tradutor pelas teorias de caráter essencialista. Ao enaltecer o tradutor por seu mérito como dilatador da cultura humana, ele o coloca no mesmo nível do escritor do texto de partida, reconhecendo-o como responsável pela sobrevivência do texto e, neste sentido, indo ao encontro das atuais concepções de tradução de caráter pós-estruturalista, segundo as quais a tarefa do tradutor não o comprometeria com o autor do texto de partida, mas tão somente com o próprio texto, este sim, imortal. Esta imortalidade do texto estaria vinculada justamente à sua possibilidade de transformação (reescritura) e, neste sentido, a tarefa do tradutor, enquanto reescritor, aproxima-se da tarefa do autor, na medida em que garante existência ao texto, e a suplanta, na medida em que garante sua sobrevivência (cf. Santana, 2001, p. 88).

É por isto, pela equiparação do trabalho do tradutor/reescritor ao do escritor, que Lobato assevera a necessidade de o tradutor ser escritor. Porém, mesmo defendendo a liberdade de ação do tradutor, não defende, por exemplo, a substituição de *losna* por *bicho de pau podre*, pois, neste caso, a alteração não resulta de algum processo de *desnaturação*

da obra, tão pouco de deslocamento ideológico, mas tão somente de desconhecimento de termos da língua de partida⁴².

Continuando a se afastar das concepções essencialistas, ao explicitar sua concepção de tradução por meio da metáfora do escafandrista, Lobato ressalta, ainda, o caráter de leitor inerente ao tradutor e reforça seu papel social:

Há muitas maneiras de ler. Talvez a mais profunda seja a de quem verte um livro para outra língua. O tradutor é um escafandrista. Mergulha na obra como num mar; impregna-se dum pensamento concretizado de um certo modo – o estilo do autor – e lentamente o vai moldando no barro de outro idioma, para que a obra não admita fronteiras. Sem esses abnegados trabalhadores, a literatura ficaria adstrita a pátrias, condenada a limites muito mais estreitos do que os permitidos pela sua potencialidade.

O homem de uma só língua, que entre na biblioteca e pode ler o Banquete de Platão, os pensamentos de Confúcio, os Anais de Tácito, a Viagem Sentimental de Sterne, o Fígaro de Beaumarchais, a Guerra e Paz de Tolstói, o D. Quixote, o Coração de Amicis, o Fausto e tanta coisa, admira os autores mas não tem uma palavra para a formiga humílima – o tradutor – graças à qual aquelas obras lhe caíram ao alcance.

Para o tradutor não haverá nunca remuneração econômica, nem glória, nem sequer a gratidão dos homens; só há insultos quando não faz o trabalho perfeito. Não obstante, a coisa suprema do mundo mental: universalização do pensamento – é obra deles.

A América Latina acaba de receber um alto presente elaborado por uma dessas tenazes abelhas da internacionalização, Benjamin de Garay, com o seu transplante para o castelhano de Os Sertões de Euclides da Cunha. Graças a Garay, o formidável tríptico brasileiro – a Terra, o Homem e a Luta – tornou-se acessível ao mundo de língua espanhola. (...)

E como não concluir que é imensa a paga dum tradutor quando transplanta para a sua língua uma obra assim? (Lobato, 1938, p. 237-245)

Neste excerto, aborda mais diretamente um tema sobre o qual já havia se referido no excerto anterior – a desvalorização do tradutor (pelo editor e pelo público) em relação ao autor do texto original e a tendência da crítica a só ressaltar defeitos nas traduções, como se

⁴² Discussões sobre a posição do tradutor em relação a autor, erros de tradução, bem como a atuação de Baudelaire como tradutor de Poe podem ser encontradas em Santana, 2001.

esperasse que a tradução fosse idêntica ao texto de partida, mesmo tendo o conceito prévio de que a tradução é uma tarefa fadada ao fracasso, conforme exemplifica o comentário de Maurício Santana Dias à tradução brasileira de *A divina comédia* feita por Italo Eugênio Mauro: “Também é certo que toda nova tradução integral do poema de Dante é, em certa medida, uma tarefa de antemão votada ao fracasso. Isso porque é impossível sustentar, sem deixar esmorecer, a excelência e a intensidade desse poema de cem cantos. Só um outro Dante para conseguir isso – talvez nem ele...” (Dias, 1999, p. 9). Ou seja, já naquela época, Lobato discutia uma das questões que mais incomodam tradutores e teóricos de tendência pós-coloniais – a relação assimétrica entre texto de partida e texto de chegada.

Para melhor ilustrar sua concepção sobre o tradutor e enaltecer sua atuação, Lobato usa também a metáfora do escultor. Para ele, o tradutor seria um escultor que molda o pensamento que foi concretizado de um certo modo – o texto de um escultor (escritor) que já moldara idéias, segundo seu estilo, em um determinado idioma – no barro (matéria-prima) de outro idioma. O idioma no qual o texto é traduzido seria, pois, a matéria-prima com a qual se moldam as idéias. O trabalho de escultor, posterior ao do escafandrista, seria o que garantiria sobrevivência ao texto: a tradução mantém o texto vivo porque revoga as fronteiras impostas pela diferença entre os idiomas. Porém, quando se trata da posição social do tradutor, ao menos no Brasil, ele passa de escafandrista e escultor a formiga humílima e abelha, nas palavras de Lobato, cujo único pagamento à altura de seu trabalho seria a satisfação pessoal.

Ainda nesse excerto, ao chamar nossa atenção para o fato de que leitores não políglotas têm seu acesso à literatura universal franqueado pelo tradutor, Lobato resgata a importância do tradutor diante daquele que não vê senão o nome grafado com destaque na capa do livro. Um brasileiro que saiba apenas português e que afirma ter lido Shakespeare,

Baudelaire, Tolstói, realmente o fez, mas só o fez porque contemplou a obra daquele escultor obscuro, ou, antes, da formiga humílima, de cujo nome, freqüentemente, não recorda. Embora invisível e mal remunerado, lembra Lobato, é ele quem universaliza o pensamento. E é por pensar assim que, conforme ele mesmo afirma, só traduzia obras de que gostava, ou seja, com as quais compactuava, aquelas em que podia ver expressas concepções e práticas que ele mesmo defenderia, de autores que produziam o que ele mesmo produziria. É neste sentido que, conforme destacamos acima, ele propugnava que o tradutor é, também, escritor. Assim, pode-se afirmar que tradução e autoria redundam numa mesma atividade para ele. Por extensão, as ideologias que ele não propalaria como autor, não se prestaria a propalar como tradutor. Portanto, ao escolher a quem traduzir, Lobato estaria escolhendo quem o traduz. Assim, considerando que é o autor que o traduz, podemos divisar no caráter de Lobato certa relação com o caráter de seus atores preferidos – e nenhum outro foi mais elogiado por ele que Kipling: “Gosto imenso de traduzir certos autores. É uma viagem por um estilo. E traduzir Kipling, então? Que esporte! Que alpinismo! Que delícia remodelar uma obra d’arte em outra língua!” (carta a Rangel, São Paulo, 16/06/1934, Lobato, 1959a, p. 327-328.).

Lobato escafandrou por Rudyard Kipling⁴³ e o modelou enquanto se encontrava na prisão. Não é sem razão, pois, que se apegava à vida, à natureza e à liberdade que encontrou em sua obra.

Diante dos mistérios da natureza, Kipling sente essa emoção pânica, fixa-a com os recursos artísticos do seu estilo e faz que ela contagie o leitor. Reside

⁴³ Kipling, embora possa ser visto como eurocêntrico, teve o mérito de levar para a literatura britânica personagens até então desconsiderados: “Kipling conhecia os seus personagens por dentro e por fora, e (...) ao abandonar o mundo da classe dos oficiais em favor do ponto de vista das fileiras, ele abriu uma sub-cultura que de outro modo não teria aparecido na literatura” (Rushdie, 1994, p. 95).

nisso o seu gênio.

O cenário de Kipling é quase sempre a Índia, como o de Jack London, outra alma pânica, é quase sempre a fria terra do Alasca. Seus personagens nunca são os personagens franceses – um macho que caça uma fêmea pertencente a um terceiro e num hotel exercita uma função fisiológica que o deixa desapontado e de crista caída. (...)

Kipling é a vida, a Natureza, o Ar Livre, a Fera, a Índia inteira, como Joseph Conrad é o Mar com todos os peixes e tempestades. Pan, em suas infinitas modalidades, o surpreende e assusta, e Kipling anota esses sustos e os põe em composição artística para que também os leitores o sintam e se assustem panicamente.

Candido de Figueiredo diz candidamente que pânico é medo sem motivo. Eu queria metê-lo no caminho dos Dholes, os Cães Vermelhos do Dekkan em razzia depredatórias pelos domínios de Mowgli – para ver se os figos do figueiral desse homem não se arrebetavam todos e se ele não rasgaria imediatamente aquela página do seu dicionário. O medo causado por um avanço de Dholes é para ele medo sem motivo... (Lobato, 1959c, p. 325-328, grifo nosso)

Ao ler Kipling, Lobato se sente estupefato com a liberdade da selva – uma reação normal a um presidiário. Além disso, a analogia possível entre as personagens de Kipling e as de seu próprio universo explicaria seu gosto pelo escritor:

Cada conto de Kipling é uma obra prima que vale toda a clorótica literatura francesa atual. Tomemos “The Undertakers”, que poderíamos traduzir como os Necrófagos. Três personagens só – Jacala o velho mugger (crocodilo da Índia), o Chacal e o Adjutant-crane. Esse Adjutant é uma espécie de Grou, coisa parecida com o nosso Jaburú de bicanca tucanal, mas reta.

Encontram-se ao pé de uma ponte e conversam. O Chacal, miserabilíssimo e sempre faminto, lamuria e bajula o mugger, de cujos restos vive. Chama-lhe Protetor dos Pobres, Orgulho do Rio e outras coisas que os nossos Chacais de dois pés costumam dizer dos muggers que viram governo.

Toda a psicologia do lambujeiro, do fraco, do covarde, do miserável, estampa-se nos gestos e palavras desse animalzinho no qual Kipling, talvez sem intenção, pinta o bajulador humano. Nas atitudes e palavras do Grou estampa-se a esperteza do “aproveitador”. Dá idéia de um tabelião da roça que faz política e rói verbas da Câmara. Já o mugger, cômico da sua força, reproduz exatamente a psique dos nossos grandes homens, isto é, dos homens que galgam posições e pelo simples fato de se verem lá em cima, com a faca e o queijo na mão, julgam-se não só onipotentes como oniscientes. “Eu penso assim. É assim. Eu, eu, eu...”

O Mugger do Mugger-Ghaut era, do focinho à cauda, todo eus – todo ele – e

o Chacal batia no peito, concordando até com o que o crocodilo não dizia. Nessa conversa dos três necrófagos, mugger rememora, ou, melhor, conta a história de um dos mais terríveis dramas da dominação britânica na Índia, o Indian Munity, no qual se ergueram para o massacre em massa dos ingleses todas as tropas de sipaios.

Como a conta? Conta como podia contá-la. Um crocodilo dos rios só pode ter conhecimento de uma guerra pelos cadáveres que bóiam nas águas e ao sabor da corrente vão derivando rumo ao mar. Jacala teve notícia, pelo seu primo o Gavial, comedor só de peixe, de que as águas do Gunga – o Ganges – “estavam riquíssimas, tantos eram os cadáveres de ingleses que passavam boiantes. Jacala engordou como nunca em sua vida e muito apreciou o fato dos “caras-brancas” não usarem as pesadas jóias que usam os nativos. Jóias pesadas fazem mal até a estômagos de crocodilos. Fartou-se e refartou-se do sólido beef britânico.

Depois houve um arrefecimento na procissão de cadáveres. As águas começaram a emprobrecer-se. Por pouco tempo, aliás. Novas ondas de corpos recomeçaram a derivar – mas desta vez cadáveres de nativos. Era a revanche, era o inglês já a dominar o motim e a massacrar a carne indiana a tiros de canhão. (Lobato, 1959c, p. 326-328)

Outro elemento que o leva a se aproximar de Kipling é a leitura que faz de suas metáforas. No Grou, típico aproveitador, Lobato enxerga o tabelião da roça; no Mugger, os políticos que abusam do poder, e no Chacal, o bajulador. Assim, a crítica social que encontra em Kipling, no modo como o lê, fazem com que se identifique com o escritor britânico-indiano ao construir para ele a imagem de crítico dos problemas sociais e políticos. Se Kipling manteve ou não postura eurocêntrica perante a dominação da Índia pelo Império Britânico, isto não vem ao caso; o que importa é o Kipling que Lobato construiu.

Quanto à sua própria relação com a tradução, Lobato a reconhece mais profunda que seu envolvimento com suas produções originais ao salientá-la como vital (cf. 1959a, p. 366-367). Porém, no seu caso, conforme já vimos, a distinção entre tradução e produção original é bastante relativa, pois ele freqüentemente se utilizou da produção de outros autores para criar a sua própria. Aproveitou personagens ou episódios de outras histórias

para criar as suas, tal como a inclusão do navio do Capitão Gancho em *O Pica-pau Amarelo* e a visita dos personagens do Sítio à Grécia Antiga. Essa sua prática justifica nossa aproximação de seu modo de produção com o do reescritor – conforme definição de Lefevere (1992) – e o do escritor pós-colonial – conforme definição de Maria Tymoczko (1999).

A princípio, a convergência entre a produção de Lobato e a produção literária pós-colonial pode ser apontada a partir do fato de que ambas são limitadas por uma interface cultural, uma vez que o reescritor, no caso, Lobato, precisa escolher quais elementos do texto preservar – linguagem, tom, forma, conteúdo cultural ou uma combinação de alguns destes – enquanto o escritor pós-colonial é construído pela história, mitologia, ideologia e patronagem que circunscrevem seu raio de ação. Considerando que ambos têm em mãos uma cultura de partida a ser vertida, conclui-se que sua produção também é permeada por um conteúdo ideológico externo a si, ao qual devem se sobrepor.

Da própria necessidade de sobrepujar um conteúdo ideológico do qual não compartilha, vem a necessidade de escolher a quem traduzir e, após, escolher o que preservar em seu texto e o que transmitir por meio dele. De fato, a transmissão de elementos de uma cultura para outra, o que se dá através de um espaço lingüístico, é ponto central tanto para escritores como para reescritores, que podem, inclusive, optar por não transmitir determinados elementos.

Observamos, porém, que o reescritor, tal como o escritor de textos de partida, é limitado, sobretudo, pela língua, posto que os conceitos de contexto histórico, social, econômico e geográfico em que se insere são construções lingüísticas. Ambos se encontram, também, igualmente submetidos à patronagem exercida pelas editoras, universidades e agências de financiamento, que determinam o que será traduzido, o que

será publicado, o que será lido, estudado, sugerido para compra. Apesar desses limites, inerentes a todos, Lobato conseguiu quebrar algumas barreiras. Conforme lembramos anteriormente, como editor e proprietário de editora, ele dominava parte do sistema de patronagem de que dependeria, restando-lhe apenas convencer os comerciantes a vender seu produto e, os leitores, a consumi-lo. Para tanto, procedia como explicou a Tristão de Ataíde: “O galo encontrou uma pérola. ‘Antes fosse um grão de milho’, disse e passou. Você deu pérola ao galo. Eu dou milho. Eis a razão do meu sucesso.” (São Paulo, 30/06/1921, Lobato, 1959a, p. 234).

Quanto à literariedade, mais uma vez reescritores e escritores pós-coloniais se vêem na mesma posição, correndo ambos o risco de ter o seu texto comprometido pelo didatismo quando se deparam com a necessidade de explicar mitos, crenças, costumes, personagens e eventos históricos não familiares ao público alvo.

Também no caso da transposição de gêneros literários, provérbios e metáforas de uma cultura para outra, como já salientamos, os escritores pós-coloniais têm os mesmos problemas que os reescritores. Daí a necessidade de se estabelecer a distinção entre construir um texto para o público e construir um público para um texto tanto quando se trata de reescritura quanto quando se trata de produção literária pós-colonial. É sobre isto que se refere Lobato quando aconselha Ataíde a dar “milho ao galo”, ou seja, a construir seus textos pensando em seu público. Mas, ao mesmo tempo, Lobato também trabalha em sentido inverso, procurando construir um público para seu texto. Indícios disso podem ser vistos em seus esforços para formar no Brasil um público leitor, na facilitação do acesso aos livros de suas editoras e nas propagandas de suas obras, que ele chega a inserir no interior do próprio texto. Por exemplo, uma propaganda de sua versão de *Alice no País das Maravilhas* pode ser encontrada em *Memórias de Emília*:

- Esta aqui, tia Nastácia, é a famosa Alice do País das maravilhas e também do País do Espelho, lembra-se?
- Muito boas tardes, senhora Nastácia! Murmurou Alice cumprimentando de cabeça.
- Ué! Exclamou a preta. A inglesinha então fala nossa língua?
- Alice já foi traduzida em português, explicou Emília. (1952a, Lobato, p. 87-88)

Além de trazer a personagem para sua história, ele ainda inclui uma nota de rodapé informando a publicação, em português, do livro de Lewis Carrol.

Quanto ao que os teóricos essencialistas chamam interpretação, Tymoczko define como um outro nome atribuído às escolhas, ênfases e seleção efetuadas pelos tradutores e escritores pós-coloniais (cf., Tymoczko, 1999, p. 24), responsáveis pela imposição de sua ideologia e transformação, no caso de traduções, adaptações e outros tipos de reescritura, em relação ao texto de partida.

Finalmente, Tymoczko lembra que, na escrita pós-colonial, encontram-se vários problemas típicos da tradução, tais como as perturbações lexicais, que podem ser ocasionadas por elementos da cultura de partida não familiares ao público alvo do texto de chegada (costumes, leis, hábitos alimentares, condições climáticas, fauna, flora etc.) para os quais não há correspondentes na cultura de chegada ou há apenas termos raros ou técnicos, caso em que o tradutor pode optar por empregar uma expressão equivalente (até o ponto em que a equivalência é possível) ou manter o termo estrangeiro e inserir uma nota explicativa – artifício empregado também pelos escritores de textos pós-coloniais que, ao traduzir um metatexto de um contexto cultural para outro, deparam-se com a mesma situação. Esse tipo de dificuldade pode ser exemplificado por excertos de *Warhafige Historia*, quando, por falta de termos adequados em seu vocabulário, ou mesmo por falta de conhecimento da

fauna nativa, Staden nomeia alguns animais do Novo Mundo com termos que se referem a animais inexistentes na fauna americana⁴⁴. Tanto que, na tradução editada por Karl Fouquet, foram acrescentadas notas esclarecedoras dos equívocos.

Observações como essas levaram Tymoczko à conclusão de que as diferenças entre escrita pós-colonial e tradução, em uma consideração mais profunda, são evidentes apenas à primeira vista. Por exemplo, o fato de que o tradutor transpõe um texto enquanto o produtor de literatura pós-colonial transpõe uma cultura representaria, para ela, uma diferença mais aparente que real, pois o sentido de tradução seria transladação/transposição de culturas, não apenas de linguagem. Portanto, o tradutor estaria envolvido com o mesmo tipo de fatores culturais que o escritor do texto de partida quando este escreve para um grupo de leitores composto predominantemente por pessoas de cultura diferente daquela de que trata sua história.

Outro ponto de convergência se encontra no fato de que o tradutor pode usar comentários paratextuais, introdução, notas de rodapé, ensaios críticos, glossário, mapas etc., manipulando o texto tanto quanto escritores se valem de recursos como descrição de contexto cultural, mapas, glossários, apêndices com informações históricas, introdução, *post-scriptum* e ensaios críticos.

Segundo Tymoczko, restaria, pois, apenas um elemento que pode de fato ser considerado distintivo: o tradutor lida com um texto acabado e concebido para um determinado público alvo; o escritor, ao contrário, escolhe os elementos da cultura que quer transportar ao público alvo. Porém, como veremos no caso de Lobato e Staden, a manipulação do texto de partida chega a tal nível que o reescritor também pode escolher os

⁴⁴ Mesmo não sendo uma produção tipicamente pós-colonial, Staden teria enfrentado os mesmos problemas que escritores pós-coloniais por tematizar um contexto desconhecido de sua cultura.

elementos da cultura que seriam transportados e rechaçar aqueles que não lhe interessam. Assim, como a interferência dos reescritores sobre o texto que reescrevem e, inclusive, sobre a criação da imagem do autor é inevitável, podemos chegar à conclusão de que não há distinção rígida entre tradução, adaptação, recriação, apropriação, paráfrase e mesmo produção original. Logo, tanto *Aventuras de Hans Staden* quanto *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* – consideradas, respectivamente, como adaptação para a literatura infantil e ordenação literária – seriam reescrituras – no sentido de recriação – de, no primeiro caso, *Warhafige Historia* e, no segundo, da primeira parte dessa obra, “Die Reisen”.

Adaptação, rótulo normalmente atribuído a *Aventuras de Hans Staden*, poderia ser, portanto, apenas um outro termo para tradução ou reescritura, normalmente usado quando o tradutor tem consciência de sua interferência sobre o texto de partida – quando ele a premedita e deseja escapar das críticas negativas e acusações de infidelidade que indubitavelmente seriam feitas à sua tradução se ele a marcasse explícita e conscientemente com sua ideologia – e também quando quer fugir do rótulo de plagiador ao reescrever uma obra conhecida. Assim, ao classificar sua obra *Aventuras de Hans Staden* como adaptação, Lobato teria se sentido livre para expor sua ideologia – diferentemente do que acontece em *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*.

Porém, quando Lobato afirma que tomou o enredo de La Fontaine e o vestiu à sua própria moda, ao sabor de seu capricho (cf. Lobato, 1959a, p. 193) – a receita de seu processo de reescritura –, coloca-se indubitavelmente na posição de autor, ou seja, de quem produz um texto, mesmo que tenha se inspirado em outro, pré-existente. Traduzir, para ele, ou, em sentido mais geral, reescrever, significava poder exercer o direito de ser autor, tendo como ponto de partida um outro texto; significava simplesmente poder estabelecer um

diálogo com o outro. Tanto que se refere a suas reescrituras como “minha literatura” (cf. Lobato, *ibid.*, p. 328). Neste sentido, ele seria um precursor do pós-estruturalismo, tanto na prática quanto na teoria. Embora não tenha escrito nenhum tratado sobre tradução, em suas cartas transparecem suas reflexões sobre o tema, as quais nos possibilitam depreender sua concepção do tradutor como autor. O que ele faz com a história de Staden é apenas um dos exemplos dessa sua concepção aplicada à prática. Outra antecipação dos pós-estruturalistas pode ser vista quando, ao tentar explicar a origem dos erros que identificou na tradução de *For whom the bell tolls* (cf. Lobato, *ibid.*, p. 334-335), por exemplo, estabelece relação entre inconsciente, psicanálise e tradução⁴⁵.

O rompimento com o conceito de tempo seqüencial e de espaço fixo seria outra característica de Lobato que demonstra sua conexão com idéias avançadas. Ao quebrar as dimensões da lógica tradicional, fazendo com que suas personagens rompessem as barreiras de espaço e tempo, como quando viajam para a Grécia Antiga e participam das aventuras de Teseu no labirinto do Minotauro (cf. Lobato, 1952b), ele se mostra conectado com a teoria da relatividade de Albert Einstein e, mais uma vez, antecipa os pós-estruturalistas ao desconstruir o conceito essencialista de autor, literariedade e seus sentidos estáticos. Suas personagens também rompem os limites entre ficção e realidade, como vimos no diálogo entre tia Nastácia, Alice e Emília, quando a velha cozinheira se surpreende com o fato de a personagem de Carrol falar português e Emília esclarece que isto é possível porque o livro fora traduzido (cf. Lobato, 1952a, p. 87-88).

Como vemos, para Lobato, tudo é relativo. Daí, talvez, seu sucesso ao relativizar a civilidade do homem branco e a selvageria dos índios da América Portuguesa – mote de sua

⁴⁵ Para mais informações sobre esse assunto, pode-se remeter a Arrojo, Rosemary. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

reescritura de *Warhafige Historia* para o público infantil, que analisamos no próximo capítulo. Antes, porém, apresentamos Staden e sua obra e cotejamos sua versão alemã, editada por Andréas Kolbe, com a ordenação literária de Lobato. Trabalharemos também com a versão empreendida por Robert Avé-Lallemant.

CAPÍTULO III

HANS STADEN: O BOM-EUROPEU

Insisto em que trata-se de um país que enfeitiça – completou Lallemand, cheio de convicção. – E receio ter que admitir que, uma vez tendo vivido lá, a gente não se recupera mais do Brasil. (...) – Ah, trata-se de um país de natureza encantadora – retrucou Lallemand, saudoso. – Lá a luz é mais luz. As cores parecem mais vistosas do que em qualquer outra parte do mundo que conheço. Até o branco fica mais intenso. E depois, as plantas são tantas! Tem essas árvores tão típicas do trópico, as palmeiras. E as flores são indescritíveis: vermelhas, roxas, amarelas, brancas, um verdadeiro festival. E os pássaros... Ah, os pássaros do Brasil! Com eles, o Criador parece ter se esmerado na arte da música... Como cantam! (...) – Ah, vocês não imaginam o que é o Brasil das palmeiras e dos sabiás... – dizia o sr. Lallemand, suspirando, com o olhar alçado para o teto. – esse pássaro, o sabiá... (Trevisan, 1994, p. 182)

I. Staden e sua História Verdica

Além de *Warhafige Historia*, de Staden, encontram-se entre os textos sobre a colônia americana portuguesa produzidos no século XVI as anotações de integrantes da frota de Pedro Álvares Cabral: *Relação do Piloto Anônimo*, primeiro a se tornar público, impresso em 1507, na Itália, em tradução para o italiano, e publicado em português apenas em 1812, em Lisboa; a já referida certidão de nascimento do Brasil, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, de 1500, cuja primeira publicação só se deu em 1817, no Rio de Janeiro, e a *Carta de Mestre João Farás*, publicada ainda mais tardiamente, apenas em 1843, também no Rio de Janeiro. Porém, nenhum destes escritos nem os que os seguiram ao longo do século XVI – *Diário da navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão, Pero Lopes de Sousa* e datada de 1530; *Cartas ao provincial e aos padres da Companhia de Jesus em Lisboa*, escritas em 1549; *Informação das terras do Brasil e Diálogo sobre a conversão do gentio*, de Manuel da Nóbrega, escritos em 1551 e 1557 (ou 1558), respectivamente, e *Quam plurimarum rerum naturalium*, carta de José de Anchieta com informações sobre etnologia e dados sobre a fauna e a flora da colônia, datada de 1560 – alcançou tanto sucesso quanto a obra de Staden.

Há outros, ainda, que merecem destaque, embora alguns dos autores não tenham sequer conhecido a terra sobre a qual escreveram. São eles a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses, vol. I*, do cronista Fernão Lopes de Castanheda, escrito em Coimbra e datado de 1551; *Década I*, de João de Barros, escrito em Lisboa e

datado de 1552; *Crônica do felicíssimo rei D. Manoel*, de Damião de Góis, escrito em Lisboa em 1556; *Tratado da terra do Brasil*, datado de 1570 (data aproximada) e *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, datado de 1576, ambos de Pero de Magalhães de Gândavo; *Tratado da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim, também de 1590, e *As lendas da Índia*, de Gaspar Correia, escrito à época da viagem de Cabral, mas só publicado três séculos depois, em 1858, em Lisboa. A estes, acrescentam-se a *Carta de D. Manoel, o Venturoso, ao rei da Espanha*, datada de 1501, e a correspondência dos italianos residentes em Lisboa com seus conterrâneos no início do século XVI. O primeiro texto impresso sobre a viagem de Cabral, um panfleto de autoria desconhecida intitulado *Copia de una littera Del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio & successo da Índia*, cuja autenticidade como tradução da *Carta de D. Manoel* é contestada, data de 1505 e foi publicado em Roma e Milão.

Como se pode perceber, a série de anotações de viagem feitas *a posteriori* por Staden sobre parte das terras que viriam a constituir o Brasil e sobre o povo que a habitava, cuja edição *princeps*, escrita em caracteres góticos e publicada em 1557, em Marburg, Alemanha⁴⁶, acabou sendo a primeira obra impressa e disponibilizada ao público leitor sobre essa parte do globo. Assim, tornou-se a principal fonte etnográfica da atual América do Sul conhecida ao longo dos primeiros séculos da colonização e responsável primordial pela formação do imaginário europeu a respeito do futuro Brasil e de seu povo autóctone⁴⁷. A paisagem natural e a humana foram descritas por ele de modo tal que forneceram

⁴⁶ A Alemanha, como a conhecemos hoje, só foi unificada no final do século XIX, porém, ao longo desse trabalho, nos referimos à Alemanha, como todo historiador, para nos referirmos a acontecimentos e pessoas que viveram nos locais que atualmente constituem o que se entende por Alemanha (cf. Bolognini, 2003, p. 72).

⁴⁷ As primeiras informações sobre as terras onde o Brasil se constituiria são de Ulrich Schmietael: *New Zeitung aus presillandt* (Nova notícia da terra do Brasil), publicado na Alemanha em 1515.

elementos para a mentalidade européia construir tanto o imaginário da edenização do Novo Mundo quanto sua infernização – ou demonização –, quando conveniente. Esse imaginário, fundamental na construção da colônia portuguesa, teria sido o substrato da posterior emergência do Brasil na história (cf. Novais, 1998, p. 93).

O sucesso da obra de Staden se deveu a vários motivos. Em primeiro lugar, por ser uma narração bastante descritiva. Em segundo, pelas xilogravuras que destacam os momentos cruciais de suas peripécias e reproduzem graficamente suas descrições de locais (mapas), bem como da fauna e flora exóticas aos olhos dos europeus, além de objetos típicos dos índios encontrados na América Portuguesa, como os que aparecem numa ilustração que traz o busto de um índio usando ornamentos faciais e, ao lado, os mesmos ornamentos, em destaque, atraindo a atenção mesmo dos que não soubessem ler. Em terceiro, à mensagem religiosa contida no livro, que possibilitou que fosse utilizado como arma a favor do protestantismo ao propalar os milagres que as orações de um luterano – Staden – puderam provocar. Zinka Ziebell aponta, ainda, a linguagem popular em que o livro foi escrito e o preço acessível (cf. 2002, p. 235). Finalmente, concorre par tal sucesso o interesse de outros reinos por *Hy Brasil*, razão pela qual o rei de Portugal proibiu em sua jurisdição publicações sobre a colônia⁴⁸.

Suas narrações, descrições e comentários compuseram capítulos curtos com longos títulos – “Wie die Wilden von Pernambuco aufständisch wurden und eine Niederlassung der Portugiesen zerstören wollten” (De como os selvagens de Pernambuco estavam revoltados e queriam destruir a colônia dos portugueses), “Wie die Befestigung der Wilden

⁴⁸ Tal proibição iria se recrudescer com o passar do tempo, devido às atividades de mineração. O controle do acesso ao Brasil na época da mineração foi tal que em 1720 o governo português chegou a proibir a venda de passagens para sua colônia (cf. Holanda, 1963, p. 95). Quanto aos idiomas, locais e anos de publicação de *Warhaftige Historia*, consultar Anexo III.

aussah und wie sie uns bekämpften” (De como eram as fortificações e de como os índios combatiam) e “Wie wir von Pernambuco ausfahren, das Land der Potiguaras in Parahyba erreichten und auf ein französisches Schiff trafen, mit dem wir uns schlugen” (De como deixamos Pernambuco de rumo à terra dos potiguaras e no caminho encontramos um navio francês)⁴⁹. Outros capítulos foram acrescentados a estes, narrando seu retorno ao Brasil, entre 1550 e 1555, e as peripécias por que passou, incluindo seu cativeiro de nove meses⁵⁰ entre os índios tupinambás, sua fuga e retorno à Europa.

Staden era um jovem de vinte e poucos anos quando resolveu conhecer as Índias Orientais; seria sua primeira viagem ao exterior. Isto foi em 1547, durante o período áureo despertado pelas grandes navegações e pela exploração do Novo Mundo. Suas aventuras, porém, tiveram início antes mesmo de deixar o continente europeu, como faz questão de frisar enquanto constrói para si uma identidade heróica. De Homberg, sua cidade natal, na Alemanha, Staden viajou para Bremen e de lá para Kampen, nos Países Baixos, de onde embarcou em um navio mercante com destino a Setúbal, em Portugal, seguindo para Lisboa, onde pretendia se juntar à tripulação de algum outro navio que fosse para as Índias Orientais. Como não restava nenhum, embarcou para a colônia portuguesa das Índias Ocidentais.

Uma vez em alto-mar, tendo deixado para trás os ataques a navios piratas, iniciou-se um outro tipo de aventura. Staden conheceu novas espécies de peixes, experimentou a

⁴⁹ Títulos dos capítulos 3, 4 e 5 retirados, respectivamente, de Staden, 1941, p. 27, 28 e 31 e 1926, p. 14, 16 e 20. Embora na versão de Staden (1941, p. 20) o primeiro capítulo não tenha título, na ordenação literária de Lobato (1926, p. 5) encontramos o título “De quem sou e de como deliberei viajar”, em referência a Staden.

⁵⁰ Segundo o subtítulo da adaptação feita por Lobato, Staden teria permanecido entre os tupinambás por oito meses – *Aventuras de Hans Staden: o homem que naufragou nas costas do Brasil em 1549 e esteve oito meses prisioneiro dos índios tupinambás narradas por dona Benta aos seus netos Narizinho e Pedrinho e redigidas por Monteiro Lobato*. Tal equívoco possivelmente se deva a uma confusão por parte de Lobato na contabilização dos meses. O ano apontado por Lobato também não condiz com as informações de Staden. Tais equívocos, porém, não afetam o conteúdo da obra nem a análise que dela fazemos.

elevação progressiva da temperatura e suportou as tempestades, temendo a fome, pedindo a ajuda de Deus e vendo no fogo de santelmo um sinal divino até que seu navio aportasse em Pernambuco, proporcionando-lhe ensejo para mais algumas observações, publicadas após sua segunda viagem à América Portuguesa pelo editor Andreas Kolbe sob o título *Warhaftige Historia vnnnd Beschreibung einer Landtschafft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschfresser Leuthen/in der Newen Welt America gelegen vor vnd nach Christi geburt im Land zu Hessen vn bekant bisz auff diese lj. nechst vergangen jar Da sie Hans Staden von Homberg ausz Hessen durch sein eygene erfahrung erkant vnd jetzt durch den truck an tag gibet*⁵¹. Além dos elementos já citados como possíveis responsáveis pelo sucesso da obra, temos que acrescentar esse título, bastante sensacionalista.

Sua primeira publicação em português data de 1892, na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, editada no Rio de Janeiro por Tristão de Alencar Araripe (cf. Franco, 1974, p. 19 e Ferri, 1974, p. IX), e levou o título de *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos tupinambás por Hans Staden*. Desta edição, foram excluídos o prólogo do médico Johann Eichmann Dryander, a dedicatória e as ilustrações. Apenas considerando o título e os elementos excluídos, já é possível entender porque Ziebell a considera uma edição científica, voltada para a descrição etnográfica (cf. Ziebell, 2002, p. 246). A tradução se baseou na versão francesa de Ternaux-Compans, publicada em Paris em 1837 e mereceu crítica negativa de Francisco de Assis Carvalho Franco devido à ortografia de Araripe, que classificou como originalíssima; à

⁵¹ *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão* (tradução de Karl Fouquet de sua própria atualização do alemão da edição de Andreas Kolbe: *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser Leuthen, in der Newen welt América gelegen: vor und nach Christi geburt im Land zu Hessen unbekant, biß uff dise 2 nechst vergangene jar, Da sie Hans Staden von Homberg auß Hessen durch sein eygne erfassung erkant, Mit eyner vorrede D. John Dryandri*).

inacessibilidade da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ao público leigo; aos erros e à ausência de notas explicativas (cf. Franco, 1974, p. 23).

Assim, o livro de Staden só se tornaria conhecido no Brasil a partir da tradução de Alberto Löfgren, intitulada *Hans Staden. Suas viagens e cativeiro entre os selvagens do Brasil*, publicada em São Paulo, em 1900, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e baseada na segunda edição em alemão, também editada por Kolbe no mesmo ano da edição *princeps*. Segundo Ziebell, esta tradução se centraria mais na figura de Staden e em suas aventuras do que no caráter etnocêntrico de sua obra, sendo, por isso mesmo, mais voltada para o grande público (cf. Ziebell, 2002, p. 246), justificando-se a crítica positiva de Franco, que elogia o uso de fonte confiável e a reprodução das ilustrações: “A tradução foi feita diretamente de um exemplar da segunda edição de Marburgo (...). Reproduziu todas as xilogravuras dessa edição, que eram as mesmas da primeira, exceção duma vinheta. O dr. Teodoro Sampaio, que anotou a versão, permanece até hoje [1941] como único intérprete dos termos e frases tupis, escritas por Hans Staden.” (1974, p. 23).

Além de terem sido traduzidas para o francês, as aventuras de Staden podiam ser lidas em latim e holandês já no século XVI e, posteriormente, em inglês, porém ainda antes de chegarem ao português⁵². Ao se constatar o intervalo de quase três séculos entre a publicação alemã e a primeira tradução para o português daquela que ficou conhecida como a primeira obra sobre o Brasil, pode-se questionar a razão, ou razões, de tanta demora.

Não é por acaso que a tradução só será empreendida após o momento em que o Brasil inicia o processo para se constituir como país e nação independentes de Portugal, ou seja, quando se pode vislumbrar uma pátria brasileira. Tal momento foi marcado pelas manifestações nacionalistas produzidas pelos românticos, abolicionistas, defensores da

⁵² Mais informações sobre as traduções e edições da obra de Staden se encontram no Anexo III.

independência e republicanos. Como a estes e àqueles que herdaram sua ideologia provavelmente não interessava resgatar a imagem negativa que Staden apresenta de seu Brasil – uma terra de selvagens nus e canibais –, temos como consequência uma tradução marcada pelo emprego de expressões e construções rebuscadas e pela ausência de qualquer nota esclarecedora sobre os termos em tupi e outros que não se encaixavam à realidade local presentes no texto em alemão⁵³. Trata-se, pois, de uma tradução que não presta ao texto de Staden nenhum tratamento especial no sentido de inserir o leitor no contexto de produção da obra e de, assim, resolver possíveis problemas de leitura.

Na tradução editada por Karl Fouquet para a Sociedade Hans Staden de São Paulo, baseada no texto da edição *princeps*, ao contrário, encontramos várias notas que objetivam desfazer equívocos presentes no texto de Staden. Por exemplo, ao fim do capítulo 32 da Segunda Parte, “Land und Leute” (Terra e povo), aparecem três termos que levam o leitor a crer que na América Portuguesa havia tigres (Tiger), leopardos (Leoparden) e leões (Löwenart)⁵⁴. A tradução mantém tais termos, porém é acompanhada pela seguinte nota: “É sabido que no Brasil não existe tigre, nem leopardo e muito menos leão. O tigre seria a onça pintada ou ‘jaguar’. O leopardo seria a onça parda ou ‘susçu-arana’. Sobre esta e outras espécies dos nossos felinos consulte-se a obra citada de Couto de Magalhães, págs. 264-277.” (Fouquet, 1941, p. 92). Neste caso, fica patente a preocupação de não apenas apresentar uma tradução para o texto, mas também para a visão de quem não conhecia aqueles animais e que não encontrou para nomeá-los senão termos oriundos da fauna de

⁵³ Tratamos aqui da primeira edição em português.

⁵⁴ “Es gibt auch viele Tiger in jenem Land [...], dazu eine Löwenart, die man Leoparden nennt, was so viele andere seltsame Tiere.” (1941, p. 207).

outros locais por ele conhecidos⁵⁵. Conclui-se, pois, que tanto essa tradução quanto a de 1900, ao trazerem notas de rodapé e comentários sobre os nomes e expressões em tupi, revelam certo caráter de valorização do elemento nacional – simultâneo e diretamente relacionado aos esforços no sentido de oficialização de uma língua nacional que já não mais correspondia à de Portugal.

Também poderíamos ver aquela primeira tradução da obra de Staden para o português como expressão do caráter mimético – ou, para usar termo mais adequado ao contexto, canibal – de nossa pátria, que, tal como os românticos europeus, volta às origens no momento em que tenta se firmar como nação independente. A volta, porém, não é completa porque não havia qualquer passado heróico a resgatar, uma vez que os únicos registros foram tecidos a partir da perspectiva do *outro* constitutivo, ou seja, do estrangeiro dominador. Nisto reside um paradoxo do romantismo desenvolvido fora do eixo ocidental – ao se imitar os românticos europeus, obtém-se resultado oposto ao obtido por eles.

Finalmente, já dentro de um contexto e projeto nacionalistas, temos a ordenação literária de Lobato, publicada em 1925⁵⁶, embora apenas da Primeira Parte, levando-nos novamente ao questionamento: por que ele não se dedicou à Segunda Parte? A diferença entre os temas abordados em ambas poderia ser esclarecedora: na primeira, “Die Reisen”, Staden trata das duas viagens que empreendeu à América Portuguesa, porém é na segunda, “Land und Leute”, que tece seus comentários sobre a terra e os nativos que os primeiros colonizadores nela encontraram. Uma resposta possível seria, então, o desinteresse em continuar reproduzindo a ideologia de Staden e passar a apresentar a sua própria, que se

⁵⁵ Esta foi uma das maneiras pelas quais termos oriundos de línguas indígenas e, em menor quantidade, africanas foram se adicionando à língua portuguesa ao ponto de diferenciá-la na América daquela praticada em Portugal, vindo a se formar, devido à insuficiência do português lusitano para expressar objetos e conceitos pertinentes ao Novo Mundo, o português do Brasil, conforme demonstramos anteriormente.

⁵⁶ Data fornecida por Franco (cf. 1974, p. 23), porém Fouquet (cf. 1941, p. 220) aponta o ano de 1926, talvez em referência à segunda edição, que, de fato, é deste ano.

manifestaria explicitamente na sua reescritura das aventuras de Staden para a literatura infantil. De qualquer forma, Lobato não deixa de exprimir sua tendência ideológica, como é natural, conforme se pode observar no cotejo apresentado a seguir de alguns exemplos extraídos do Primeiro Capítulo de sua ordenação literária⁵⁷, e da edição *princeps*⁵⁸.

Reproduzimos abaixo o primeiro capítulo de cada versão, contendo os elementos cotejados em nossa análise.

Edição <i>princeps</i>	Ordenação de Lobato
<p>Ich, Hans Staden aus Homberg in Hessen, nahm mir vor, wenn es Gott gefiele, Indien kennen zu lernen und reiste dieser Absicht von Bremen nach Holland. In Kampen fand ich Schiffe, die in Portugal Salz laden wollten. Ich fuhr mit und kam nach einer Seefahrt von vier Wochen am 29. April 1547 in der Stadt Setubal an. Von dort fuhr ich nach dem fünf Meilen entfernten Lissabon. In Lissabon fand ich eine Herberge, deren Wirt der junge Leuhr genannt wurde und ein Deutscher war. Ich blieb einige Zeit bei ihm, und als ich ihm erzählte, dass ich meine Heimat verlassen hätte, um nach Indien zu segeln, sagte er mir, ich sei zu spät gekommen, denn die Schiffe des Königs, die nach Indien fahren, seien schon fort. Daraufhin bat ich ihn, er möge mir zu einer anderen Reisegelegenheit verhelfen, da er ja die Landessprache kannte. Ich würde ihm dafür einen Gegendienst leisten. Er brachte mich auf einem Schiff als Kanonier unter. Der kapitän dieses Schiffes, der Penteado hiess, wollte als Kauffahrer nach Brasilien segeln, besass aber ausserdem die Erlaubnis,</p>	<p>Eu, Hans Staden, natural de Homberg, pequena cidade do Estado de Hessen, na Alemanha, em certo momento da minha vida deliberei conhecer as Índias tão famosas. De Bremen, onde me achava, parti para a Holanda e em Campon encontrei várias naus que se aprestavam para carregar no reino português. Embarquei-me numa delas e a 29 de abril de 1547, depois de uma travessia de quatro semanas, cheguei a Setúbal. De Setúbal segui para Lisboa, que é perto, e alojei-me numa hospedaria pertencente a um alemão, Luhr - o moço, na qual permaneci algum tempo. Contei a Luhr a minha vida e a aventura que me levava, indagando se havia prestes a largar algumas expedição para as Índias. Respondeu-me que eu tinha chegado tarde, pois já eram partidos os navios d'El-rei que navegavam para as Índias. Pedi-lhe, então, que me auxiliasse em meus projetos; conhecedor como era da língua do país, fácil lhe seria guiar-me nesse passo - serviço que lhe havia de pagar. Luhr tomou a peito o meu pedido e</p>

⁵⁷ Trabalhamos com a 2ª. edição, datada de 1926.

⁵⁸ Trabalhamos com a edição de 1941 da Sociedade Hans Staden de São Paulo, que teve como texto de partida a 2ª edição em alemão, editada em Marburgo, em 1557, por Kolbe; essa edição de 1941 traz o alemão atualizado por Fouquet, conforme indicamos na Nota 51.

<p>Schiffe anzugreifen, die in der Barberei mit den Mauren handelten. Auch französische Schiffe, die in Brasilien mit den Wilden Handel trieben, durfte er erbeuten. Schliesslich sollte er für den König einige Gefangene nach Brasilien mitnehmen, die nach ihrer Verurteilung begnadigt worden waren, weil man sie in dem neuen Land ansiedeln wollte. Unser Schiff war mit aller für den Seekrieg erforderlichen Rüstung gut versehen. Wir waren drei Deutsche an Bord, Hans aus Bruchhausen, Heinrich Brant aus Bremen und ich.</p>	<p>conseguiu engajar-me numa nau como artilheiro. O capitão desse barco chamava-se Penteadado e ia para o Brasil em viagem de comércio, embora com ordem de atacar os navios que traficavam com os mouros da Berbéria. Também tinha ordem de apresar os navios franceses que encontrasse nas costas do Brasil em contato com os índios, deixando em terra, como castigo, os tripulantes portugueses que por acaso descobrisse a bordo. Nosso navio, apesar de mercante, estava perfeitamente aparelhado para a guerra marítima, e levava na tripulação três alemães: eu, Hans von Buchausen e Heinrich Brant, de Bremen.</p>
--	--

1. Cotejo e análise referentes à estrutura sintática e morfológica

Com relação à estrutura sintática, dadas as diferenças marcantes entre os idiomas português e alemão nesse aspecto, não haveria como construir o texto em português se mantendo a estrutura do alemão⁵⁹. Nesse caso, as diferenças constatadas na ordenação de Lobato são inevitáveis. Por exemplo, uma tradução que mantivesse a mesma estrutura da frase “Ich blieb einige Zeit bei ihm, und als ich ihm erzählte, dass ich meine Heimat verlassen hätte, um nach Indien zu segeln, sagte er mir, ich sei zu spät gekommen, denn die Schiffe des Königs, die nach Indien fahren, seien schon fort.” seria quase ininteligível em português: “Eu permaneci algum tempo com ele, e quando eu lhe contei, que eu minha terra deixado havia, para até Índia *zu*⁶⁰ navegar, disse ele me, eu estava/era muito tarde chegado, pois os navios do rei, eles para Índia foram, eram já ausentes.”.

⁵⁹ O alemão é uma língua V2 (nas orações afirmativas, o verbo aparece sempre como segundo elemento), apresenta declinação, verbos pré-fixionados separáveis e todos os substantivos são escritos com inicial maiúscula, entre outras diferenças em relação à língua portuguesa.

⁶⁰ Sem tradução neste contexto.

Além de modificar a ordem dos termos para tornar a frase legível e natural em português, por vezes também foi necessário acrescentar alguns artigos – de que se pode sentir falta na tradução acima.

As modificações de Lobato, porém, foram acompanhadas por escolhas que sobrepujaram as que seriam oferecidas caso se tentasse efetuar o mínimo possível de alterações.

Ao invés de escrever “Eu permaneci algum tempo com ele e quando lhe contei que havia deixado minha terra para navegar até as Índias, me disse que havia chegado muito tarde, pois os navios do rei já haviam ido para as Índias, já estavam ausentes.” ou “Permaneci algum tempo com ele e, quando lhe contei que havia deixado minha pátria para navegar para a Índia, me disse que chegara muito tarde, pois os navios reais haviam ido para as Índias, não estavam mais lá.”⁶¹, Lobato optou por conectar a primeira oração à anterior, que já na edição de Kolbe fazia parte de uma seqüência de várias orações. Assim, temos:

“De Setúbal segui para Lisboa, que é perto, e alojei-me numa hospedaria pertencente a um alemão, Luhr – o moço, na qual permaneci algum tempo.

Contei a Luhr a minha vida e a aventura que me levava, indagando se havia prestes a largar alguma expedição para as Índias.

Respondeu-me que eu havia chegado tarde, pois já eram partidos os navios d’el rei que navegavam para as Índias.”

⁶¹ Estes são apenas dois exemplos construídos por nós com o objetivo de mantermos, na medida do possível, os mesmos efeitos de sentido, a despeito das modificações.

Partindo da hipótese de que Lobato se baseou na tradução de Löfgren para fazer sua ordenação literária⁶², algumas de suas escolhas se justificariam pela influência do tradutor, cuja versão apresentada para o mesmo excerto é:

“Em Lissebona alojei-me em uma hospedaria, cujo dono era alemão e se chama Leuhr, o moço, onde fiquei algum tempo.

Contei-lhe que tinha saído da minha pátria e perguntei quando esperava que houvesse expedição para a Índia. Disse-me que eu tinha demorado demais e que os navios d’El-rei, que navegavam para a Índia, já tinham saído. Pedi-lhe ...” (Löfgren, 1930)

Comparando o texto de Löfgren e o de Lobato, em apenas dois momentos encontramos escolhas que poderiam implicar diferenças de sentido que consideraríamos relevantes neste contexto.

A primeira está na substituição de “Contei-lhe que tinha saído de minha pátria”, do texto de Löfgren, por “Contei a Lhur a minha vida e a aventura que me levava”, no texto de Lobato. Porém, analisando o conjunto, percebemos que o enunciado “Contei-lhe que tinha saído de minha pátria”, na disposição proposta por Löfgren, parece descontextualizado e não relacionado com “perguntei quando esperava que houvesse expedição para a Índia”. Não haveria entre os dois enunciados qualquer relação que se poderia supor – nem de causa e efeito, nem de explicação. Colocadas lado a lado, ligadas pelo conectivo aditivo “e”, essas sentenças parecem sugerir que Staden saiu de casa e, já que estava em Lisboa, de onde partiam navios para as Índias, poderia embarcar em algum, descompromissadamente.

⁶² Esta hipótese se baseia no fato de que o próprio Lobato afirmou ter consultado a tradução de Löfgren, conforme Nota 34.

O Staden de Löfgren seria uma espécie de *hippie* do século XVI ou um andarilho; alguém que anda sem destino, indo “para onde o vento soprasse”, desapegado, desgarrado, sem objetivos.

No texto de Lobato, tal como no de Löfgren, parece não haver qualquer relação entre a estadia de Staden na hospedaria de Luhr e seu relato. Mas, diferentemente do texto de Löfgren, em que Staden conta apenas que deixara sua pátria, segundo Lobato, ele teria contado sua vida – o que parece ser muito mais que um relato – e a aventura que o levava, que tanto pode ser uma referência a seu objetivo futuro de viajar para as Índias quanto às peripécias por que já passara – ou a ambas as interpretações. Uma vez que sua vida era plena de aventuras e que se encontrava no local de onde se poderia ir para as Índias, por que não se lançar a mais essa aventura? Quer Staden tivesse se dirigido a Lisboa com a intenção de ir para as Índias, quer não, parece-nos que estava em busca de um objetivo, seu objetivo principal, a aventura. À sua pátria – o “ninho de aconchego”, onde está sua casa, família, amigos e onde as pessoas falam seu idioma –, não há qualquer referência no texto de Lobato. Também o aventureiro desapegado de Löfgren desaparece, revelando-se um Staden aventureiro, sim, porém intrépido e movido por um objetivo definido: viver muitas aventuras e contá-las a quem quisesse ouvi-las quando tivesse oportunidade de “contar sua vida”. Este Staden é um homem orgulhoso de si.

Quanto ao Staden da edição *princeps*, que provavelmente não influenciou a leitura de Lobato, desconhecedor do idioma alemão, parece-nos um jovem romântico e ingênuo que deixou sua pátria – seu “ninho de aconchego”, ao qual se liga emocionalmente – em busca de uma aventura – ir para as Índias –, mas, talvez justamente por ser jovem e ingênuo, não se preparou para essa aventura, não procurou informações nem pensou sobre as adversidades que poderia enfrentar. Talvez tenha imaginado mesmo que, a qualquer

momento que chegasse ao porto de onde partiam os navios para as Índias, haveria um prestes a iniciar a viagem ou, em caso contrário, logo chegaria algum. Isto porque “dass ich meine Heimat verlassen hatte”, no contexto em que é colocado – antes de “um nach Indien zu segeln, sagte er mir, ich sei zu spät gekommen, denn die Schiffe des Königs, die nach Indien fahren, sein schon fort.” e após “Ich blieb einige Zeit bei ihm,” –, para nós, gera a idéia de que havia uma relação de amor entre Staden e o local onde vivia, pois se refere a ele como pátria; deixou sua pátria para ir para as Índias; fê-lo tarde demais, pois, quando chegou a Lisboa, os navios já haviam partido; era um desinformado (não sabia que os navios tinham uma época certa para partir); era desorganizado (não planejava seus atos); era inocente (achava que poderia conseguir um navio para as Índias a qualquer momento); só contou a Luhr que deixara sua pátria para ir para as Índias porque passara algum tempo com ele, logo, sentia que podia confiar nele, que ele não o ridicularizaria e que podia ajudá-lo ou que precisava dar alguma explicação sobre seus atos – se era jovem e ingênuo, poderia mesmo se sentir na obrigação de dar satisfação de seus atos e/ou admitia que precisava de ajuda.

A segunda diferença evidente entre o texto de Löfgren e o de Lobato se encontra no fato de que este se refere às Índias: “Eu, Hans Staden, natural de Homberg, pequena cidade do Estado de Hessen, na Alemanha, em certo momento da minha vida deliberei conhecer as Índias tão famosas. / Conteí a Luhr a minha vida e a aventura que me levava, indagando se havia prestes a largar alguma expedição para as Índias. Respondeu-me que eu tinha chegado tarde, pois já eram partidos os navios d’El-rei que navegavam para as Índias.”. Löfgren, porém, especifica uma das colônias de Portugal, a Índia: “Eu, Hans Staden, de Homberg, em Hessen, resolvi, caso Deus quisesse, visitar a Índia. / Conteí-lhe que tinha saído da minha pátria e perguntei quando esperava que houvesse expedição para a Índia.

Disse-me que eu tinha demorado demais e que os navios d’El-rei, que navegavam para a Índia, já tinham saído.” (Löfgren, 1930).

Como se sabe, as muitas colônias européias eram genericamente chamadas de Índias. A América constituía as Índias Ocidentais e as colônias asiáticas, as Índias Orientais. A Índia, especificamente, era uma parte das Índias Orientais. Na região compreendida atualmente pelas fronteiras da Índia se desenvolvera desde 2500 a.C. a civilização hindu, cuja religião, autóctone, é o hinduísmo. A unificação da Índia se deu entre 327 e 325 a.C., enquanto era ocupada por Alexandre, o Grande. Nesta época, o budismo foi adotado por muitos indianos, mas a seguir o hinduísmo voltou a predominar. O apogeu da cultura hindu se deu no século IV e sua queda é marcada pela invasão árabe, no século seguinte, que levou consigo o islamismo. Entre 1526 a 1707, a hegemonia muçulmana atinge seu ponto máximo, coincidindo com a presença européia, impulsionada pelo comércio das especiarias. Em 1510, os portugueses conquistam Goa, cidade situada na costa oeste, onde estabelecem a Índia Portuguesa, abrindo caminho para a chegada de comerciantes ingleses, holandeses e franceses. Em 1690, os ingleses fundam Calcutá e a partir de 1763 passam a controlar o sistema político e econômico local.

Percebe-se, pois, que o processo que gerou a consolidação da unidade territorial e cultural da Índia, a despeito das diversidades internas, é milenar, diferentemente do Brasil, que sequer existia quando os portugueses iniciaram a colonização de sua parte das Índias Ocidentais. Além de não haver, àquela época, unidade territorial que pudesse ser definida como Brasil, não havia também unidade cultural; tão pouco se reconhece algum momento de apogeu de algum grupo social estabelecido⁶³.

⁶³ Não consideramos os incas, maias e astecas porque nos referimos especificamente à América de colonização portuguesa.

Por fim, o canibalismo, considerado pelos europeus como característico da barbárie, não existia na Índia. Ou seja, havia enormes diferenças entre as Índias Orientais e as Índias Ocidentais, a Índia e o futuro Brasil. Assim, quando Lobato se refere a *Índias* e Löfgren, a *Índia*, temos efeitos diferentes. Segundo a edição *princeps*, Staden pretendia viajar para as Índias (Indien), sem especificar se eram as Ocidentais ou Orientais. Talvez o contexto em que estava tornava desnecessária a especificação – não temos como saber. Observando as três versões, percebe-se que as Índias (ou Índia) para as quais Staden queria embarcar ficavam no Oriente, pois aparecem em oposição a Brasil:

“Respondeu-me que eu tinha chegado tarde, pois já eram partidos os navios d’El-rei que navegavam para as Índias. / Pedi-lhe, então, que me auxiliasse em meus projetos (...) Luhr tomou a peito o meu pedido e conseguiu engajar-me numa nau como artilheiro. O capitão desse barco chamava-se Penteado e ia para o Brasil...” (ordenação de Lobato)

“Disse-me que eu tinha demorado demais e que os navios d’El-rei, que navegavam para a Índia, já tinham saído. / Pedi-lhe então que me auxiliasse no intento de encontrar outro navio, visto que perdera estes (...) Levou-me para em navio, como artilheiro. O capitão desta nau chamava-se Pintiado e se destinava ao Brasil...” (tradução de Löfgren, 1930)

“...sagte er mir, ich sei zu spät gekommen, denn die Schiffe des Königs, die nach Indien fahren / Daraufhin bat ich ihn, er möge mir zu einer anderen Reisegelegenheit verhelfen (...) Er brachte mich auf einem Schiff als Kanonier unter. Der kapitän dieses Schiffes, der Penteado hiess, wollte als Kauffahrer nach Brasilien segeln...” (edição

princeps)

Logo, ao aceitar embarcar para o futuro Brasil em lugar de ir para a Índia, como se um desses locais pudesse substituir o outro, Staden denuncia sua ignorância e ingenuidade. Certamente, na Europa se conhecia mais sobre a Índia, uma nação já bem antiga, do que sobre a América Portuguesa. Na Índia não havia antropófagos e, provavelmente, Staden nem imaginou que na América Portuguesa pudessem existir. Assim, para ele, uma viagem à Índia era equivalente a uma viagem às Índias Ocidentais.

Ao demarcar Índia, em detrimento do termo genérico Índias, a oposição com Brasil fica mais evidente, bem como a ingenuidade e ignorância de Staden. Ao contrário de Löfgren, Lobato retoma o termo Índias, como aparece na edição *princeps*, talvez por achar que Índias fazia mais sentido que Índia. Assim, mesmo que nem Lobato nem Löfgren tenham tido, neste caso, a intenção deliberada de ratificar ou desconstruir a imagem de Staden de herói europeu que enfrentou e, segundo sua óptica, venceu os selvagens, nus e canibais que o mantiveram preso por nove meses, o fato é que estes podem ser efeitos de sentido gerados pelas suas escolhas – Lobato, ratificando a imagem de Staden como herói e vice-versa. Ou seja, nenhum dos dois estaria preocupado, nesse momento, em avaliar que imagem Staden construía para si – embora gerem imagens independentemente de sua intenção –, o que reforça nossa hipótese de que foi só a partir de seu trabalho com a ordenação literária de *Warhaftige Historia* que Lobato resolveu se dedicar a rever a imagem de Staden, abandonando sua ordenação ao meio e iniciando *Aventuras de Hans Staden*, em que seu posicionamento ideológico será evidenciado.

De qualquer modo, a diferença entre Índia e Índias não é meramente morfológica – uma questão de singular ou plural que poderia passar despercebida.

2. Cotejo e análise referentes à paragrafação

Quanto à divisão das sentenças e dos parágrafos, notamos que Lobato sub-dividiu os parágrafos de Staden: enquanto este último apresenta 3 parágrafos (o primeiro com 8 sentenças, o segundo com 4 e o terceiro com 2), Lobato dividiu o capítulo em 8 parágrafos (o primeiro com 2 sentenças, o segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto com 1, cada, o sétimo com 3 e o oitavo com 1).

Considerando que as subdivisões se prestassem à simplificação sintática do texto, evitando coordenações e subordinações e, conseqüentemente, diminuindo a quantidade de conectivos, é curioso notar que, em dois momentos em que a edição *princeps* apresenta ponto-final, Lobato separa a apresentação de Staden e de sua intenção, deixando essa parte na primeira sentença, e inicia a descrição do roteiro a partir da segunda. No primeiro parágrafo, ele relata o que aconteceu apenas até o momento em que Staden se encontra na Holanda, deixando a viagem por mar até Setúbal para o parágrafo seguinte, a viagem de lá até Lisboa para outro parágrafo e cada parte do que se passou em Lisboa em parágrafos diferentes. Vemos, pois, que Lobato executou com rigor a tarefa de racionalizar o conteúdo, dividindo-o com alta precisão. No último parágrafo, porém, para explicar a relação entre o fato de o navio estar aparelhado para a guerra e a presença dos três alemães – buscando manter certa lógica –, acrescentou um verbo que tem o navio como sujeito: “Nosso navio, apesar de mercante, estava perfeitamente aparelhado para a guerra marítima, e levava na tripulação três alemães: eu, Hans von Buchausen e Heinrich Brant, de Bremen.”

Os efeitos provocados por tais opções são a simplificação e racionalização das estruturas racionalização, que leva a uma leitura mais fluente e de fácil compreensão.

3. Cotejo e análise referentes aos acréscimos

Continuando a tratar dos acréscimos, notamos que são abundantes no texto de Lobato e que se prestam não só a explicar o que Lobato julga digno de explicação e a conferir certo caráter literário ao texto, mas também a demarcar posições. Como exemplo, temos a caracterização e localização de Homberg: “pequena cidade do Estado de Hessen, na Alemanha”, em lugar de “Homberg in Hessen”, que aparece na edição *princeps*. Ao fazer referência à Alemanha como um país com subdivisões internas, em “estados”, Lobato trás aquele aglomerado de ducados e principados independentes entre si para a dimensão de um país complexo segundo parâmetros modernos, demonstrando respeito pelo outro – talvez o mesmo respeito com que, como cidadão brasileiro que deseja alçar seu país a um patamar mais elevado no cenário internacional, deseja que o Brasil seja tratado. Em outros dois momentos, quando Staden diz a Leuhr que deixou sua terra para viajar para a Índia (“ich ihm erzählte, dass ich meine Heimat verlassen hätte, um nach Indien zu segeln”/eu lhe contei que eu minha terra deixado havia para até a Índia navegar – tradução nossa) e Lobato coloca em sua boca a frase “Contei a Luhr a minha vida e a aventura que me levava” e quando, ao dizer que Leuhr levou Staden até um navio e o colocou como canhoneiro (“Er brachte mich auf einem Schiff als Kanonier unter.”/ Ele levou-me até um navio como canhoneiro – tradução nossa), Lobato acrescenta “Luhr tomou a peito o meu pedido e conseguiu engajar-me numa nau como artilheiro.”, percebemos que, mais que dar mais fluência ao texto, Lobato valoriza a personagem Leuhr ao chamar nossa atenção para a confiança que despertara em Staden e seu engajamento na causa daquele jovem aventureiro.

4. Cotejo e análise referentes às supressões

Uma marca indelével das mãos de Lobato sobre o texto de Staden é a supressão da referência a Deus, logo no início do primeiro capítulo do livro. Enquanto na edição *princeps* temos “Ich, Hans Staden aus Homberg in Hessen, nahm mir vor, wenn es Gott gefiele, Indien kennen zu lernen...”, na ordenação de Lobato não há qualquer referência a Deus: “Eu, Hans Staden, natural de Homberg, pequena cidade do Estado de Hessen, na Alemanha, em certo momento da minha vida deliberei conhecer as Índias tão famosas.”

Escrito e publicado no contexto da Reforma, o livro de Staden aparece, em certa medida, como uma obra de exaltação ao Deus ocidental cultuado pelos luteranos. É a este Deus, inclusive, que ele credita sua sobrevivência ao cativo e libertação, apresentando-as como milagres divinos.

Na versão infantil, Lobato estabelece contraponto entre o Deus europeu e os Deuses dos tupinambás, chegando a ridicularizar Staden ao retratá-lo como fanático, um cristão fundamentalista. Em sua ordenação literária, porém, ele simplesmente suprime a expressão “se Deus quiser”, silenciando, assim, o caráter religioso de Staden, o que o desvincula de seu contexto histórico.

5. Cotejo e análise referentes a alterações diversas

Quanto às diferenças na escolha lexical, além daquela entre Indien/Índias, há várias outras dignas de nota. Por exemplo, após pedir a ajuda de Leuhr para encontrar outro navio, Staden se compromete a lhe retribuir *o favor*: “Ich würde ihm dafür einen Gegendienst leisten. (Eu lhe prestaria um favor recíproco – tradução nossa). Lobato, porém, mostra-o disposto a lhe *pagar pelo serviço* (“serviço que lhe havia de pagar”). Temos aqui uma gradação que vai de um Staden simplesmente grato (edição *princeps*) até um Staden com

tendências capitalistas (ordenação de Lobato).

Há, ainda, uma modificação feita por Lobato que explicita sua interpretação pessoal de uma informação. Ao invés de manter as cinco milhas de distância entre Setúbal e Lisboa, conforme aparece na versão de Kolbe (“Von dort fuhr ich nach dem fünf Meilen entfernten Lissabon.” / De lá [Setúbal] me conduzi até cinco milhas distante de Lisboa – tradução nossa) e na de Löfgren (“Daí fui a Lissebona [Lisboa], que dista cinco milhas de São Tuval.”), Lobato a “traduz” por uma representação relativa: “De Setúbal segui para Lisboa, que é perto”.

As diferenças mais marcantes entre a postura ideológica de Lobato e de Staden, representada pela edição *princeps*, porém, evidenciam-se no seguinte parágrafo:

“Der kapitän dieses Schiffes, der Penteado hiess, wollte als Kauffahrer nach Brasilien segeln, besass aber ausserdem die Erlaubnis, Schiffe anzugreifen, die in der Berberei mit den Mauren handelten. Auch französische Schiffe, die in Brasilien mit den Wilden Handel trieben, durfte er erbeuten. Schliesslich sollte er für den König einige Gefangene nach Brasilien mitnehmen, die nach ihrer Verurteilung begnadigt worden waren, weil man sie in dem neuen Land ansiedeln wollte.” (edição *princeps*)

“O capitão desse barco chamava-se Penteado e ia para o Brasil em viagem de comércio, embora com ordem de atacar os navios que traficavam com os mouros da Berbéria. Também tinha ordem de apresar os navios franceses que encontrasse nas costas do Brasil em contato com os índios, deixando em terra, como castigo, os tripulantes portugueses que por acaso descobrisse a bordo.” (ordenação de Lobato)

Deste parágrafo, merecem destaque as versões de Staden e de Lobato para:

a) “wollte als Kauffahrer nach Brasilien segeln (queria como piloto comerciante para o Brasil velejar – tradução nossa)” e “ia para o Brasil em viagem de comércio”.

Neste ponto, mais uma vez Lobato se utiliza de um termo característico de um contexto capitalista (comércio) – como quando escreve que Staden estava disposto a pagar pelo favor que receberia –, enquanto Staden se refere ao comércio praticado por capitães de navio, porém sem recorrer ao termo Pirat (pirata), antes utilizando *Kauffahrer*. Os efeitos provocados por cada uma das escolhas são diferentes entre si. Enquanto *Kauffahrer* se encontra no campo semântico das operações comerciais praticadas legalmente, ao contrário de *Pirat, comércio*, termo empregado por Lobato, tanto pode evocar o campo semântico das operações legais, se o autor tiver uma opinião favorável ao capitalismo, quanto ilegais, em caso contrário. Ou seja, perpassa as diferentes versões uma oscilação entre atividades legais e ilegais. Quando se referem às atividades dos franceses relacionadas à América Portuguesa, Staden e Lobato empregam, respectivamente, *Handel trieben* (praticar comércio – tradução nossa) e *em contato*. Logo, para Staden, as atividades dos franceses e portugueses, neste caso, seriam equivalentes, revelando que Portugal não teria mais direito que as demais nações sobre a colônia. Também a postura de Lobato, ao usar o termo *em contato*, em vez de *em comércio*, pode ser interpretada como contrária à primazia de Portugal.

b) “Wilden” e “índios”

Neste caso, o termo *Wilden* (selvagens, bravos, ferozes), utilizado por Staden, é carregado de conotações negativas, enquanto *índios*, o termo escolhido por Lobato, é mais neutro. Sua recusa em usar o termo *selvagens* já aponta para a atitude nacionalista, que irá defender posteriormente em sua adaptação da história de Staden para crianças.

c) “Auch französische Schiffe, die in Brasilien mit den Wilden Handel trieben, durfte er erbeuten. Schliesslich sollte er für den König einige Gefangene nach Brasilien mitnehmen, die nach ihrer Verurteilung begnadigt worden waren, weil man sie in dem neuen Land ansiedeln wollte.” (Também navios franceses, que no Brasil praticam comércio com os selvagens, devia ele prender. Finalmente, precisava ele, para o rei, alguns presos para o Brasil levar, os quais, depois de sua condenação, anistiados seriam, porque na nova terra se queria assentá-los. – tradução nossa) e “Também tinha ordem de apresar os navios franceses que encontrasse nas costas do Brasil em contato com os índios, deixando em terra, como castigo, os tripulantes portugueses que por acaso descobrisse a bordo.”

Neste caso, segundo a versão de Staden, o capitão seria incumbido pelo próprio Rei de Portugal de transportar para a colônia *Gefangene* (presos), que serviriam para povoá-la. Lobato, porém, não faz qualquer referência a isso, silenciando, apagando da história a informação de que a América Portuguesa teria sido povoada por criminosos degredados de Portugal. Ainda estava por sair o estudo de Freyre em que os aspectos negativos que a presença de criminosos entre os eleitos ancestrais brasileiros poderia implicar são amenizados pelo ressalva de que não era preciso ser realmente mal-elemento para se ser

considerado criminoso em Portugal e degredado para a colônia. De fato, segundo Freyre, não haveria fundamentos nem razões para se duvidar de que entre os degredados havia muitas pessoas de boa índole, condenadas por critérios ora ridículos, ora severos ao extremo, sobretudo quando se tratava de punir delitos de ordem religiosa, apontados como desobediências às leis católicas (cf. Freyre, 1963, p. 84). Se já se dispusesse desse estudo, Lobato não precisaria ter tido o cuidado de ocultar esse episódio, mas o livro de Freyre só viria a público em 1933.

Além da tarefa de transportar degredados, Staden acrescenta a de prender navios franceses que fossem encontrados comercializando com os índios, sem qualquer referência ao destino de seus tripulantes. Na versão de Lobato, também os portugueses que fossem encontrados em seu interior deveriam ser deixados na colônia como uma espécie de degredo – castigo. Talvez, com isso, Lobato quisesse causar a impressão de que os degredados trazidos para povoar a colônia fossem apenas traidores da Coroa – portugueses que prestavam serviço aos franceses no saque à colônia, não degenerados de fato.

Outra diferença entre a versão de Staden e a de Lobato é que, enquanto aquele se refere explicitamente ao objetivo de se povoar a *nova terra* (termo revelador de uma visão eurocêntrica) com os criminosos, Lobato diz apenas que os tais *tripulantes portugueses* (termo que não carrega nenhuma acepção negativa) deveriam ser deixados *em terra*, como castigo, sem qualquer referência a povoamento – mais uma vez, amenizando o suposto caráter criminoso dos ancestrais dos brasileiros.

II. Staden, autoridade sobre o Brasil?

Após perder os navios para as Índias Orientais, Staden embarcou como artilheiro no navio do Capitão Penteado – um misto de navio mercante e de guerra –, partindo de Lisboa em junho de 1548 (cf. Ziebell, 2002, p. 240).

O navio foi abastecido na Ilha da Madeira e depois se dirigiu ao Marrocos. Lá capturou um navio mercante mouro e retornou à Madeira para deixar as mercadorias apreendidas. Depois foi para Olinda, onde entregou alguns prisioneiros e mercadorias para abastecer os colonos. Como, no momento em que chegou, os caetés haviam sitiado Igarauçu, povoado próximo a Olinda, alguns homens do Capitão Penteado foram requisitados para lutar ao lado dos portugueses do povoado, entre os quais, Staden. Quando, pouco depois, o cerco chegou ao fim, o capitão e sua tripulação seguiram para a Paraíba, onde atacaram um navio francês que estava sendo carregado com pau-brasil. Em seguida, rumaram para Portugal, chegando em Lisboa em outubro de 1549 (cf. *ibid.*, p. 240).

A segunda viagem começou em San Lúcar de Barrameda, na Espanha, em 10 de abril de 1550 (cf. *ibid.*, p. 240), quando Staden se engajou na Expedição Sanábria, organizada pelo lugar-tenente Don Diogo de Sanábria, integrada por três navios. Parte da expedição se destinava a Santa Catarina, que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha, e outra parte seguiria para o Rio da Prata, também em terras espanholas.

No final de 1550, o navio em que Staden se encontrava chegou a Santa Catarina, mas o segundo navio só chegou algumas semanas depois, bastante avariado, e o terceiro já havia se perdido em alto-mar. Restava, pois, apenas o navio em que estava Staden. Após quase um ano vivendo naquela região, os exploradores resolveram ir para Viacá (antigo

nome do Porto de Patos). Uma vez em terra firme, este navio também se estragou. Então a expedição resolveu se dividir em dois grupos, sendo que um iria por terra até Assunção e outro iria por mar até São Vicente, onde esperava conseguir embarcação apropriada para seguir viagem para o Rio da Prata. Construíram, então, um pequeno navio e nele embarcaram, partindo em 1552. Staden fazia parte deste segundo grupo e foi a bordo do navio improvisado que ele se aproximou do povoado de Itanhaém, três dias após o início da viagem. Uma tempestade, porém, levou o navio a naufragar e, assim, Staden e os demais tiveram que alcançar a terra a nado.

Quando as autoridades de São Vicente souberam do naufrágio, enviaram um navio para buscá-los. Posteriormente, Staden foi para Bertioga e acabou sendo empregado como artilheiro do Forte de São Felipe, que ficava na Ilha de Santo Amaro. Segundo afirma, ninguém se arriscava a trabalhar lá, pois todos temiam os constantes ataques dos tupinambás (cf. Staden, 1941, p. 61-66). Deve-se presumir, então, que ele fosse muito corajoso, pois contava com o auxílio de apenas um carijó e dois portugueses e, mesmo assim, passou-se mais de três anos até que fosse capturado (provavelmente no fim de 1553 ou início de 1554). Debalde os portugueses e seus aliados, os tupiniquins, tentaram resgatá-lo. Fora levado para Ubatuba.

De acordo com sua própria narração, Staden se passara por francês para não ser tratado como inimigo pelos tupinambás, que, devemos nos lembrar, eram aliados dos franceses. Isto o manteve fora de perigo por algum tempo. A chegada de uma pequena expedição de resgate, junto à qual se achavam alguns de seus companheiros de naufrágio, contribuiu para a manutenção da farsa – como um deles era francês, Staden inventou que eram irmãos, e, afirmando que os portugueses do navio o mantinham como prisioneiro, disse aos tupinambás que pediria a seu irmão que, assim que fugisse, fosse à França,

conseguisse um bom resgate e retornasse para buscá-lo. Assim, os tupinambás concordaram em mantê-lo vivo até que o resgate chegasse.

Staden foi poupado, portanto, não graças à sua coragem e à intervenção direta do Deus dos luteranos, mas, antes, graças à sua capacidade de mentir e à sua covardia. Obviamente seu falso irmão francês jamais retornou e, com suas inúmeras demonstrações de covardia enquanto vivia na tribo, teve seu valor depreciado pelos índios, que provavelmente já não se dispunham a se alimentar com sua carne – segundo as crenças indígenas, impregnada com características morais que não desejavam para si

A despeito disso, não faltaram enaltecimentos às supostas religiosidade e ousadia, atribuída antes à coragem – que não tinha – que à ignorância. O brasileiro Manuel de Abreu Campanário, por exemplo, não lhe poupa elogios, afirmando que o sucesso de seu livro se deveria à sua habilidade de escritor, a despeito de seus dotes como lansquenê, marujo, arcabuzeiro, lobo-do-mar, artilheiro, condestável de forte, enfim, pau-para-toda-obra. Mas dependeria, sobretudo, de sua religiosidade e fé inabaláveis, inteligência, ausência de preconceitos, autodomínio e maturidade de espírito, apresentando personalidade admirável e atraente. Elogia também sua imparcialidade, objetividade, precisão e concisão ao narrar seus infortúnios (cf. Campanário, 1980, p. 142-143).

Que o fato de o narrador ter sido personagem principal da história narrada tenha contribuído para que o livro de Staden alcançasse sucesso, não há dúvida, porém até hoje não foi possível saber quem de fato o escreveu, se o próprio Staden, ou se o médico Dryander, que assina o prefácio. Independentemente de quem tenha sido o autor, mas dependendo o sucesso do livro da escolha do narrador, não haveria, então, nenhum grande mérito para Staden, pois tal escolha pode não ter dependido dele. Mesmo Campanário (1980) não nega a influência do médico sobre a narração de Staden: “Depois de redigido

passou pelo crivo intelectual do sábio Dr. Johnnes Dryander. É natural que tenha sido escoimado de qualquer assunto que desse a impressão de auto-elogio, narcisismo e presunção, por parte do autor. O cronista é sumário, modesto e humilde. Propositamente deve ter omitido muitos fatos e acontecimentos.” (Campanário, 1980, p. 159). A julgar por esta declaração, qualquer qualidade atribuída ao Staden narrador, incluindo sua *modéstia*, *humildade*, *fulgor da inteligência*, *ausência de preconceitos*, *autodomínio* e *completa maturidade de espírito*, termos usados por Campanário, recairia sobre o editor.

O apelo à religiosidade, que tornaria seu livro um dos expoentes da exaltação da fé luterana, pode, sim, ter contribuído para seu sucesso, porém isto não basta para lhe atribuir valor literário. Ao apelar para a religiosidade, o mérito que o livro de Staden conseguiu foi o de se beneficiar do contexto histórico marcado pela Reforma Protestante e Contra-Reforma ao se prestar como arma à Reforma.

Quanto à objetividade a que Campanário se refere, esta se limita simplesmente ao fato de que Staden não recheou seu livro com histórias fantásticas sobre monstros e animais inexistentes, como teriam feito Antonio Pigafetta, que viajou pelo Pacífico entre 1519 e 1522 e, no diário enviado a Carlos V, rei da Espanha, incluiu a descrição de uma ave de rapina que se alimentava de coração de baleia e de uma outra ave peculiar, a garuda, que era capaz de transportar com suas garras animais como o elefante; André Thévet, acusado por Campanário de atizar a mente dos crédulos europeus com a idéia de que o unicórnio e a fênix realmente existiam, e Frei Vicente do Salvador, que ele também acusa de ter feito narrativas fantásticas, nas quais aparecem bugios inteligentes e sarcásticos, homens marinhos que comiam os olhos e nariz dos pescadores e um monstro marinho de quinze palmos de comprimento (cf. *ibid.*, p. 134-140). Já havia, porém, elementos fantásticos em quantidade suficiente em *Warhaftige Historia*, graças à luta entre o bem – o Deus luterano

– e o mal – os Deuses dos tupinambás – criada por Staden. O livro não precisava de outros elementos fantásticos, que, ademais, só serviriam para banalizar o sagrado, fazendo com que o Deus dos luteranos descesse ao mesmo nível de monstros marinhos dúbios.

Finalmente, considerando as qualidades atribuídas por Campanário ao narrador, há que se observar que a ausência de preconceito não se registra em momento algum do livro. Do começo ao fim, o narrador trata sua cultura – religião e hábitos – como superior à dos índios. Isto porque, como observa Ziebell, a cultura eurocêntrica ocupa o primeiro plano, cabendo aos índios e sua cultura apenas a figuração: “A partir do momento em que a inserção da estrutura descritiva convencionalizada nos relatos faz parte da necessidade de uso de recursos autenticatórios, o referente – Brasil – passa a um segundo plano e o que resta são histórias de europeus em cenários estereotipados, escritas para europeus, exibindo semelhanças com as tradições nacionais a que pertencem.” (Ziebell, 2002, p. 292).

O próprio Campanário também não pode ser elogiado pela ausência de preconceito em sua análise, pois, citando apenas dois exemplos simples, ele constantemente se refere aos índios como selvagens ou como silvícolas, enquanto o branco é tratado como civilizado (cf. Campanário, 1980, p. 73-74), e o espírito místico dos índios não lhes garante elogio algum, antes, é relacionado a um suposto retardamento intelectual e cultural, porém, quando é Staden quem apresenta espírito místico, é exaltado: “Staden era um crente fervoroso da doutrina cristã. Tinha fé religiosa inabalável. Era luterano. Através do seu livro, do começo ao fim, transparece o seu espírito profundamente místico e religioso.” (ibid., p. 154).

Além dos elogios acima, a favor dos quais se percebe uma tentativa de argumentação, no restante, o livro de Campanário sobre Staden é recheado com juízos de valor – sempre positivos em relação a Staden – sem qualquer fundamentação, como o que

se segue: “Como cronista, Hans Staden deve ser mantido historicamente como um padrão de imensa envergadura moral e humana. Soldado, em defesa dos interesses do Brasil colonial, deverá ele ser apontado sempre, eternamente, como um símbolo magnífico.” (Campanário, 1980, p. 150). Como se pode apontar um viajante ora engajado na defesa dos interesses da Coroa Portuguesa, ora da Coroa Espanhola como defensor dos interesses do Brasil, num momento em que mal surgira uma colônia portuguesa na América? Como bem lembra Ziebell, o descomprometimento parece ser característico de Staden, que, inescrupulosamente, presta serviço a espanhóis e a portugueses (cf. Ziebell, 2002, p. 240).

No mais, encontram-se, ainda, em seu livro especulações como “Não há dúvida de que Staden, muito inteligente e perspicaz, além de evitar a própria morte, tenha evitado, também, a morte da esposa e do filho.” (Campanário, 1980, p. 156-157) De onde vieram este filho e esta esposa de Staden para os quais não há qualquer referência em livro algum? Da simples especulação de Campanário em torno da vida íntima de Staden no interior da tribo. Seu raciocínio teria sido o de que, pelo tempo em que esteve entre os tupinambás, Staden poderia ter sido pai, uma vez que era comum aos indígenas oferecer mulher ao prisioneiro para sacrificar os filhos que por ventura tivessem e a mãe também, se esta obstasse o sacrifício. Dado seu interesse desmedido em assegurar o caráter heróico de Staden, Campanário chega à afirmação categórica de que seu herói salvou não apenas a si próprio como também à esposa e filho ao qual apenas ele faz referência.

Da mesma forma, porém sem destaque para o caráter pessoal, o alemão Helmut Andrä também não poupa elogios a Staden, ressaltando o interesse de leitores de variadas índoles por sua obra e sua utilidade para especialistas dos mais diversos ramos científicos: “Staden não foi apenas lido por jovens sequiosos de histórias de aventuras, nem constituiu apenas a leitura de burgueses bonachões que, para sentirem agradáveis arrepios,

mergulhassem nos excitantes acontecimentos narrados pelo artilheiro de Bertioga, de vez que o relato deste passou a constituir objeto de estudos aprofundados por parte de cientistas sóbrios, tanto de etnólogos e etnógrafos, de botânicos e zoólogos, de geógrafos e cartógrafos, como ainda de historiadores e de filólogos.” (Andrä, 1960, p. 290).

Nas palavras de Andrä, a relevância da história de Staden sai do campo literário para assumir o caráter que até hoje se lhe atribui – principal fonte etnográfica sobre as terras da América do Sul –, passando a ter contornos científicos: “Admirado por etnólogos e etnógrafos, sem haver sido viajante explorador ou cientista; apreciado por geógrafos, botânicos e zoólogos, sem jamais haver gozado de instrução escolar superior; consultado por historiadores e cartógrafos, sem que tivesse estado familiarizado com os seus respectivos domínios do saber; lido, com entusiasmo, por jovens e velhos, sem haver pertencido a qualquer linhagem de escritores profissionais.” (ibid., p. 289-291).

No campo literário, o elogio de Andrä se soma ao de Campanário ao destacar a ausência de *acessórios bombásticos e fantásticos*, ou seja, as descrições de monstros inexistentes, bem como o esforço em manter a objetividade também na linguagem: “A descrição era simples, despida de quaisquer acessórios bombásticos e fantásticos, como, aliás, era do feitio dos narradores de viagens daquela era. Pelo contrário, percebia-se, em cada sentença, esforço no sentido da exatidão, da realidade, da fidelidade, do desejo de aproximar dos olhos do leitor, o quanto mais objetivamente possível, o que o autor havia visto e experimentado, sem se referir, contudo, à própria pessoa, a não ser que isso se tornava absolutamente indispensável.” (ibid., p. 295).

Para corroborar suas observações, Andrä cita, ainda, outros críticos que o antecederam nos elogios ao alemão de Hessen. Oberacker, por exemplo, teria dito que a história de Staden, além de antiga, é o mais seguro relato sobre a cultura dos primitivos do

Brasil, isento dos exageros com que viajantes aventureiros rechearam seus relatos. Sobre Staden, teria enaltecido seu caráter de corajoso desbravador científico, historiador e etnólogo por vocação, além de conhecedor da fauna e flora locais (cf. Oberacker, apud Andrä, 1960, p. 292).

Quanto ao livro de Staden em português, Andrä a ela se refere como documentário suficientemente forte para fazer com que os brasileiros finalmente reconhecessem sua contribuição para os registros históricos sobre o Brasil, convertendo-se em valioso documentário. Dado o valor científico que atribui à obra de Staden, Andrä tenta nos convencer de que a imagem do rude aventureiro desaparece diante do resultado de seu trabalho, dando lugar a um homem de espírito elevado, dedicado a registrar exclusivamente a verdade.

Seus registros, porém, serviram para que se criasse um imaginário bastante irreal sobre o Brasil, de onde advêm preconceitos e estereótipos até hoje atribuídos a um país e a um povo que se quer existiam, como fazemos questão de frisar, na época em que tais relatos foram escritos. Foram necessários séculos para que, por exemplo, surgissem antropólogos que desfizessem o mito de que a antropofagia era uma prática comum e corriqueira que tinha por finalidade a alimentação de tribos indígenas, como os relatos de Staden permitiram crer, atribuindo-lhe seu lugar factual nas sociedades antropófagas – um ritual religioso.

Assim, enquanto os índios da América Portuguesa e, posteriormente, os brasileiros têm sido estigmatizados como não-civilizados, o aventureiro Staden tem sido lembrado ao longo dos séculos como um herói que sobreviveu ao cativo entre os selvagens nus e canibais e como autoridade sobre o Brasil, sem que se atente para o fato de que, dependendo do ângulo de observação, ele não apenas não foi um herói, como também não

representava uma civilização menos selvagem que a dos índios que retratou. Além disso, não poderia ter se constituído em autoridade sobre o Brasil, porquanto, em 1547 não existia qualquer Brasil além de *Hy Brasil* ou Ilha de São Brandão.

III. Quem são os selvagens, afinal? – Desmitificando o bom-europeu

Ao contrário do trabalho efetuado por Lobato em sua ordenação literária de *Warhaftige Historia*, em que sua posição parecia ainda indefinida, sua reescritura da história de Staden para o público infantil, *Aventuras de Hans Staden*, revela alterações indeléveis e constantes, que vão além de uma ordenação literária, uma vez que Lobato a encaixa em um outro contexto, de que se serve para explicitar uma ideologia agora bem definida. Assim, três séculos após o início da colonização, entre as várias histórias que conta a seus netos, D. Benta inclui as aventuras de um jovem alemão que, em meados do século XVI, naufragou no litoral do Novo Mundo e se tornou prisioneiro dos tupinambás durante aproximadamente nove meses. Porém, não só a voz de D. Benta, mas também a de outras personagens se prestam à expressão das concepções de Lobato sobre o processo de colonização e o eurocentrismo. Por exemplo, logo no início do livro, encontramos a seguinte discussão:

Dona Benta sentou-se na sua velha cadeirinha de pernas serradas e principiou:

– Hans Staden era um moço natural de Homberg, pequena cidade do estado de Hesse, na Alemanha.

– De S? – exclamou Pedrinho, dando uma risada. Que engraçado!

– Não atrapalhe – disse Narizinho. Assim como em S. Paulo há a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, bem pode haver o estado de S na Alemanha. Em que o Ó é melhor que o S? (Lobato, 1998, p. 7)⁶⁴

Tal discussão pode ser vista como sugestiva da determinação de Lobato no propósito de estabelecer certa relação de respeito e igualdade entre as duas culturas – o que

⁶⁴ Em alemão, o nome do estado onde Staden nasceu se escreve *Hessen*, porém, em português, por vezes se encontra a grafia *Hesse*. Como o *h* não tem som na pronúncia portuguesa, *Hesse* soa como *Esse*, o nome da letra *s*.

será decisivo na construção dessa sua versão da história de Staden em que a postura e concepções do jovem alemão são a todo instante confrontadas com as dos tupinambás, ressaltando-se que as mesmas merecem tanto respeito quanto as ocidentais – e se na versão de Lobato a balança parece pender para o lado dos tupinambás, deve ser apenas para alcançar o equilíbrio, uma vez que até então pendera para o lado dos europeus.

Quanto à linguagem, as alterações são decorrentes da alteração do foco narrativo e da ideologia do narrador. Enquanto a história de Staden é narrada em primeira pessoa – o próprio Staden a conta –, a de Lobato é contada por um narrador em terceira pessoa e onisciente – D. Benta –, freqüentemente interrompido por perguntas e comentários de seus ouvintes – os netos Pedrinho e Narizinho. A linguagem empregada, portanto, é aquela que uma avó do início do século XX usaria para contar, de modo irônico, revelando seu senso crítico, histórias a crianças, sempre comentando elementos que davam ensejo ao aprofundamento de seu conhecimento – típico do caráter didático das histórias infantis –, tais como Berbéria (Lobato, 1998, p. 8), equinócio e santelmo (ibid., p. 9), a diferença entre definir e exemplificar (ibid., p. 15) e emergir e imergir (ibid., p. 19) e termos de origem tupi – pirarucu, por exemplo (ibid., p. 22), embora estes tenham sido esclarecidos quase exclusivamente por notas de rodapé.

No que se refere às construções sintáticas, notamos que, mesmo na ordenação literária, Lobato procurou utilizar mais a ordem direta e, conforme já observamos, segmentar os parágrafos longos de Staden. Na adaptação para crianças, mais uma vez o caráter narrativo de uma história estruturada em forma de diálogo entre uma avó e seus netinhos determinou simplificações estruturais visíveis – embora o leitor deva se manter atento, pois se trata do encaixe de uma história, a de Staden, no interior de outra, a que envolve D. Benta e as outras personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo. Esta, porém, fica

em segundo plano, como pano de fundo a ser complementado pelas demais histórias das quais tais personagens participam e a partir das quais se constituem. Como há duas histórias, há a duplicação de todos os elementos que a narração envolve, tal que o leitor nunca perca de vista que está ouvindo a história de Staden analisada pelas personagens de uma outra história, que se passa num outro tempo e envolve um outro povo⁶⁵.

Essa análise, marcadamente nacionalista, presta-se à exposição da ideologia de Lobato ao questionar as boas qualidades e superioridade dos europeus e valorizar os nativos – o que faz introduzindo na voz de D. Benta e das crianças comentários sobre as atitudes e colocações de Staden. Por exemplo, ainda no início da história, quando o jovem Hans está à procura de um navio que o leve às Índias, ao ouvir que os navios mercantes portugueses tinham canhões e ordem de atacar os navios franceses que deles se aproximassem, Pedrinho pede explicações. A resposta de D. Benta, ainda que implicitamente, questiona o direito de uma nação sobre outra, invocando as palavras do próprio rei da França – também representante do pensamento ocidental: “Eu quero que me mostrem o testamento de Adão que repartiu o Novo Mundo entre o rei de Espanha e o rei de Portugal, pondo-me fora da partilha” (Lobato, 1998, p. 8). Uma contestação como esta nos revela também a parcialidade das concepções dos ocidentais ao aceitarem como corretas as ações que os beneficiam e refutarem, como incorretas, as que os prejudicam.

Pouco depois, quando D. Benta narra a pilhagem de um navio pirata pelo navio português em que Staden se encontrava, Narizinho pergunta se tal atitude fora correta, ao que D. Benta responde: “Ah, minha filha, a história da humanidade é uma pirataria que não tem fim. O forte, sempre que pode, depreda o mais fraco. Só quando a Justiça for uma

⁶⁵ Outra comparação entre as duas versões de Lobato para a obra de Staden pode ser encontrada em Vieira, 1997.

realidade, em vez de ser um ideal, é que as coisas mudarão de rumo” (Lobato, *ibid.*, p. 8), colocando os portugueses no mesmo nível daqueles por eles considerados piratas.

Ao narrar os acontecimentos que marcaram a travessia do Atlântico, Lobato expõe a fragilidade dos europeus diante do calor e do medo das tempestades, mostrando que, tal como os nativos do futuro Brasil, também eles eram vulneráveis às intempéries da natureza. Já seu aspecto supersticioso é revelado quando consideram como sinal de tempo bom a aparição do fogo de santelmo – simples fosforescência produzida por minúsculas formas de vida marinhas nas águas, conforme explica D. Benta (cf. Lobato, 1998, p. 9)⁶⁶.

Sobre a escravização dos nativos, ela esclarece que essa se deveu à ganância dos europeus: “se não fosse a ganância dos brancos, quer portugueses, quer espanhóis, ganância que os levou a insistir na escravização dos índios, não teria havido nas Américas os horrores que houve” (Lobato, *ibid.*, p. 10).

Sobre o episódio que narra como a colônia Iguaraçu foi retomada dos nativos, em que se sobressai a valentia dos portugueses – 90 portugueses auxiliados por aproximadamente 30 escravos, contra oito mil índios –, D. Benta ressalta o termo avaliados e acrescenta, com a leve ironia que perpassa toda a narração: “As avaliações dos interessados em geral erram para mais. O Compadre Teodorico nosso vizinho, sempre avaliou o seu sítio em setenta alqueires. Veio o agrimensor, mediu e achou trinta...” (Lobato, *ibid.*, p. 10).

Por fim, quando Staden está retornando à Europa, Pedrinho, como bom aprendiz, lembra que “a história da humanidade é uma pirataria sem fim” (Lobato, *ibid.*, p. 13) ao

⁶⁶ A explicação de D. Benta está incorreta, pois o fogo de santelmo é definido como “Chama azulada, de natureza elétrica, que surge nos mastros dos navios, sobretudo quando há tempestade.” (Aurélio, 1993, p. 493). Todavia, tal erro não invalida o fato de que Lobato usa uma explicação científica em contraposição ao caráter supersticioso do europeu do século XVI, ressaltando sua semelhança com os ameríndios.

ouvir a narração de mais uma pilhagem praticada por navio português. O comentário faz Narizinho trazer à tona a fábula do lobo e do cordeiro, na qual a identificação dos portugueses com o lobo é imediata.

Terminada a primeira viagem de Staden, continua, porém, a conversa entre as personagens de Lobato, que discutem sobre a exploração econômica do Brasil por Portugal. A conclusão apresentada por D. Benta segue sua tendência de ressaltar aspectos negativos do europeu, sobretudo, do português: “Não basta ganhar, é preciso conservar, coisa muito mais difícil. Todo o ouro que Portugal tirou do Brasil foi se passando aos poucos para os países industriais, sobretudo para a Inglaterra, em troca dos produtos das suas fábricas. Quando os portugueses abriram os olhos, era tarde – o ouro do Brasil estava todo em mão de **gente mais esperta**” (Lobato, 1998, p. 13, grifo nosso).

Quando Narizinho critica o modo de preparo da bebida típica dos índios, o *cauim*, D. Benta argumenta que aquilo é uma porcaria (expressão usada pela menina) para os que pertencem a uma cultura diferente: “Se você fosse uma indiazinha daqueles tempos [dirigindo-se à neta] havia de achar a coisa mais natural do mundo e não deixaria de comparecer a todas as mascações de abati” (Lobato, *ibid.*, p. 22). Em outro momento, quando Narizinho pergunta se a língua portuguesa é a mais bonita e rica dentre todas, novamente sua avó lembra da relatividade inerente a tudo respondendo que cada nação costuma enaltecer o que lhe é próprio: “para os ingleses é a inglesa; para os franceses é a francesa, e assim por diante” (Lobato, *ibid.*, p. 22) e lembra que, para aqueles índios, seria, obviamente, o tupi⁶⁷.

⁶⁷ O termo *tupi* tanto pode se referir ao tronco lingüístico Tupi, do qual fazem parte as famílias Tupi-Guarani, Tupi Mondé, Mundurucu e Tupari, entre outras, a uma das línguas da família Tupi-Guarani – a Tupinanbá. Para mais informações, pode-se consultar: Rodrigues, Aryon Dall’Igna. “A classificação do tronco lingüístico tupi”. In: *Revista de Antropofagia*. São Paulo, 1964, p. 99-104.

Em sua segunda viagem ao Brasil, capturado, Staden, em diversas ocasiões, chora e implora a seu Deus que salve sua vida, dando a D. Benta ensejo para tecer comentário sobre a covardia dos brancos diante da morte: “Em transe idênticos os prisioneiros indígenas mostravam grande arrogância e profundo desprezo pela vida; arrostavam os seus matadores, ameaçando-os com a vingança dos amigos e parentes. Os brancos, porém, em geral se acovardavam, choravam e pediam misericórdia” (Lobato, 1998, p. 25).

Quanto ao monopólio exercido por Portugal sobre sua colônia, a narradora tece observações sobre as relações de poder – “O direito dos portugueses era o direito do mais forte” (Lobato, *ibid.*, p. 26) –, fazendo Pedrinho se lembrar da fábula do lobo forte e do lobo fraco. A seguir, ao ouvir sua avó contar como os portugueses traíram os índios, o menino pergunta se ambos seriam amigos caso os portugueses os houvessem tratado com justiça, ao que D. Benta responde que sim, acrescentando que foi o caráter negativo dos europeus que geraram a inimizade: “Mas os conquistadores do Novo Mundo, tanto portugueses como espanhóis, eram mais ferozes que os próprios selvagens. Um sentimento só os guiava: a cobiça, a ganância, a sede de enriquecer, e para o conseguirem não vacilaram em destruir nações inteiras, como os astecas do México e os incas do Peru, povos cuja civilização já era bem adiantada” (*ibid.*, p. 27).

Quanto à identidade heróica construída pelos europeus para si próprios, como se pode notar em *Warhaftige Historia*, ela observa sua parcialidade: “a história é escrita por eles. Um pirata quando escreve a sua vida está claro que se embeleza de maneira a dar a impressão de que é um magnânimo herói.” E ironiza: “À entrada de uma certa cidade erguia-se um grupo de mármore, que representava um homem vencendo na luta ao leão. Passa um leão, contempla aquilo e diz: Muito diferente seria essa estátua se os leões fossem escultores!” (Lobato, *ibid.*, p. 27).

Para tratar de valores como lealdade e veracidade, Lobato usa os episódios em que Staden tenta convencer os tupinambás de que não era seu inimigo uma vez que não era português. Os índios resolveram averiguar. O jovem defensor dos fortes portugueses se acalma, pois mesmo ele confia nos bons princípios dos índios (cf. Lobato, *ibid.*, p. 28). Quem o trai, ironicamente, é outro europeu, um francês, que o acusa de ser português: “É português dos legítimos, meu e vosso inimigo. Matai-o e comei-o!” (Lobato, 1998, p. 28). Quando tem outra oportunidade de se defender, Staden mente – prática incomum entre os índios. A nova ameaça de morte faz Pedrinho gritar, entusiasmado, seu apreço pelo chefe indígena: “Gosto de um tipo assim! Ele estava no seu papel. Estava defendendo a sua terra, invadida por estrangeiros. Tinha o direito de comer quantos pêros [cachorros – termo espanhol usado em referência aos portugueses] quisesse...” (Lobato, *ibid.*, p. 30). Quanto às torturas sofridas por Staden, D. Benta as contrasta com as práticas da Inquisição: “não há termo de comparação entre o modo pelo qual os índios tratavam os prisioneiros e o que era de uso na Europa. Lá a ‘civilização’ recorria a todos os suplícios, inventava as mais horrendas torturas. Assavam os pés da vítima, arrancavam-lhes as unhas, esmagavam-lhe os ossos, davam-lhe a beber chumbo derretido, queimavam-na viva em fogueira. Não há monstruosidade que em nome da lei de Deus os **carrascos civilizados**, em nome e por ordem dos papas e dos reis, não tenham praticado. Mesmo aqui na América o que sobretudo os espanhóis fizeram é de arrepiar as carnes. Os índios, não. Brincavam com as vítimas apenas.” (Lobato, *ibid.*, p. 30, grifo nosso).

Num momento posterior, quando, já sem esperança, Staden manifesta dúvida em relação aos índios – se cumpririam a promessa de libertá-lo –, a narradora observa que a dúvida de Staden era infundada, uma vez que os índios, ao contrário dos europeus, não costumavam enganar: “Os tupinambás souberam cumprir o prometido, dando prova de que

é mais de fiar-se um selvagem do que um rei branco como aquele Fernando, o Católico, de Espanha, que só cumpria a palavra quando lhe convinha.” (Lobato, *ibid.*, p. 34).

Finalmente, quanto ao canibalismo, que Staden teria presenciado enquanto permaneceu entre os tupinambás, D. Benta reconhece ser esse um ato horrível, porém lembra que os europeus também comem carne: “Afastado o aspecto moral, não vejo diferença entre o cadáver de um carijó e o cadáver de um boi” (Lobato, 1998, p. 39), ressaltando que entre os canibais e civilizados, que comem animais, não há longa distância.

Como se pode perceber, em *Aventuras de Hans Staden*, encontramos a ideologia de Lobato defendida pela personagem D. Benta. Fazia parte de seu projeto de construção da brasilidade educar as crianças de tal forma que elas pudessem conhecer e se orgulhar de seu país, sem, no entanto, tornarem-se ufanistas. Para tanto, tratava-as como pessoas inteligentes e lhes oferecia histórias menos romantizadas, em que a identidade dos eternos heróis europeus era desconstruída – como faz ao recriar a imagem de Staden e dos demais colonizadores. De fato, situações maniqueístas e idealizadas, nas quais o bem sempre vencia; casos em que as personalidades históricas sempre eram representadas como heróis bem sucedidos e em que, para os problemas, sempre havia soluções simples – características comuns à produção literária infantil anterior à de Lobato – dão lugar, em sua obra, a uma visão mais realística e crítica (cf. Vale, 1994, p. 56).

De sua preocupação com a formação dos futuros cidadãos brasileiros, vem seu interesse em recontar as histórias de além-mar, desmascarando a ideologia do dominador nelas contida e sobrepondo a ela uma ideologia de caráter nacionalista. Portanto, o tipo de canibalismo que Lobato pratica ao se utilizar da obra de Staden para, a partir de seu interior, tecer críticas à ideologia eurocêntrica e expor a sua própria, por meio das explicações de D. Benta e questionamentos das crianças – que lhe permitem chegar a

conclusões que apenas a sinceridade infantil escusaria –, torna *Aventuras de Hans Staden* uma obra exemplar do gênero que só viria a ser produzido no fim do século XX pelos escritores pós-coloniais. Isto porque nela Lobato se apropria da produção do colonizador para dar voz ao colonizado, apresentando-o não mais como um selvagem nu, e desconstrói o estereótipo eurocêntrico do branco civilizado – o “bom-europeu” – deslocando-o para a periferia.

Em lugar do branco sábio, honesto e vítima em potencial do canibalismo, temos a imagem de um usurpador canibal, ainda que metaforicamente; alguém que não comeu a carne dos nativos, mas se nutriu com sua terra, força de trabalho, cultura, liberdade e, por fim, com sua vida. Nisto, a visão de Lobato antecipa a de Freyre e Holanda, que ressaltarão a bravura e aptidão para determinados tipos de trabalho dos índios, em contraste com a preguiça e desonestidade do português.

Freyre, por exemplo, retoma as palavras do Padre Manuel da Nóbrega para nos lembrar que os colonizadores exploraram o trabalho indígena, transformando-os em seus escravos, porque esses colonizadores – europeus – eram, de fato, muito preguiçosos e dados à sensualidade e outros vícios que os indígenas desconheciam (Nóbrega, apud Freyre, 1963, p. 214). Para Freyre, os primeiros europeus a aportarem na América Portuguesa teriam se deparado com uma raça vigorosa e bem disposta para o trabalho, citando Léry e Gabriel Soares. Além disso, dessa vez citando Fernão Cardim, seriam resistentes e ligeiros quando se tratava de percorrer longas distâncias. Por fim, lembra a própria carta de Caminha, em que são descritos como robustos, saudáveis e bem apresentados (cf. Freyre, *ibid.*, p. 215).

Holanda, por sua vez, credita à aversão do índio pelo sedentarismo, repetição e falta de liberdade e, ainda, às diferenças culturais em relação aos europeus sua inadaptabilidade ao trabalho forçado, destacando, porém, seu bom desempenho na atividade extrativa, caça,

pesca, pecuária e até em certos ofícios mecânicos (cf. Holanda, 1963, p. 24).

Quanto à preguiça dos portugueses, ele inicialmente poupa suas palavras, citando um patricio dos criticados. Em 1535, Cleonardo, que estava em Lisboa, teria relatado a seu amigo Latônio as péssimas condições em que se encontrava a agricultura em Portugal e arrematava, dizendo que não haveria no mundo povo mais preguiçoso que o português (cf. apud Holanda, 1963, p. 26). Por fim, ironiza a situação, observando que as características negativas atribuídas aos indígenas da colônia – ociosidade, indisciplina, imprevidência, intemperança e prática de atividades predatórias – serviriam como descrição perfeita dos hábitos da nobreza portuguesa: “deve ser por isso que, ao procurarem traduzir para termos nacionais a temática da Idade Média, própria do romantismo europeu, escritores do século passado, como Golçalves Dias e Alencar, iriam reservar aos índios virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros” (Holanda, 1963, p. 35).

IV. **Aí vem a nossa comida! – Staden, mártir renascentista**

Florians von der Fleschen wunderbachliche(n)/ seltzame(n) abentheurliche(n) Schiffarten vnd Reysen (Navegações e viagens maravilhosas, estranhas e aventureiras de Florian von der Fleschen), sátira inspirada no livro de Staden publicada anonimamente em 1625, é a primeira adaptação de *Zwei Reisen nach Brasilien* de que temos notícia.

Em seguida, em 1729, foi publicada em Frankfurt/Leipzig *Curieuses und besonders Gespraech In dem Reiche derer Todten zwischen Christophoro Colombo, als dem Berühmten Erfinder der neuen Welt, und Johann Staden, eines gleichfalls geruehmten Deutschen See= und Schiff=Mannes, (da)rinnen Beyderseits merck= und wundernswürdige Lebens= Beschreibungen...* (Encontro curioso e peculiar no reino dos mortos entre Cristovão Colombo, o famoso descobridor do novo mundo, e Hans Staden, marinheiro alemão igualmente famoso, contendo descrições dignas de espanto e admiração), outra adaptação anônima, escrita em forma de dialogo, no gênero bastante antigo de conversas entre mortos.

Nos anos posteriores, o livro de Staden parece ter sido esquecido, pois uma nova adaptação só aparecerá em 1871, empreendida por Robert Avé-Lallemant: *Hans Staden von Homberg bei den brasilienischen Wilden oder die Macht des Glaubens und Betens* (Hans Staden, de Homberg, com os selvagens brasileiros ou o poder da fé e da oração).

Wie Hans Stieglitz sein Glück in der Fremde machte (De como Hans Stieglitz fez fortuna numa terra alheia), de Ewald Gerhard Seeliger, publicada em Munique em 1920, é uma versão satírica que quase não apresenta relação com o livro de Staden, pois a história foi ambientada no século XVII, o que determinou muitas mudanças. Em 1948, Fouquet publicou uma versão do livro de Staden, intitulada *O prisioneiro de Ubatuba* e, em 1964,

publicou uma nova versão, bastante livre – uma espécie de adaptação para a literatura infantil.

Finalmente, em 1967, foi publicada em Wuppertal *Ubatuba. Aus dem abenteuerlichen Leben des Brasilienfahrers Hans Staden* (Ubatuba. Da vida aventureira do viajante ao Brasil Hans Staden), uma *Nacherzählung* destinada a leitores de todas as faixas etárias organizada por Kurt Salecker. Além dessas, há algumas adaptações para história em quadrinhos e para o cinema feitas ao longo do século XX, porém a que mais nos interessa é a de Avé-Lallemant, devido ao contexto histórico em que foi publicada e ao contato do autor com o Brasil.

Avé-Lallemant, nascido em Lübeck em 25 de julho de 1812, viajou pela primeira vez para o Brasil em 1836, quando contava, portanto, 24 anos e acabara de concluir seus estudos de medicina. Durante seu primeiro ano, fez estágio na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; no ano seguinte, abriu um sanatório para tratar especificamente de doentes contaminados por febre amarela e se tornou Secretário Municipal da Saúde. Em 1855, porém, teve que voltar para seu país natal, pois sua esposa, também alemã, não se acostumava com o clima tropical.

Pouco depois, em 1857, retornou ao Brasil com a Expedição Novarra, de Alexander von Humboldt, provavelmente sem a família – sua primeira esposa morrerá no mesmo ano em que retornaram para a Alemanha e, casado com a cunhada, teve ainda mais dois filhos. Quando o navio de Humboldt passou pelo Rio de Janeiro, Avé-Lallemant resolveu abandonar a expedição. Até 1858, percorreu o território pertencente ao Brasil de norte a sul, escrevendo sobre as regiões por onde passava. De volta a Lübeck, estabeleceu seu consultório médico e editou seus relatos de viagem. Em 1871, ano da publicação da adaptação que fez do livro de Staden, faleceu sua segunda esposa e ele se casou novamente,

vindo a falecer em 10 de outubro de 1884.

Dentre suas obras, *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858* (1859); *Reise durch Nord-Brasilien im Jahre 1859* (1860); *Meine Reise in Egypten und Unter-Italien* (1875); *Das Leben des Dr. med. Joachim Jungius 1587-1657* (1882); “Alexander von Humboldt. Sein Aufenthalt in Paris (1808-1826)” (1872) – capítulo inserido no livro organizado por Karl Bruhns sobre Humboldt –, a mais desconhecida é a referida adaptação.

Seu interesse pela obra de Staden provavelmente começou com sua viagem ao Brasil, mas também é possível que ele tivesse lido o livro antes e que tenha se decidido a embarcar para a ex-colônia portuguesa graças à leitura das aventuras narradas por Staden ou simplesmente levado pelos mesmos motivos que outros tantos imigrantes alemães à época, entre os quais se inclui seu próprio irmão, Theodor Friedrich Avé-Lallemant, músico e pastor, bem como o jovem Bruhns, rico fazendeiro de Paraty, que viria a ser o avô materno de Thomas Mann.

As primeiras ondas migratórias de alemães para o Brasil haviam começado pouco antes, em 1825, com a chegada de aproximadamente 120.000 alemães para povoar o sul. Outras razões, porém, tornam a época em que Avé-Lallemant viveu no Brasil uma das mais efervescentes – foi justamente o período entre a independência política e a adoção do regime republicano. Quase tudo ainda estava por ser estabelecido – a língua, o cânon literário nacional, as fronteiras geográficas, o regime político –, enquanto a insipiente *intelligentisia* brasileira se debatia em busca da identidade nacional e a recém-constituída elite brasileira reclamava, insatisfeita, mais poder.

No mesmo período, a Alemanha, após a desintegração do Sacro Império Romano de Nação Germânica (1806) e as guerras civis entre territórios germânicos inspiradas pela idéias liberais vindas da França, encontrava-se mergulhada em uma ditadura que só teria

fim em 1850. Sem liberdade de expressão e subordinada a péssimas condições de trabalho – este foi também o período de industrialização da Alemanha, que implicou mais sacrifício da classe operária –, a opção que se apresentava a muitos era a imigração, por isto tantos alemães se mudavam para o Brasil.

Após a restituição da liberdade de expressão e o fortalecimento da burguesia – também consequência da industrialização –, quando a situação parecia se acomodar com a Prússia no comando dos territórios germânicos, e quando Avé-Lallemant já havia retornado a seu país, todos são arrastados a uma nova guerra contra a França, ao fim da qual a Alemanha tem apenas uma vitória, mas bastante significativa: a unificação da maioria dos territórios em torno do II Reich.

Como a Guerra Franco-Prussiana se estendeu de 1870 a 1871, seu fim e a unificação alemã coincidem com o ano da publicação de *Hans Staden von Homberg bei den brasilienischen Wilden oder die Macht des Glaubens und Betens*. Nesta adaptação, o livro de Staden foi condensado em seis capítulos – (1) Primeira viagem de Staden ao Brasil; (2) Segunda viagem de Staden e naufrágio; (3) Permanência de Staden em Buriquioca; (4) “Da profunda miséria, clamo a ti”; (5) Staden e Cunhambebe e (6) Retorno de Staden, além de um curto prefácio e um longo posfácio intitulado “A fundação do Rio de Janeiro” – nos quais o protagonista é convertido em mártir do cristianismo ao ser comparado às primeiras testemunhas de sangue (*ersten Blutzengen*) (cf. Avé-Lallemant, 1871, p. 102), ou seja, aos primeiros mártires cristãos. No interior do livro, porém, ao narrar a chegada de Staden à tribo dos tupinambás, comparou-o ao próprio Jesus. Naquele momento, Staden se encontrava profundamente desesperado, pois todos teriam se aproximado para vê-lo e ele teria tido que gritar “Aqui estou chegando eu para ser comido por vós” (ibid, p. 56). Segundo Avé-Lallemant, reproduzindo o que Staden contara em seu livro, as mulheres

pulavam ao seu redor, enquanto os homens lhe batiam, dizendo o nome daqueles por quem ele apanhava. Após tudo o que sofrera, bastante ferido e assustado, para completar, os índios que o capturaram lhe disseram que o tinham presenteado a seu tio para que este, se quisesse, matasse-o e o comesse. Ademais, outros índios diziam que, pouco antes de ele ter sido capturado, havia sido predito que apreenderiam um português. É nesta situação que Avé-Lallemant conta que Staden disse a si mesmo “Agora estão fazendo os preparativos para matar-te” (Avé-Lallemant, 1871, p. 57). Seu consolo teria sido a lembrança do sofrimento de Jesus: “Ele, porém, ‘lembrei-me do sofrimento do nosso redentor Jesus Cristo, como ele sofreu com os judeus infames’. Assim ele se consolou e teve paciência.” (Avé-Lallemant, *ibid.*, p. 58), ou seja, Staden é comparado a Jesus, enquanto aos índios restava a posição dos “infames” judeus. Em meio à narração desses fatos, como que para dar maior credibilidade a suas palavras, Avé-Lallemant afirma que o que aqueles índios fizeram foi uma demonstração de seus costumes selvagens, conservados até a época em que estivera no Brasil: “eles apresentaram totalmente o quadro ou a imagem canibalesca de sua animalidade, na qual até hoje em dia os botocudos e outras tribos brasileiras vivem, matando com socos os seus inimigos, assando-os e os deglutindo mal-passados.” (Avé-Lallemant, *ibid.*, p. 56).

O próprio título escolhido por Avé-Lallemant para o capítulo no qual essa seqüência de ações se passa alude à sensação de tristeza e desespero que ele procura imprimir em seu Staden: “Aus tiefer Hoth schrei ich zu dir” (Da profunda miséria, clamo a ti), primeiro versículo do Salmo 130, conhecido como “De profundis”, reproduz a lamentação de Davi pela morte de seu filho Absalão (cf. Davi, 1987, 676).

Apresentar um Staden desesperado e desgraçado era importante porque, quanto pior fosse sua situação, maior o crédito de seu Deus pelo socorro que lhe prestasse,

demonstrando, assim, o grande poder de suas orações. É por isso que Avé-Lallemant ressalta os perigos aos quais Staden esteve exposto, mesmo que, para tanto, precisasse criar ou reafirmar narrações inverossímeis como a que se dá quando, logo após ter sido capturado, Staden é objeto de uma disputa entre os índios de diferentes tribos. Diante do impasse, um dos índios teria proposto que o dividissem ali mesmo, para que cada qual tivesse sua parte – mesmo à época de Avé-Lallemant, graças inclusive às informações de Staden, já se sabia que o ritual canibal durava vários meses e que deveria chegar ao fim em uma época específica, sendo, pois, absurda a idéia de que se pudesse retalhar Staden logo após sua captura, antes mesmo que tivesse sido apresentado à tribo. Porém, após a narração desse fato, Avé-Lallemant, pode, então, apresentar Staden como um homem realmente desgraçado, ao qual apenas a intervenção divina poderia salvar: “Assim Staden era um homem perdido. Somente a intervenção imediata de Deus poderia salvá-lo das garras dos canibais, os quais estavam exaltados, especialmente contra os portugueses, que eram intrusos, ao passo que os piratas franceses, sendo inimigos dos portugueses, lidavam com eles mais ou menos bem, comercializavam e até viviam com eles, mas apenas para instigá-los contra os portugueses.” (Avé-Lallemant, 1871, p. 51).

A insistência em esclarecer que os tupinambás eram inimigos dos portugueses e que os franceses os incitavam contra os exploradores legais de suas terras também serve para intensificar o perigo que Staden corria, pois, desde o princípio, os índios o haviam tomado por português – não apenas devido à previsão de que capturariam um português, mas também porque sabiam que Staden defendia um forte português.

Num momento posterior, quando Staden já se encontra acomodado para dormir, Avé-Lallemant emprega o discurso direto, mais apelativo, para que a própria vítima expresse seu desespero: “Como eu estava com um medo e angústia tão grande, eu pensei

numa das coisas que nunca tinha pensado antes. Ou seja, pensei no vale de lágrimas em que nós aqui vivemos E comecei, com lágrimas nos olhos, a cantar o Salmo ‘Da profunda miséria, clamo a ti etc’. / Aí os selvagens disseram ‘olhem como ele está se lamentando’.” (Avé-Lallemant, 1871, p. 53-54). Neste episódio, mais uma vez, a fé de Staden, demonstrada pelo apelo a seu Deus por meio de uma oração musicada, é ressaltada.

No dia seguinte, novamente Staden irá se dirigir a Deus, mas desta vez a pedido dos índios, que se assustavam com a aproximação de uma tempestade enquanto estavam no mar e, segundo Staden, queriam testar a eficiência e autenticidade de seu Deus. Staden teria orado, pedindo que o Deus protestante os livrasse da tempestade, provando aos pagãos selvagens que estava ao seu lado, e esta teria se afastado, sem lhes causar qualquer mal (cf. Avé-Lallemant, *ibid.*, p. 54-55).

A transformação de Staden em testemunha de sangue do cristianismo e na própria imagem de Cristo na Terra se deve ao contexto em que a adaptação de Avé-Lallemant foi publicada e ao objetivo a que parece se destinar.

À Europa Renascentista – e à Reformista também – tinha sido útil a construção de um imaginário sobre o Brasil, ou, antes, de um Brasil imaginário, demonizado, como vimos no livro de Staden, que resultasse na construção de uma nova identidade para si própria. Criando o conceito de selvagem antropófago – o caraíba, o canibal –, transportado para as terras onde o Brasil se constituiria, o europeu pôde, por oposição, construir para si a imagem de bom e civilizado, a despeito das barbáries praticas pelo Império Romano e dos fatos que fizeram com que se atribuísse à Idade Média o título de Idade das Trevas – apenas para citar alguns exemplos. Processou-se, assim, uma construção, como qualquer outra, performática, na medida em que as identidades são criadas a partir de representações: “é através da representação que novas identidades são constantemente afirmadas e

reivindicadas” e “o caráter performativo da constituição de identidades é algo inegável” (Rajagopalan, mimeo).

Na segunda metade do século XIX, época em que Goethe e os demais políticos e homens de letras de sua época se esforçam para construir a *Deutschheit* (germanidade), interessava à Alemanha unificada – o *II Reich* – colocar em relevo a fé protestante, uma vez que tinha sido o berço do protestantismo. Qual a maior contribuição da Alemanha para o mundo ocidental senão a Reforma Protestante? A esta Alemanha, recém-unificada, recém-constituída, interessava propalar a importância da fé cristã reformada. Para tanto, era preciso lembrar os próprios alemães de sua importância no plano mundial⁶⁸. Isto porque na Europa vigora o nacionalismo romântico, ou seja, um nacionalismo que constrói a superioridade da nação sobre as reminiscências de um passado heróico resultante do imaginário coletivo. Justamente nesse tipo de nacionalismo teria se baseado a defesa da superioridade racial das nações européias e a elevação de sua auto-estima com base em mitos que as apresentavam como as mais avançadas de todo o mundo (cf. Rajagopalan, mimeo).

Que passado glorioso poderia despertar um saudosismo histórico capaz de levar diferentes nações a se conglomerar em torno de uma única pátria senão uma representação performática, uma construção artificial? Só por meio de um imaginário coletivo – ou, para usar o termo de Timothy Brennan (1997), comunidade imaginária –, seria possível criar um sentimento de comunidade entre povos tão diversos (prussianos, saxões, bávaros etc.) que serviriam de base para a construção de uma nação alemã. Aliás, não é sem razão que a unificação alemã se inicia pela unificação (sempre relativa) lingüística, na época de Martin

⁶⁸ Da mesma forma que vai ser importante para Lobato convencer os próprios brasileiros das virtudes, ou não selvageria, de seus eleitos ancestrais.

Luther (Martinho Lutero). Foi o espírito da linguagem que primeiro tornou possível a congruência de povos tão diferentes entre si como os que hoje constituem o povo alemão em torno de objetivos comuns, que levaram à formação do *II Reich*. Esse espírito da linguagem nasceu com a Bíblia de Lutero, que trouxe simultaneamente uma contribuição incomensurável para as transformações que levariam à formação da Alemanha bem como para a transformação que abalaria o mundo ocidental – a Reforma Protestante. Reeditando o livro de Staden, reescrito segundo seu próprio interesse, Avé-Lallemant contribui para a formação dessa comunidade imaginária germânica composta por um mártir – luterano, obviamente: Hans Staden.

Tanto é verdade que Deus existe quanto é verdade que Hans Staden foi salvo pela intervenção direta de Deus das mãos dos horrorosos selvagens brasileiros cujos descendentes eu também conheci em sua horrenda brutalidade.

Assim, uma publicação desse livro de Hans Staden poderia parecer supérflua, mas não é nada supérflua. Por um lado a minha versão comprova o amor escrupuloso que esse mártir de Hessen teve pela verdade quando nós o seguimos passo a passo por sua estadia horrível no Brasil e então nós colhemos o fruto delicioso da história de Staden, ou seja, o fruto de que o apelo da oração a Deus realmente ajuda nas dificuldades quando toda ajuda humana está distante e quando só a vontade imediata de Deus pode salvar. (Avé-Lallemant, 1871, p. IX)

Enquanto na adaptação de Avé-Lallemant as referências ao Deus europeu são intensificadas, mesmo na versão literária de Lobato, em que não se revela uma intenção explícita de interferir na imagem de Staden, tais referências são silenciadas, como vimos na análise do Primeiro Capítulo de *Warhaftige Historia*. É bem verdade que Lobato considera o livro de Staden importante para a história do Brasil, como Andrä fez questão de frisar: “Não há documento mais precioso relativo à terra brasileira em seus primórdios do que as memórias de Hans Staden (...) Obra de valor inestimável que deveria andar no

conhecimento de todos brasileiros (...) uma obra que até nas escolas devia entrar, pois nenhuma daria melhor aos nossos meninos a sensação do Brasil menino.” (Lobato, apud Andrä, 1960, p. 292). Por isso Lobato o publicou. Mas não queria que o livro chegasse às mãos da criança brasileira sem antes passar pelas suas (cf. Lobato, 1959a, p. 193).

Seu tino comercial, aliado a um projeto de construção de brasilidade, determina sua escolha para a estréia da Companhia Editora Nacional. Considerando insuficiente a simples adaptação literária, que não lhe conferia muita liberdade de ação, Lobato parte para a assumida adaptação, escrevendo *Aventuras de Hans Staden*, em que constatamos apenas duas referências ao Deus europeu, ou, antes à religião ocidental – católica, especificamente –, e não foi para enaltecer qualquer prática religiosa, mas, antes, para destacar as atrocidades cometidas pelos que se diziam cristãos (cf. *ibid.*, 1998, p. 30). Ou seja, a partir de um mesmo livro, *Warhaftige Historia*, foi possível tanto criar uma adaptação em que o poder da fé e da oração são exaltados e o protagonista é convertido em mártir do cristianismo reformado quanto outra em que o nome de Deus é citado apenas para lembrar as atrocidades cometidas pelos selvagens civilizados, dos quais o protagonista do livro seria representante. A manipulação da obra de Staden a fim de servir a objetivos diversificados é, pois, incontestável.

Para encerrar, a seguir relacionamos a concepção de tradução de Lobato com a de Goethe e dos românticos alemães. Além disso, destacamos a importância que a tradução assumiu na construção da identidade nacional alemã e que pode ter assumido no caso do Brasil, considerando os objetivos que teriam determinado as leituras que Lobato faz da obra de Staden.

CAPÍTULO IV

PELO MENOS JÁ SE PODE DIZER QUE TEMOS UMA MANEIRA TIPICAMENTE BRASILEIRA DE DESCASCAR LARANJAS

Configurada ao longo dos séculos por um amálgama de lendas, castelos e catedrais, a alma alemã aspira à afirmação heróica. E nós? Desconheço os retalhos genuínos – ainda que modestos – configuradores da alma brasileira. Qual seria a sua vocação? Desconfio que a indefinição. O Brasil é o país do não-sei. (Trevisan, 1984, p. 252)

I. De *Teutoburg*-Alemanha à Ilha de São Brandão-Brasil

No início do século I d.C., várias tribos da região de *Teutoburg* se uniram e atacaram a poderosa Legião Romana chefiada por Quintilius Varus, que tencionava invadir a Germânia. Após o massacre de sua legião, os romanos desistiram de invadir as terras à margem esquerda do Reno e Hermann (Arminius), chefe dos teutônicos, entrou para a história como responsável por impedir a romanização da *Germania Libera*, sendo esta a única parte da Europa Ocidental que se manteve livre da influência latina.

Após a morte de Carlos Magno, já no século IX (814), seu reino foi desintegrado e a fronteira política entre o Império Ocidental, dos francos, e o Império Oriental, dos germanos, coincidiu com a fronteira lingüística; os povos de dialetos românicos ficaram de um lado, e os de dialetos germânicos, do outro. O termo que inicialmente designava o idioma de origem germânica, *Deutsch*, passou a designar o local onde era falado, *Deutschland*, e o povo que o falava, *Deutschlander*.

O marco inicial da passagem do Império Oriental para Império Germânico é o fim da dinastia carolíngia, em 911, quando foi escolhido o primeiro rei da Alemanha, Konrad I. Seus sucessores foram Henrich I, Duque da Saxônia (919-936) e seu filho, Otto I (936-973), sagrado imperador em Roma, pelo Papa. Concebendo seu império como universal, Otto I e seus sucessores se consideravam soberanos de todo o Ocidente, chegando a dominar parte da Itália durante os três séculos seguintes, enquanto seu próprio território era negligenciado. Porém, o poder do imperador alemão jamais chegou a ser realidade plena, mesmo porque, durante a Idade Média, a autoridade dos governantes podia ser contestada, só sendo respeitada quando se fazia acompanhar pela força militar e por alianças políticas. Além disso, após a disputa em torno do direito do imperador de nomear bispos (Guerra das

Investiduras), o poder papal aumentou, tornando-se igual ao do imperador.

No século seguinte, sob o domínio de Friedrich Barba Ruiva (1152-1190), teve início a excessiva divisão territorial, culminando com o fim do Império Universal do Ocidente e da dinastia dos Hohenstaufen (1250). Dessa forma, enquanto as demais nações ocidentais se transformavam em estados nacionais, a Alemanha continuava dividida internamente.

No século XIV, uma importante divisão se processou, com a separação da etnia alemã e eslava, vindo a se estabelecer a fronteira oriental do Império. A partir de então, com o fortalecimento da dinastia dos Habsburg, a coroa se tornou hereditária, o poder econômico das cidades, movidas pelo mercantilismo, aumentava, enquanto o poder do imperador enfrentava resistência interna.

Às portas do século XVI, no Império Alemão de Karl V (1519-1556), o mais poderoso desde o fim do Império Romano do Ocidente, as idéias renascentistas e humanistas fazem efeito, levando a nascente burguesia a se revoltar, sobretudo, contra os abusos da Igreja. É neste contexto que Lutero traz a público sua tradução da Bíblia, disponibilizando aos laicos a palavra de Deus, segundo sua própria concepção, obviamente.

As conseqüências da Reforma Protestante ultrapassaram o âmbito religioso, gerando revoltas populares que afetaram a estrutura sócio-política do Império Alemão. Com a Paz Religiosa de Augsburgo, estabelecida em 1555, foi conferida à religião protestante igualdade em relação à católica, ficando os príncipes territoriais livres para determinar a religião de seus súditos. Assim, a Alemanha sofre nova divisão, dessa vez, religiosa – 80% de sua população aderem às idéias de Lutero. Neste momento, as disputas religiosas se acirram e tem início a Contra-Reforma. Formam-se partidos religiosos – a União Protestante (1608) e a Liga Católica (1609) – e um conflito na Boêmia desencadeia a Guerra dos Trinta Anos,

cujos resultados foram a perda de territórios para a Suécia e França e a independência da Suíça e Holanda.

Ainda no século XVII, mas já sob o Absolutismo Iluminista de origem francesa, seguido por alguns príncipes alemães, o Império sofre novas perdas – a Áustria e a Prússia, nações que o integravam, têm seu poder político e militar fortalecido, tornam-se rivais e alguns de seus territórios conseguem independência. O poder militar de Friedrich, o Grande, da Prússia, fortalece o orgulho germânico, exaltado por Friedrich Klopstock em sua trilogia (1769-1787) *Hermann Schlacht* (A batalha de Hermann), *Hermann und die Fürsten* (Hermann e os príncipes) e *Hermann Tod* (Hermann morto), inspirada no poder de Hermann, transformado em mito. Pouco depois, a Áustria e a Prússia tentam intervir na Revolução Francesa (1789) a favor da monarquia, atraindo contra o Império as forças revolucionárias. O resultado é a anexação por Napoleão dos territórios à esquerda do Reno. Em 1806, os principados maiores daquela região formaram a Liga Renana, protegidos pela França. Isto implicou a reorganização territorial que culminou com o fim do Sacro Império Romano de Nação Germânica e a abdicação do imperador Frank II.

Embora no Império houvesse um grupo respeitável de intelectuais⁶⁹, as idéias inovadoras que deram origem à revolução burguesa na França não tinham como se difundir entre a estrutura federalista alemã, fragmentada. Porém, da oposição a Napoleão, resultou um movimento social que levaria às Guerras de Libertação e a algumas reformas sociais, sobretudo nos estados da Liga Renana e na Prússia. O sistema de vassalagem foi abolido, a igualdade entre os cidadãos foi reconhecida perante a lei, as cidades receberam autonomia

⁶⁹ Entre tais intelectuais, citamos Johann Christoph Gottsched (1700-1766), Johann Christoph Adelung (1732-1806), Christoph Wieland (1733-1813), Johann Gottfried Herder (1744-1803), Alexander Fraser Tytler (1747-1814), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Heinrich Voss (1751-1826), August Wilhelm Schlegel (1767-1845), Wilhelm von Humboldt (1767-1835), Friedrich Schleiermacher (1768-1834), Arthur Schopenhauer (1788-1860) e Friedrich Nietzsche (1844-1900).

política e o serviço militar se tornou obrigatório. Já no início do século XIX, com a vitória sobre a França, o ex-Império se organizou em torno da Liga Alemã.

A partir de então, ainda dividida, a Alemanha se viu submetida a um governo que restringiu da imprensa, passou a controlar as universidades e cassava os direitos de seus opositores. Ao mesmo tempo, tem início a industrialização e o conseqüente fortalecimento econômico do Estado. Apesar do apoio da classe operária, massacrada, a revolução popular de 1848 fracassa. Após dois anos de lutas e discussões entre os partidos políticos, a Liga Alemã é restaurada e a liberdade de expressão restituída.

Nos anos seguintes, a Prússia conquista a hegemonia econômica; o poder industrial fortalece a consciência política da burguesia liberal; o Partido Progressista, fundado em 1861, torna-se o mais poderoso; o chanceler Otto von Bismarck derrota a Áustria, que teve que desistir de controlar a Liga, deixando-a, e os estados ao norte do Reno formam a Liga Setentrional, que venceu a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), anexou territórios da Alsácia e Lorena e recebeu a adesão dos estados do sul da antiga Liga Alemã, constituindo o *II Reich*. Por fim, a unificação do Império Alemão se completara.

Por esta época, devido à influência de Klopstock, a literatura alemã se achava impregnada pela mitologia nórdica, inspiradora das óperas de Richard Wagner. Apesar de sua simpatia pela cultura popular, tematizada em “Sturm und Drang” (Tempestade e Ímpeto), Goethe se coloca contra a tendência geral, que defendia o *Wirklich Deutsch* (verdadeiramente alemão), convocando os deuses do panteão e toda a cultura clássica para a construção da germanidade, enquanto reconhecia na presença do elemento estrangeiro os fundamentos da nascente cultura oficial alemã:

Independentemente de nossa produção, já atingimos um elevado patamar

cultural (*Bildung*) graças à completa apropriação do que nos é estrangeiro. Logo outras nações terão que aprender alemão, pois perceberão que desse modo podem conservar em grande quantidade o aprendizado de quase todas as outras línguas. De fato, de quais línguas não temos nós os melhores trabalhos nas mais eminentes traduções? Já faz muito tempo que os alemães contribuem para a mútua mediação e reconhecimento.

Quem entende alemão se encontra no mercado onde as nações apresentam seus produtos. A força de uma língua está não em rejeitar o estrangeiro, mas em o devorar. (Goethe, apud Berman, 1992, p. 11-12)

Basicamente, o que encontramos nesse excerto de Goethe é um embrião de um conceito de tradução que a apresenta como instrumento de fortalecimento de idiomas e culturas. Aliás, nesse contexto, pode-se dilatar o sentido do termo *língua* e lê-lo com a acepção de *cultura*. De fato, as acepções de língua e cultura se encontram em profunda relação – como já demonstramos ao abordar a formação da língua brasileira –, sobretudo no caso da Alemanha, pois, embora Lutero não tenha criado o *Hochdeutsch* (alemão padrão), suas traduções da Bíblia influenciaram profundamente na formação da língua nacional alemã, uma vez que suas traduções acabaram funcionando como padrão de avaliação no desenvolvimento da língua nacional alemã: “Sua compilação e seleção dos meios disponíveis dentro do sistema lingüístico de sua época, ao lado de suas próprias criações e inovações, influenciaram toda a língua alemã.” (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 50). Suas traduções também exerceram influência sobre a formação de uma cultura alemã, que acabaria transformando a cultura ocidental por meio da expansão do protestantismo. A novidade por elas apresentada se encontra não só na padronização da língua, mas no uso dessa língua para expressar idéias revolucionárias no interior do universo cristão – tanto que suas traduções foram severamente atacadas pelos papistas (termo empregado por Lutero para denominar seus opositores).

O pedido de explicação sobre a introdução da palavra *allein* (só) em um versículo

bíblico feito por um tal “honorável e distinto N.” (cf. Lutero, 2006, p. 95) toca diretamente no ponto de confluência entre questões lingüísticas e dogmáticas da *Bíblia* de Lutero, proporcionando-lhe ensejo para que não apenas apresentasse seus métodos de tradução e suas idéias sobre tradução, mas também reafirmasse um dos principais dogmas que marcam a diferença entre o catolicismo e o protestantismo: a salvação pela fé:

Do mesmo modo, eu sabia muito bem que em *Romanos* 3 não havia a palavra *solum* no texto latino ou grego, e não precisavam me ensinar isso os papistas. É verdade, estas quatro letras *s-o-l-a*, que as cabeças de asno admiram como as vacas a uma nova porteira, não estão no texto. Eles não vêem que isso corresponde perfeitamente ao sentido do texto, e, quando se quer traduzir com clareza e consistência em alemão, deve estar presente, porque eu quis falar em alemão, não em latim nem em grego, quando me propus falar em alemão ao traduzir. Isso, porém, é propriedade de nossa língua alemã, que, quando usada para tratar de duas coisas, das quais uma é afirmada e outra negada, necessita da palavra *solum-allein*, acompanhando a palavra *nicht* ou *kein* [não, nenhum]. Assim, por exemplo, quando se diz: *Der Baur bringt allein Korn, und kein Geld* [O camponês traz somente grãos e nenhum dinheiro]. *Nein, ich habe wahrlich jetzt nicht Geld, sondern allein Korn* [Não, realmente agora não tenho dinheiro, mas apenas grãos]. *Ich habe allein gegessen und noch nicht getrunken* [Eu somente comi e ainda não bebi]. *Hast du allein geschrieben und nicht durchgelesen?* [Apenas escreveste e não leste?] E inúmeras formas semelhantes no uso diário.

Se tanto a língua latina como a grega não procedem desta forma em todos estes idiomatismos, a alemã procede assim, e é de sua propriedade usar a palavra *allein* a fim de que a palavra *nicht* ou *kein* resulte mais plena e clara. Pois, embora eu também possa dizer: *Der Baur bringt Korn und kein Geld*, assim dita, a expressão *Kein Geld* não soa tão plena e clara como quando eu digo: *Der Baur bringt allein Korn und kein Geld* [O camponês trouxe somente grãos e nenhum dinheiro]: aqui a palavra *allein* ajuda a palavra *kein* a produzir uma fala plena, alemã, clara. Pois não se tem que perguntar às letras na língua latina como se deve falar alemão, como fazem os asnos, mas, sim, há que se perguntar à mãe em casa, às crianças na rua, ao homem comum no mercado, e olhá-los na boca para ver como falam e depois traduzir; aí então eles vão entender e perceber que se está falando em alemão com eles. (Lutero, 2006, p. 103-105)

A introdução do termo *allein*, que Lutero afirma se dever a uma das características da língua alemã, deve-se, concomitantemente, ao sentido que ele atribuiu ao que estava

escrito no texto de partida (o *Novo Testamento* em grego) –, à leitura que ele fez e que desencadeou o protesto contra o dogma católico da salvação pelas obras.

A princípio, Lutero era um pregador católico, como todos os demais, e recebeu a mesma formação que as demais autoridades católicas. Porém lhe interessava disponibilizar as *Sagradas Escrituras* para os fiéis que freqüentavam as paróquias, para que cada um pudesse fazer a sua *própria leitura* – a pretendida pela burguesia local, junto à qual Lutero se colocava, deixando de ser, a partir de então, um pregador como os demais. Com este objetivo, aprofundou-se nos estudos de grego e hebraico, além do latim, e se pôs a traduzir partes da *Bíblia* a partir dos textos anteriores à *Vulgata*⁷⁰. Lutero foi à sua fonte e, compelido pelo *Zeitgeist* – o espírito da época, marcada por conflitos sociais que exigiam reformas que só chegariam ao âmbito social se atingissem o âmbito religioso, já que ainda no século XVI política e religião eram indissolúveis –, atribuiu-lhe sentidos diferentes daqueles então intermediados pela versão latina. Daí a necessidade de uma nova tradução da *Bíblia* para o alemão, que contemplasse simultaneamente o modo de expressão da burguesia alemã e suas idéias anti-catolicismo.

De fato, antes de Lutero e sua *Bíblia*, já existia uma língua alemã padronizada, graças, também, a traduções da *Bíblia*: “Os pontos altos da história da tradução para o alemão incluem a versão do Novo Testamento, a partir do texto latino de Ticiano, do século II, executada no Mosteiro de Fulda, por volta de 820; o Livro dos Evangelhos, de Otfried von Weissenburg, completado em alto alemão antigo por volta de 870; e a tradução dos Salmos por Notker, o Alemão (c. 950-1022), feita por volta do ano 1 000.” (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 45), A primeira tradução completa da *Bíblia* para o alemão data de

⁷⁰ A tradução da *Bíblia* para o latim feita no século IV por São Jerônimo, também a partir do grego – para o *Velho Testamento* – e hebraico – para o *Novo Testamento*.

1475. As diferenças entre estas traduções e as de Lutero se encontram na fonte utilizada – as primeiras se basearam na *Vulgata*, enquanto as de Lutero remontam aos originais em grego e hebraico –; ao alemão utilizado – cada uma foi escrita na língua falada pela classe de maior prestígio à respectiva época – e ao conteúdo disseminado – cada qual expressou as idéias e anseios da classe ascendente no momento da tradução. Os resultados das traduções de Lutero foram a Reforma Protestante, a reação anti-reformista (Contra-Reforma), a padronização do alemão falado pela burguesia da região centro-oriental da Alemanha, em ascensão naquele momento, bem como o fortalecimento de suas idéias. Como esta classe dominou o cenário a partir de então, seu *Hochdeutsch* – tal como suas idéias – suplantou o anterior.

Em primeiro lugar, se eu doutor Lutero, tivesse podido enganar-me de que todos os papistas juntos fossem tão hábeis a ponto de saberem traduzir bem e corretamente um capítulo da Escritura, então teria sido muito humilde e lhes teria solicitado ajuda e assistência para a tradução em alemão do Novo Testamento. Mas como eu sabia e ainda posso ver que nenhum deles sabe realmente como se deve traduzir ou falar em alemão, poupei-me a mim e a eles um tal esforço. No entanto, percebe-se bem que eles aprendem a falar e a escrever em alemão a partir da minha tradução e de meu alemão, e roubam-me em muito minha língua, que até então pouco conheciam; porém não me agradecem por isso, mas preferem a utilizar contra mim. Contudo, é com prazer que lhes proporciono isso, pois me agrada estar ensinando a falar a meus discípulos ingratos, que ademais são meus inimigos. (...) Contudo, gostaria de ver um papista que se sobressaísse e traduzisse algo de uma das *Epístolas* de São Paulo ou de um profeta, desde que para isso não se servisse do alemão e da tradução de Lutero; então veríamos um alemão ou um tradução elegante, bela, admirável. Pois já vimos o embusteiro de Dresden, que se apropriou de meu Novo Testamento (não quero mais mencionar seu nome em meus livros; ademais, ele também tem agora seus juízes e é bem conhecido). Ele confessa que meu alemão é suave e bom; percebeu que não podia melhorá-lo e quis destroçá-lo. Assim, tomou meu Novo Testamento, quase palavra por palavra, da forma como eu o compus, retirou meu prefácio, comentários e meu nome, e acrescentou seu nome, prefácio e comentários, e desta forma vendeu meu Novo Testamento com seu nome. (Lutero, 2006, p. 95 e 97-99)

Datam do século XVI as primeiras gramáticas de língua alemã, dentre as quais se encontram *Grammatica germanicae linguae ex Bibliis Lutheri germanicis et aliis eius libris collecta* (Gramática da língua alemã baseada na Bíblia de Lutero e em suas outras obras conhecidas), de Johannes Clajus (1535-1592) e *Ein Teütsche Grammatica* (Uma gramática teutônica), (1534), de Valentin Ickelsamer. Daí o alemão padrão ser visto como fruto das traduções de Lutero – o que as coloca em relevo como meio de fixação da língua e produção e disseminação de cultura na Alemanha⁷¹ –, mas a influência da tradução sobre a formação e disseminação da língua e outras manifestações culturais na terra de Lutero é secular, remontando ao século VIII, com a produção de glossários bíblicos, e se alastrando no século de Goethe, com a tradução de John Milton, por Johann Jacob Bodmer (1698-1783); de obras francesas, por Johann Christoph Gottsched (1700-1766); de Shakespeare, por Christoph Martin Wieland (1733-1818) e de Homero, por Heinrich Voss (1751-1826), entre tantas outras. Estas traduções contribuíram para que o alemão empregado por Lutero se firmasse e disseminasse, possibilitando a unificação da língua e fazendo do dialeto por ele empregado a língua franca da Alemanha.

Concluindo, pode-se considerar que, se a *Bíblia* de Lutero pôde servir de base para a língua alemã, foi não apenas porque empregou a língua da classe em ascensão, mas também porque as idéias que difundia estavam historicamente conectadas com as idéias correntes à época, demarcando uma conjunção histórica e cultural que rompe com o que havia antes. É nesse sentido que Antoine Berman afirma que há um período pré-Lutero e outro, pós-Lutero, que não se restringiria aos aspectos político e religioso, mas se entenderia ao

⁷¹ Tanto o alemão padrão atual quanto o anterior a Lutero foram fixados por obras traduzidas, enquanto que todas as demais *línguas de cultura* o foram por obras literárias consideradas originais: o italiano pela *Divina Commedia* (1308-1321), de Dante Alighieri; o francês por *La chanson de Roland* (fim do século XI), de autor desconhecido; o inglês por *The Canterbury tales* (1380), de Geoffrey Chaucer; o português por *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões e o espanhol por *Don Quijote de la Mancha* (1605), de Miguel de Cervantes.

aspecto literário (cf. Berman, 1992, p. 27).

Assim, pode-se considerar que o processo de formação da língua alemã que se conhece hoje – e da cultura – estendeu-se por mil anos, sempre se assentando na assimilação de outras culturas, traduzidas convenientemente para manifestar os interesses locais momentâneos. A tradução é, portanto, no caso da Alemanha, elemento constitutivo da identidade, tendo sido utilizada não apenas para fixar a língua, mas também, nas mãos de classicistas como Goethe, como instrumento para a construção da universalidade cultural disseminada pela literatura, a *Weltliteratur*.

Conforme esclarece Franz Rosenzweig, apenas quando o receptor de uma outra cultura vai a seu encontro, espontaneamente, movido pela curiosidade, interesse, prazer estético, impulso cultural (*Bildungsdrang*), na esteira de um movimento histórico, só então há sua apropriação. Para tornar seu raciocínio mais claro, cita como exemplos o fato de que, apenas depois que Schiller criou um teatro próprio para os alemães, houve espaço para a tradução de Shakespeare por Schlegel e só depois que Goethe se utilizou do modelo clássico, para o Homero de Voss. Ou seja, só quando se começou a praticar na Alemanha a assimilação do estrangeiro, o estrangeiro pôde se transformar em nacional (alemão) – e isto não dependeria de atitudes isoladas, mas de um momento histórico único que se instaura dentro dos limites de uma presença nacional momentânea e imortal. No entanto, este momento histórico particular não instauraria ruptura entre o passado e o presente. Exemplificando, Rosenzweig assegura que o Homero de Voss continua sendo homérico, bem como a Bíblia de Lutero continua sendo bíblica e que, por terem se dado em um contexto histórico específico, têm seu valor assegurado – como resultado de um momento histórico determinante –, a despeito do fato de que traduções melhores (o que quer que melhor signifique para Rosenzweig) possam surgir no futuro: poderia surgir uma tradução

melhor de Homero, mas, ainda assim, esta não teria o valor da tradução de Voss porque não faria parte de um evento histórico de longo alcance como o que ocorreu na Alemanha no final do século XVIII e início do XIX (cf. Rosenzweig, apud Berman, 1992, p. 28).

Em suma, o que Rosenzweig procura expressar nesse fragmento de seu ensaio “Die Schrift und Luther” (A Escritura e Lutero) é a conexão entre a tradução e o mundo – temporal e espacial – que constitui o bojo em que é gerada e que pode lhe conferir presença nacional, tornando-a histórica.

A reescritura que Lobato fez de Staden talvez não possa ser considerada histórica como foi a *Bíblia* de Lutero para o mundo ocidental e as traduções de Goethe e dos românticos alemães para a cultura alemã, mas pode ser vista como reflexo, tal como o trabalho desses alemães, do *Zeitgeist* local, marcado pela necessidade de se tematizar a formação – consciente e premeditada – de uma certa brasilidade pensada objetivamente e que se colocasse a serviço dos interesses locais – sendo o distanciamento de Portugal um deles.

Assim, ao reescrever a obra de Staden para crianças, Lobato procura criar para o Brasil aquilo que ainda lhe faltava, a despeito dos esforços anteriores, ou seja, uma imagem positiva de si por meio da valorização dos eleitos antepassados dos brasileiros (os índios). O que faltou no trabalho dos românticos brasileiros foi justamente o que Lobato fez: a valorização pautada por reflexões racionais – não-romantizadas. Neste sentido, Lobato faz pelo Brasil o que Lutero, Goethe e os românticos fizeram pela Alemanha, ou seja, procura criar uma língua nacional e elevar o considerado brasileiro nato, legítimo, a um patamar superior ao que ocupava na cultura universal, mas o faz de um modo diferente do tentado pelos românticos na medida em que apenas equipara os ditos selvagens ao europeu, sem tentar provar sua superioridade.

A estratégia utilizada por Lobato foi demonstrar os aspectos negativos dos europeus e a relatividade das perspectivas – só assim, raciocinando sobre o relativismo, índios e europeus podem ser equiparados: ambos têm defeitos e qualidades e ambos agem corretamente de acordo com a perspectiva que adotam. A partir do deslocamento da visão para a perspectiva da cultura periférica, Lobato alcança, pois, uma visão não-romantizada do índio. Em seu livro *Aventuras de Hans Staden*, o índio deixa de ser o bom-selvagem e o mau-selvagem – ambas perspectivas carregadas de preconceitos eurocêntricos –, e o branco deixa de ser o bom-europeu ao serem representados como personagens complexas, esféricas, constituídas por características contraditórias – em oposição às personagens planas, totalmente boas ou totalmente ruins. Logo, enquanto os românticos tentaram enaltecer o bom-selvagem e algumas vertentes do Movimento Modernista procuraram trazer o canibal para a cena cultural, Lobato repele o mito do bom-selvagem e tenta explicar a atitude dos canibais tomando por base a ética dentro da qual se encaixava e a partir da qual fazia sentido, contrapondo-a à ética dos auto-denominados civilizados, e, ainda, demonstrando que a ética do homem branco não é superior à dos canibais, podendo, mesmo ser condenada pelos que se encontrassem fora de sua lógica. Neste sentido, em *Aventuras de Hans Staden*, Lobato toca diretamente em alguns dos “calcanhares de Aquiles” do supostamente civilizado europeu: a carnificina que sua ganância gerou nas Américas, com a destruição de culturas em vários aspectos mais desenvolvidas que a ocidental, em referência à selvageria com que portugueses e principalmente espanhóis trataram os habitantes autóctones de suas colônias americanas (cf. Lobato, 1998, p. 27); os horrores da escravidão (cf. *ibid.*, p. 10) e, talvez o mais flagrante de todos os seus crimes, uma vez que foi praticado contra seus iguais, a Inquisição e seus requintados métodos de tortura (cf. *ibid.*, p. 30).

Já o livro de Staden, este sim, considerado histórico para o Brasil, é-o apenas a partir da perspectiva européia, pois só passa a existir para o Brasil apenas quando este começa a se reconhecer e buscar indícios de sua própria existência, ou seja, durante o século XIX. Até então, sequer havia sido traduzido para o português. Quando Lobato inicia sua ordenação literária, porém, já havia duas traduções – a de Araripe, de 1892, e a de Löfgren, de 1900, como já sabemos. O que o teria levado, menos de três décadas mais tarde, a querer publicar uma nova versão senão o início da consolidação das transformações sofridas pela jovem nação naquele final de século e a conseqüente necessidade de reformulação da relação do Brasil com seu primeiro retrato? Nas reescrituras de Lobato transparece uma nova relação com a literatura estrangeira que as torna necessárias, assim como ocorreu na Alemanha de Lutero e, posteriormente, na de Goethe. Tanto no caso de Lutero quanto no de Goethe e Lobato, tratamos aqui de *re-traduições*⁷² que se deram não necessariamente pela falta de valor das traduções anteriores, mas tão somente porque houve um novo contexto histórico que as tornou imprescindíveis face à reformulação da relação entre a Bíblia e o Protestantismo, no caso de Lutero, entre a nascente cultura alemã e a milenar cultura greco-latina, no caso de Goethe, e entre o secular estereótipo do Brasil/brasileiro construído sobretudo pelo livro de Staden e o novo estereótipo que o momento histórico em que Lobato viveu exigia.

Essa nova relação é, pois, marcada pela necessidade de apropriação da literatura e cultura universais para a constituição do que é nacional. Neste sentido, o Brasil compartilha com a Alemanha e demais nações a tendência a se constituir a partir da absorção do que lhe é estrangeiro, tal como os romanos fizeram com os gregos, por exemplo.

⁷² O termo re-tradução aqui empregado foi tomado de Berman, 1992, e tem o sentido de nova tradução de obra anteriormente traduzida para uma determinada língua.

No plano teórico, tal tendência se apresentaria em manifestos como o já referido *Antropófago*, em que Oswald de Andrade propõe, como Goethe o fizera bem antes, a canibalização do estrangeiro. Esse manifesto integra um contexto histórico específico – o centenário da independência política do Brasil em relação a Portugal – em que vários outros manifestos eclodiam, tentando apresentar alternativas para a persistente mentalidade colonial. Ele se constituía, basicamente, numa poética de tradução; numa operação ideológica e num discurso crítico sobre a relação do Brasil com o que lhe é externo. Sua proposta, neste caso, era desconsiderar a visão essencialista que dicotomiza o mundo, dividindo-o em doador/fonte/origem e receptor/alvo/cópia (cf. Vieira, 1999, p. 95-96). Assim, na apropriação do estrangeiro, não haveria qualquer ato de submissão passiva, mas, ao contrário, recriação ativa do outro e de si. No plano literário, *Aventuras de Hans Staden*, de Lobato, bem como o conjunto de sua obra, pode ser considerada exemplar.

O que há em comum entre ele e os demais autores de sua época – fim do século XIX e início do século XX – e que justifica sua classificação entre aqueles que contribuem para a formação do Brasil é sua tentativa de compreender e transformar o momento histórico em que viveu, a análise das questões sociais propostas, o debate sobre as mesmas e a tentativa de respondê-las, utilizando a literatura como veículo de reflexão, transformação, recriação. Para tanto, Lobato traz os menos favorecidos para o interior da literatura, travando, a partir desse interior, sua batalha contra a exclusão social e demais problemas característicos de seu tempo: o coronelismo, a compra de votos e troca de favores, o nepotismo e comodismo do serviço público, o paternalismo e a burocracia estatais, a monocultura do café e a dependência econômica do mercado externo, os maus-tratos dispensados à terra pelos agricultores, a falta de saneamento básico, a necessidade de iniciar a exploração do petróleo, a superficialidade da vida burguesa e a hiper-valorização

do estrangeiro e, por outro lado, o ufanismo infundado. Além disso, no conjunto de suas obras, encontra-se a valorização da cultura local, bem como o resgate das credices e mitos das zonas rurais – o folclore local –, o que demonstraria seu projeto de autonomia intelectual e de (re)descoberta do país, nas palavras de Enio Passiani (cf. 2003, p. 46), ou de construção de brasilidade, conforme defendemos, do qual fazia parte o repúdio ao português lusitano e às normas ditadas por escolas literárias e estéticas importadas, sobretudo a francesa; a tomada de posição social e política enquanto escritor e o conseqüente desenvolvimento de uma literatura comprometida com a reflexão sobre os problemas políticos e sociais nacionais, sua denúncia e a proposição, quando possível, de soluções para os mesmos.

Em contraste com a idealização do índio e das relações sociais entre nativos e europeus – ressonância do mito do bom-selvagem e das idéias que defendiam a ocidentalização das nações nascentes como solução para seus problemas, tão presentes ainda no final do século XIX na literatura brasileira –, encontra-se esse grupo, no qual Lobato se inclui, voltado para a defesa dos interesses locais. Assim é que, no âmbito literário, tal como no campo lingüístico, estabelecem-se dois posicionamentos diferentes em relação ao Brasil e duas práticas literárias distintas. De um lado estavam aqueles que poderíamos chamar eurocêntricos e, do outro, os nacionalistas. Entre os primeiros se encontravam os intelectuais que defendiam o progresso científico, a abolição da escravatura, o estabelecimento da república e a adoção do sistema democrático como solução para todos os problemas do país. A única exigência seria manter a sociedade brasileira atualizada com o modo de vida tipicamente europeu – donde a importância de obedecer aos modelos estéticos e culturais importados. Resumindo, o Brasil se modernizaria simplesmente copiando o modelo europeu. O resultado foi uma produção

literária marcada pela erudição exagerada, elitismo e descomprometimento com os problemas sociais do país – “tal literatura ficou conhecida como ‘sorriso da sociedade’, típica da boemia literária, dos *dândis* que dominavam os cafés, restaurantes e salões literários” (Passiani, 2003, p. 145). Os segundos, embora influenciados pelo cientificismo importado da Europa, diferenciavam-se por preconizar a necessidade de se aprofundar no conhecimento da história e da realidade brasileira a fim de se construir um saber próprio sobre o Brasil e oferecer soluções para seus problemas.

Porém, há algumas particularidades que concederão a Lobato posição de destaque entre os escritores desse segundo grupo. Uma delas, a já referida abrangência de seus temas. Por exemplo, seu personagem mais famoso, Jeca Tatu, se, por um lado, demonstra o desconhecimento inicial do autor sobre as reais condições de vida e trabalho do colono brasileiro⁷³, por outro, presta-se a destruir a imagem idealizada pelo Romantismo Brasileiro, como anti-herói que combate o ufanismo infundado do Romantismo em torno do eleito brasileiro típico: “Jeca Tatu, o anti-herói que desmonta a figura romântica idealizada pelo indianismo e pelo sertanismo de José de Alencar, o golpe firme contra o clima ufanista de nossa versão da *Belle Époque*, a denúncia da situação do interior do país e das condições de vida da sua população” (Passiani, 2003, p. 53-54).

Ao lado de suas preocupações com as condições de vida e exploração da terra, presentes em seus mais famosos artigos – “Urupês” e “Velho Problema” –, encontram-se a pesquisa e valorização da mitologia e folclore locais em função do resgate de uma “brasilidade autêntica”, presente em seu primeiro livro, *Saci-perêê*, uma publicação anônima, e em sua literatura infantil (cf. Passiani, *ibid.*, p. 160-161), que resgata outros

⁷³ Posteriormente Lobato corrigiria sua análise resultante desse desconhecimento, reabilitando a imagem do colono.

elementos do folclore local.

Mesmo quando suas idéias parecem extremamente conservadoras, como na crítica à exposição de Anita Malfatti em “Paranóia ou mistificação?”⁷⁴, o que se percebe é a defesa do elemento nacional, local. Ou seja, o que aparentemente revelava uma atitude conservadora, era, ao contrário, demonstração de sua posição moderna – ou modernista – em função de seu extremo respeito às coisas da terra, aliado à busca de uma arte genuinamente nacional, expressiva dos elementos da cultura, povo e natureza nacional e à defesa de certa individualidade artística, que só se manifestaria com o reconhecimento da individualidade étnica e cultural de seu país (cf. Passiani, 2003, p.53).

A outra peculiaridade encontrada em Lobato é o controle que ele exerceu sobre o mercado difusor de idéias, por meio da Companhia Gráfico-Editora, fundada em 1917 em sociedade com alguns amigos, pela aquisição da *Revista do Brasil*, em junho de 1918, que também funcionou como uma espécie de editora; pela fundação, em sociedade com Octalles Marcondes Ferreira, da Monteiro Lobato e Companhia Editora, em 1920, e da Companhia Editora Nacional, em 1925. Esse controle possibilitou que ele atuasse de modo direto sobre o sistema de produção e comercialização do livro, ao qual deu contornos capitalistas. Como resultado, contribuiu para a profissionalização do escritor e fortalecimento do mercado editorial brasileiro, fazendo pagamentos generosos e adiantados, possibilitando que os homens de letras se dedicassem com certa exclusividade à sua profissão e que se libertassem das péssimas condições a eles impostas pelos editores estrangeiros (cf. Passiani, *ibid.*, p. 137).

Mais que isso, por meio do controle do mercado editorial, Lobato pôde exercer influência sobre as idéias que seriam disseminadas no meio literário. Como os escritores de

⁷⁴ Publicado em “O Estado de São Paulo”, em dezembro de 1917.

sua época ambicionavam ser editados por ele, dadas as boas condições que oferecia, Lobato passou a controlar vários elementos do sistema de patronagem, escolhendo quem seria editado (cf. Passiani, *ibid.*, p. 136). Devido à sua tendência vanguardista e priorização do que considerava temas nacionais, a revitalização da literatura nacional – senão a própria inauguração da literatura nacional – teve lugar sob seus auspícios, ao publicar obras de jovens desconhecidos que demonstravam rompimento com a estética francesa em favor de uma estética nacional, interessada em sua cultura, orgulhosa dela e preocupada com a construção da nacionalidade brasileira a partir da produção literária (cf. Passiani, 2003, p. 63-65), ou, em outros termos, brasilidade: “Tanto a revista quanto a editora de Lobato tornaram-se o centro da atividade intelectual brasileira. Por lá passaram senão todos pelo menos a maioria dos grandes nomes da *intelligentsia* brasileira, dos mais variados matizes.” (Passiani, *ibid.*, p. 63-65).

A terceira peculiaridade de Lobato se expressa pelo modo como ele colocou em prática suas teorias sobre linguagem e pela defesa da tradução, ou, de modo geral, reescritura, como fonte de enriquecimento da cultura local. Neste ponto, Lobato se aproxima da concepção de Lutero segundo a qual mesmo na tradução – bem como em outros tipos de reescritura – é preciso utilizar a língua do público a que o texto se destina. Quando Lutero diz que é necessário se pautar pela fala das pessoas do povo para se encontrar a língua alemã, em suas palavras ressoa a voz de Lobato, ou o contrário, uma vez que Lobato é posterior, recomendando a Rangel que traduza os contos de Shakespeare em linguagem simples, como se estivesse escrevendo para seu próprio filho (cf. Lobato, 1959a, p. 275) e lhe encomenda uma versão do *Don Quixote de la Mancha* em português do Brasil (cf. Lobato, *ibid.*, p. 276), ou quando lhe fala sobre a necessidade de deslitterarizar a linguagem da literatura infantil, ou seja, escrevê-la em uma linguagem menos empolada (cf.

Lobato, *ibid.*, p. 233), ou, ainda, quando declara que empregou seu estilo próprio (literário e lingüístico) ao reescrever as fábulas de La Fontaine para as crianças brasileiras (cf. *ibid.*, Lobato, p. 193). Todas essas suas idéias se assentam em sua teoria de que é preciso “vestir à nacional” a literatura estrangeira. No caso das fábulas, ele chega a conceber a substituição dos animais exóticos por animais encontrados no Brasil, para criar uma literatura infantil com feições brasileiras (cf. Lobato, *ibid.*, p. 104). Seu objetivo, ao buscar uma literatura infantil escrita em “linguagem mais singela”, “língua da terra”, linguagem “deliteraturizada”, à moda brasileira, é “abrasileirar a linguagem” (cf. Passiani, 2003, p. 275), afastando-a das “traduções galegas”, ou seja, do português de Portugal. Segundo ele, a priorização, pela literatura, do português galegal, explicaria o desinteresse do brasileiro pela leitura. Na prática, essa sua percepção se traduziu na tentativa de diminuir a distância entre o português praticado pelos brasileiros e o exposto pelos livros, objetivando tornar a leitura uma atividade agradável e carregada de sentido na medida em que sua linguagem fosse acessível, compreensível (cf. Passiani, *ibid.*, p. 28).

Na Alemanha pré-Lutero não havia uma língua franca; foi a Bíblia de Lutero que a estabeleceu. Da mesma forma, no Brasil de Lobato ainda não havia uma língua portuguesa brasileira respeitada, a despeito dos esforços de alguns gramáticos e literatos do final do século XIX. O português, a partir de Lobato, seria empurrado para longe do português de Portugal, aproximando-se do brasileiro, o que levaria Vasda Bonafini Landers a declarar que em *Urupês*, o primeiro livro publicado sob o nome de Lobato (1918), encontra-se uma língua brasileira: “é o primeiro documento da nossa modernidade literária: aí a língua já é brasileira, de sabor inteiramente nacional” (Bonafini, apud Passiani, *ibid.*, p. 75).

O português que Lobato criticava era justamente aquele defendido pela Academia Brasileira de Letras como o português puro, uma vez que a insistência em se manter esse

português puro, ou seja, o português de Portugal, representaria o cerceamento de qualquer possibilidade de formação de uma língua, cultura e nação brasileira: “Defender uma certa pureza da língua portuguesa praticada no Brasil significava, naquele contexto sócio-histórico, negar a possibilidade de se conhecer o país a fundo e condená-lo à falta de identidade; um imenso território sem face; um país que não era nação.” (Passiani, *ibid.*, p. 71).

A despeito de seu esforço nesse sentido, surpreendemos em sua própria linguagem traços lusitanos. A estrutura exemplificada por “estou a examinar” (cf. Lobato, 1959a, p. 275) e “ando a fiscalizar” (cf. Lobato, *ibid.*, p. 328) é totalmente estranha ao português do Brasil, que em ambos os casos emprega o gerúndio: “estou examinando” e “ando fiscalizando”.

Também as regras de colocação pronominal de Lobato se mostram lusitanas, como em “não precisa **inteirar-se** do que essa coisa é”; “**Trata-se** de um artigo comercial como qualquer outro” e “se não **vendê-los, no-los devolverá** pelo Correio” (cf. Lobato, 1959b, p. 190, grifos nossos). No português do Brasil seria mais natural colocar os pronomes, mesmo os oblíquos, antes dos verbos, independentemente de se tratar de início de período. Assim, em “bom português”, ou seja, num português brasileiro, Lobato poderia ter escrito “Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada ‘livro’? V. S. não precisa se inteirar do que essa coisa é. Se trata de um artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau. E como V. S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais ‘livros’, terá uma comissão de 30%; se não os vender, os devolverá a nós pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa.” (nossa adaptação de sua linguagem usada em 1959b, p. 190).

A explicação que encontramos para a tendência lusitana do português de Lobato é a difícil tarefa de se desvencilhar da tradição sedimentada, como ele bem esclarece em referência à tradição literária – mas que também se presta como comentário à tradição lingüística ou a qualquer outra – quando usa a metáfora da cebola, cujas diversas camadas representariam as influências (de estilo – literário e lingüístico) que um escritor vai recebendo de seus predecessores e que nele vão se sedimentando, como pele. Livrar-se dessas camadas e ficar em carne viva, conclui ele, é tarefa muito dura e, por vezes, impossível (cf. Lobato, 1959a, p. 59-60).

Porém, mesmo com suas falhas em relação à linguagem, Lobato se encontrava num momento histórico em que devia e podia agir como agiu. No momento em que o Brasil se tornara uma república e em que era necessário reafirmar e fixar sua distância em relação a Portugal, assegurando sua alteridade, Lobato contesta o absolutismo da perspectiva eurocêntrica, tal como Lutero contestou o despotismo de Roma. Como ele, Lobato é fruto de seu meio (espacial e temporal) e das necessidades desse meio. E talvez nunca antes no Brasil se pôde afirmar com tanta propriedade como ele o fez a relevância da cultura universal e da tradução – em oposição a tradição –, enquanto meio de acesso à mesma, para a formação de uma nação e de seu povo:

A literatura dos povos constitui o maior tesouro da humanidade, e povo rico em tradutores faz-se realmente opulento, porque acresce a riqueza de origem local com a riqueza importada. Povo que não possui tradutores torna-se povo fechado, pobre, indigente, visto como só pode contar com a produção literária local.

Quatro línguas já merecem o nome de universais – a inglesa, a espanhola, a francesa e a alemã, porque nelas já se acha vertido tudo quanto todos os outros povos produziram de primacial. Dentro delas um homem tem ao alcance pelo menos a nata do grande tesouro. Já a nossa língua, língua de pobre, só teve até bem pouco tempo o que o homem de Portugal e do Brasil produziu – bem pouco. O grande tesouro comum da humanidade nos era

inacessível na nossa língua – e daí a necessidade para os cultos de estudarem outros idiomas.

Toda a antigüidade greco-romana ainda nos está fechada. Não temos a nossa tradução de Homero, de Sófocles, de Heródoto, de Plutarco, de Ésquilo. Como não temos Shakespeare, nem Goethe, nem Schiller, nem Molière, nem Rabelais, nem Ibsen. Falta-nos quase tudo, e isso por causa da vida indigente que ainda é a nossa. Sem enriquecimento material, sem desenvolvimento econômico, um povo não pode enriquecer-se espiritualmente.

Bem consideradas as coisas, um homem que apenas conheça o português fica com o seu horizonte espiritual deveras trancado. A norte limita-se ele com Herculano, Camilo, Castilho e a récuca dos freis quinhentistas absolutamente vazios de idéias; a sul limita-se com Eça, Ramalho, Antonio Nobre, Fialho, etc.; a leste limita-se com Machado de Assis, Nabuco, Euclides da Cunha, José de Alencar; a oeste limita-se com imortais da Academia de Letras e alguns iconoclastas do futurismo. Com tantos limites o pobre diabo acaba sentindo-se numa verdadeira prisão mental.

Daí a avidez com que a nossa gente unilingüística se atirou às traduções dos romances ingleses e russos dados pelos editores atuais. É avidez de ar, de luz, de amplidão de horizontes. Recebe essas obras como outras tantas janelas abertas numa prisão escura. E, pois, benditos sejam os editores inteligentes que descobrem bons tradutores, e malditos sejam os que entregam obras primas da humanidade ao massacre dos infames “traditores”. (Lobato, 1959c, p. 125 - 130)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ÀS VEZES É PRECISO PÔR UM MAR NO MEIO PARA VER AS COISAS DE PERTO

Agora que estou chegando ao estrangeiro é que sei como é doce o amor à pátria. Resta saber o que vem a ser a Pátria. Se me pergunto com seriedade, ela é feita de coisas pequenas e banais. Pátria é esse mar batendo no cais do Recife. É a visão noturna da Guanabara. É a carnaúba drapejando suas folhas teimosas na sequidão do Ceará. São os ossos que nossos avós deixaram para fecundar, com lembranças, um chão até ali estrangeiro. No final, o conluio de nossas três raças tristonhas tem como produto maior a saudade. Pátria é isso: uma coisa capaz de despertar saudade, até tornar-me o que sou hoje – um filho da saudade. (Trevisan, 1994, p. 286-287)

Ao longo dos quinhentos anos de história do Brasil, uma vez que, segundo a versão eurocêntrica, o Brasil passou a existir a partir da chegada dos colonizadores europeus em suas futuras terras, muitos discursos sobre a identidade brasileira têm sido disseminados. Os mais difundidos invariavelmente caracterizam o brasileiro como preguiçoso, irresponsável, acomodado, temporizador, mesmo quando isso significa mentir, habilidoso na arte de “dar um jeitinho” e, por fim, alguém em quem não se pode confiar.

A defesa desses discursos é encontrada em tratados científicos de sociólogos reconhecidos internacionalmente em que defendem suas teorias supostamente respeitáveis, tais como Lawrence Harrison, do Massachusetts Institute of Thecnology, que, às portas do terceiro milênio, procura justificar o subdesenvolvimento da América Latina e, especificamente, do Brasil com base Na herança religiosa. Segundo ele, o catolicismo seria inclinado ao autoritarismo, à injustiça e contrário ao livre comércio, condenando, portanto, o desenvolvimento econômico (cf. Harisson, 1997). Mesmo o respeitado sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, a despeito da qualidade de seu trabalho, ao classificar o brasileiro como *homo-cordialis*, destaca suas características negativas.

O mais contraditório, porém, é que o brasileiro comum, aquele operário que acorda às quatro da manhã, bate seu cartão de ponto às seis e trabalha sob condições aquém das mínimas defendidas pela legislação trabalhista, por medo de perder seu emprego, esse trabalhador que tem uma hora para almoçar, sobre mesas vermelhas o bastante para tornar irritante a permanência no refeitóri, esse brasileiro que, devido à rotina da hora-extra, trabalha mais de doze horas diárias e enfrenta horas em transportes ineficientes, desconfortáveis e caros, que chega em casa faminto e exausto; esse cidadão que trabalha mesmo aos sábados e que nas horas de folga se dedica a “bicos” que lhe garantam

complementação salarial para cobertura dos gastos básicos, esse mesmo brasileiro reproduz os discursos preconceituosos cunhados a seu respeito por sujeitos marcados ideologicamente e que se colocam a serviço de grupos para os quais é interessante manter a imagem negativa do brasileiro.

Que esse brasileiro comum, ao qual não foram oferecidas condições para que sua visão crítica e capacidade de estabelecer relação entre teorias e sua própria prática diária se desenvolvesse reproduza discursos negativos a respeito do Brasil e de si próprio é até aceitável. Inaceitável é que cidadãos de países considerados desenvolvidos, onde taxas de analfabetismo, desemprego, desnutrição e mortalidade infantil são baixíssimas e onde deficiência dos sistemas de saúde, habitação e transporte público, por exemplo, praticamente inexistem, ou seja, homens supostamente esclarecidos e bem nutridos, curiosamente, reproduzem semelhantes clichês sobre o brasileiro e seu país.

O relato de Rafael Alcadipani, professor da Fundação Getúlio Vargas que durante nove meses realizou parte de sua pesquisa de doutorado num dos maiores parques gráficos de jornais da Grã-Bretanha enquanto esteve matriculado na Manchester School of Management, embora não seja uma fonte científica, exemplifica bem o conceito que os britânicos apresentam sobre nós. A maioria dos funcionários com os quais manteve contato é composta por elementos do sexo masculino e brancos; excetuando-se duas pessoas, todas as demais são anglo-saxônicas. A princípio, todos teriam ficado surpresos com a presença de um doutorando brasileiro em seu meio. Nos primeiros contatos, as conversas giraram em torno do futebol e Fórmula I. Com o passar do tempo, o tema das conversas mudou para a suposta libertinagem da brasileira. Os britânicos queriam saber se todas são mesmo ninfomaníacas e manifestavam interesse em vir ao Brasil participar das orgias promovidas em torno do sexo livre, bebidas e drogas. Alguns teriam lhe perguntado se as brasileiras

aceitariam viver com eles no Reino Unido em troca de uma casa com eletricidade, TV e uma refeição diária.

Alcadipani estava na Inglaterra exatamente na época em que o brasileiro Jean Charles de Menezes foi executado pela polícia, em 2005. Com a repercussão do crime, começou a ouvir comentários irônicos sobre o caso e a ser questionado sobre sua situação na Grã-Bretanha. A insistência das autoridades brasileiras em averiguar o assassinato teria sido ridicularizada por seus companheiros britânicos, que diziam que o ocorrido no metrô de Londres não significava nada diante das práticas da polícia brasileira. Como o tema se voltara para a criminalidade, alguns lhe perguntavam se, em sua infância, fugira muito da polícia e com que frequência praticara pequenos delitos. Geralmente, demonstravam desconhecer que no Brasil não se fala espanhol e que há ruas asfaltadas, carros, prédios, hospitais, indústrias e universidades – em contraste com seu conhecimento sobre a libertinagem e criminalidade locais. Ou seja, um mesmo discurso sobre a identidade brasileira tem sido repetido há séculos. Rastreando os discursos fundadores do Brasil, chega-se ao *best-seller* do século XVI cujo sensacionalismo do título já indica o caráter de seu conteúdo. *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos (...) visto que Hans Staden (...) a conheceu por experiência própria...* traz a versão pessoal de um aventureiro alemão editada com o auxílio de terceiros e publicada num momento em que interessava a uma determinada facção propalar a superioridade do branco/ocidental sobre um povo e um país que sequer existiam àquela época. Nada mais eurocêntrico do que atribuir ao Brasil e seu povo – uma nação que só agora completa seu primeiro centenário – características baseadas em observações parciais feitas por aventureiros inadvertidos que foram se cristalizando em estereótipos cujas origens se encontram em preconceitos tão antigos quanto as caravelas e a Inquisição.

Para o batismo dessa jovem nação, era necessária uma água benta que a purificasse do pecado original que a marcara desde o berço com o símbolo de Caim. Era preciso desconstruir o discurso eurocêntrico propalado pela voz de Staden, utilizando-se de um discurso retórico que construísse para o Brasil uma identidade tão nova quanto o próprio país. É a esta tarefa que Lobato vai se dedicar ao se propor a reescrever, sob a perspectiva de um brasileiro culto do início do século XX, uma nova versão da histórica de Staden.

Como vimos, em *Aventuras de Hans Staden*, encontram-se as idéias nacionalistas de Lobato defendidas pela personagem D. Benta. Essa sua reescritura, somada a suas declarações sobre a importância do acesso ao que de melhor a literatura universal produziu, conduziu-nos à suposição de que ele tinha em mente, norteando seu trabalho de reescritor e editor, um projeto de construção de brasilidade que passava pela educação das crianças, de tal forma que elas pudessem conhecer sua própria cultura e a cultura universal apresentada a partir de uma perspectiva nacionalista. Para tanto, oferecia-lhes histórias realísticas, em que a identidade dos eternos heróis europeus era desconstruída em prol de uma visão menos eurocêntrica de seu país e cultura. De sua preocupação com a formação dos futuros cidadãos brasileiros, viria seu interesse em recontar histórias de além-mar, desmascarando a ideologia do dominador nelas contida, sobrepondo-lhe uma ideologia de caráter nacionalista. Portanto, o tipo de canibalismo que Lobato pratica ao utilizar a obra de Staden para, a partir de seu interior, tecer críticas à ideologia eurocêntrica, enquanto expõe a sua própria, por meio das explicações de D. Benta e questionamentos das crianças – que lhe permitem chegar a conclusões que apenas a sinceridade infantil escusaria –, torna *Aventuras de Hans Staden* uma obra exemplar do gênero que só viria a se popularizar no fim do século XX pelos escritores pós-coloniais, pois Lobato se apropria da fala do representante do colonizador para dar voz ao colonizado, apresentando-o não mais como

um selvagem nu, e desconstrói o estereótipo eurocêntrico do branco civilizado – o “bom-europeu” –, deslocando-o para a periferia. Em lugar do branco sábio, honesto e vítima em potencial do canibalismo, temos a imagem de um usurpador que, embora não tenha comido a carne dos nativos, nutriu-se com sua terra, força de trabalho, cultura, liberdade e, por fim, com sua vida.

Assim, se Lobato se negou a participar da Semana de Arte Moderna e se constituiu em um de seus mais ferrenhos críticos, não seria por desprezar manifestações nativistas e de vanguarda. Ao contrário, revelou-se mais nativista e vanguardista do que Oswald de Andrade e os demais modernistas ao se valer de fontes eurocêtricas para estabelecer contraponto entre a ideologia colonial européia e uma ideologia autêntica, no sentido de própria e nacionalista, aproveitando as oportunidades que se lhe ofereciam para salientar certas limitações dos civilizados europeus que aportaram num Novo Mundo imaginário, construído exclusivamente a partir de sua perspectiva, com o nobre objetivo por eles propalado de ofertar aos nativos – selvagens nus, cruéis e canibais – a salvação e a civilização, como se lhe ofertassem desinteressadamente um grande tesouro.

Ao tratar do interesse de Lobato pela formação de uma cultura nacional – a brasilidade –, fomos levados a inquirir sobre o nascimento do Brasil e do brasileiro. Com relação a esse tema, até o momento, concluímos que, independentemente dos critérios adotados, caso se queira tratar do Brasil como algo mais que as terras ocupadas pelos portugueses a partir de 1500, caso se queira pensar de fato em brasilidade, a época para fixar seu nascimento é bem recente – daí nos referirmos ao Brasil e seu povo como uma jovem nação. E, ousamos afirmar, o Brasil, como unidade lingüística e cultural, ainda está por nascer ou talvez jamais venha a existir. Assim, sustentamos que as características atribuídas ao povo do futuro Brasil do século XVI por Staden, bem como as atribuídas

posteriormente por tantos outros que se curvaram sobre os nativos de além-mar, não servem para classificá-lo.

Se Lobato abraçou a idéia de que o autóctone – o índio – é o ancestral do brasileiro, isto foi porque sua época não lhe permitiria agir de modo diferente. Porém, frisamos, o brasileiro não é indígena, tão pouco europeu ou africano. O brasileiro, conforme o consideramos, é o amálgama de todos que habitaram as terras que vieram a constituir o território brasileiro ao longo do século XIX – e esse brasileiro continuou a ser modificado pela assimilação de novas influências de imigrantes europeus e orientais, que chegaram ao país o fim do século XIX e início do XX, e, como tudo que é vivo, continua em constante modificação.

A tarefa de determinar a partir de quando se pode fixar a existência de uma língua brasileira, de uma nação brasileira, de um Estado brasileiro e de tudo mais a isso relacionado – literatura, povo e país brasileiro – é bastante complexa e merece uma investigação que se volte exclusivamente para ela. O que nos interessou aqui foi chamar a atenção para as variáveis que envolvem tal determinação e a necessidade de se esclarecer que critérios foram utilizados ao se estabelecer tal ou qual época para o nascimento do Brasil. Isto porque nos interessa, sobretudo, desconstruir estereótipos negativos que povoam a mente de pessoas que valorizam mais as construções discursivas transformadas em realidade pela simples repetição, destituídas de qualquer senso crítico, mesmo quando sua própria vida lhe prova a todo instante o contrário.

Ora, se associarmos a concepção do *bon-savage* a uma corrente contrária à concepção comum do homem ocidental, segundo a qual todo selvagem seria, por definição, mau, então o paradoxo gerado entre a designação do selvagem como bom, quando, na prática, conforme vimos pelo exemplo de Staden, o que se constata é que, para o homem

ocidental, bom, mesmo, é ele próprio, pode ser explicado. O bom-selvagem seria apenas uma exceção à regra e sua bondade seria um modo retórico de se fazer referência a seu caráter supostamente inofensivo e alegre – típico das bestas ignorantes.

Por fim, é preciso registrar que a maior contribuição para essa pesquisa que o estágio na Alemanha proporcionou foi a percepção de que, perseguidos por tantos estereótipos negativos com que fomos marcados antes mesmo que viéssemos ao mundo e crédulos o bastante para aceitá-los ainda hoje, lançamo-nos numa corrida desenfreada para superarmos nossa inferioridade e nos aproximarmos do padrão, o modelo ocidental. Só não percebemos, entretidos como estamos com a corrida, que já ultrapassamos, em muitos aspectos – negativos ou positivos; tal julgamento não vem ao caso neste contexto –, o padrão. Assim, ao olharmos para frente, buscando avaliar se já estamos nos aproximando do alvo, e não avistarmos nem sua sombra, desolados, procuramos correr mais ainda, sem nos atentarmos para o fato de que não o vemos simplesmente porque já o deixamos para trás. Da mesma forma, nosso modelo continua se voltando para trás à nossa busca e se sente superior por imaginar que ainda estamos muito atrasados. Talvez seja tempo de respeitarmos os outros na medida determinada pelo bom-senso e exigirmos o mesmo respeito; reconhecermos e celebrarmos as diferenças inerentes a cada um, utilizando-as convenientemente, e abandonarmos a idéia ultrapassada que desconsidera a relatividade e insiste em estipular o que é certo e o que é errado, o que é melhor e o que é pior, qual é o padrão a ser imitado e quem deve imitá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORPUS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Hans Staden von Homberg bei den brasilienischen Wilden oder die Macht des Glaubens und Betens*. Hamburg: Wichernhaus, 1871.

LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Brasiliense, 1998, 34a. ed.

STADEN, Hans. *Zwei Reisen nach Brasilien* (transcrição para o alemão moderno e tradução para o português: Karl Fouquet). São Paulo: Hans Staden-Gesellschaft, 1941.

_____. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* (ordenação literária: Monteiro Lobato). Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1926, 2a. edição.

_____. *Duas viagens ao Brasil* (trad.: Alberto Löfgren). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930, 2a. edição.

_____. *Duas viagens ao Brasil* (atualização do alemão e tradução para o português: Karl Fouquet, a partir da edição de Andreas Kolbe, de 1547). São Paulo: Sociedade Hans Staden, 1941.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Márcia. “Letras, belas-letas, boas letras”. In BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado e Letras, 2003.

ALCADIPANI, Rafael. “Identidade discriminatória. A discriminação racial na Grã-Bretanha” (17.05.2006). <http://www.profluciano.com.br>, acesso em 24 de fevereiro de 2007.

ANDRÄ, Helmut. “Hans Staden e sua época”. Separata número 42. *Revista de História*. Vol. XX, Ano XI, abril-junho. São Paulo, 1960, p. 289-307.

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto antropólogo”. In: *Obras completas*. Vol. 6. São Paulo, 1990, p. 47-52.

ARROJO, Rosemary. “Interpretation as Possessive Love: Hélène Cixous, Clarice Lispector, and the Ambivalence of Fidelity”. In. BASSNETT, Susan e TRIVEDI, Harish (orgs.), *Postcolonial translation theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, p.141-146.

_____. *Asymmetrical relations of power and ethics of translation*. Heidelberg: Test

conText, 1997, 5-24.

AZEVEDO, Carmen Lucia de, CAMAROS, Marcia e SACCHETTA, Wladimir. *Monteiro Lobato - Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BASSNETT, Susan e TRIVEDI, Harish. "Introduction - Of colonies, cannibals and vernaculars". In BASSNETT, Susan e TRIVERDI, Harish (orgs.). *Post-colonial translation theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, p. 1-18.

BERMAN, Antoine. *The experience of the foreign: Culture and translation in romantic Germany*. SUNY, 1992.

BOLOGNINI, Carmen Zink. *História da literatura: o discurso fundador* (org.). Campinas: Mercado e Letras, 2003.

BRENNAN, Timothy. *At Home in the World: Cosmopolitanism Now*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história – A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003.

CAMPANÁRIO, Manoel de Abreu. *Hans Staden: o homem e a obra*. São Paulo: Editora Parma, 1980.

CANDIDO, Antônio. 2002. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. I. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp-Editora Itatiaia, 1975.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

_____ e Castello, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. São Paulo: Difel, 1964.

CASTRO, Vanderson Sant'anna. "Língua geral". In *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>, acesso em 17 de maio de 2006.

CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução* (trad.: Centro de Especialização de Tradutores da PUC). São Paulo: Cultrix, 1980.

CLASTRES, Hélène. *La terre sens mal, le profetisme tupi-guarani*. Paris, 1975.

DAVI. "Livro dos Salmos". In *Bíblia Sagrada* (trad.: João Ferreira de Almeida). Sociedade Bíblica do Brasil: Rio de Janeiro, 1987, p. 605-684.

- DELISLE, Jean e WOODSWORTH, Judith – *Translators through history*. Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing Co, 1995.
- DIAS, Maurício Santana. O desafio da “Comédia”. In *Folha de São Paulo, Mais!* São Paulo, 25 jul. 1999, p. 9.
- FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário Escolar Latino-Português*. MEC, 1962.
- FERRI, Mário Guimarães. “Prefácio”. In STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: EDUSP, 1974, p. IX-X – 1ª edição: São Paulo, (s.n.), 1942.
- FOUQUET, Karl. “Nachwort”. In STADEN, Hans. *Zwei Reisen nach Brasilien*. São Paulo: Hans Staden-Gesellschaft, 1941, p. 217-221.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Introdução”. In STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 5-24 - 1a. edição: São Paulo: (s.n.), 1942.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. In BERMAN, Antoine. *The experience of the foreign - Culture and translation in romantic Germany*. SUNY, 1982, 11-12.
- GUIMARÃES, Eduardo. “História do português do Brasil”. In *Enciclopédica das Línguas no Brasil*. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>, acesso em 17 de maio de 2006.
- _____. “Sinopse dos estudos portugueses no Brasil”. In *Relatos*. Publicação do Projeto História da Idéias Lingüísticas. Unicamp, Campinas, n. 1, p. 3-20, 1993.
- HARRISON, Lawrence E. *The Pan-American dream : do Latin America's cultural values discourage true partnership with the United States and Canada?* Nova Iorque: Basic Books, 1997.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: Um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LEFEVERE, André. *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*. Londres

e Nova Iorque: Routledge, 1992.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Vol. I e II. São Paulo: Brasiliense, 1959a.

_____. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1959b.

_____. *Mundo da lua e miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1959c.

_____. *Memórias da Emília e Peter Pan*. São Paulo: Brasiliense, 1952a.

_____. *O Minotauro*. São Paulo: Brasiliense, 1952b.

_____. *Conferências, artigos e crônicas*. Cultura, São Paulo, novembro de 1938, p. 237-245.

_____. “Prefácio”. In STADEN, Hans. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* (ordenação literária: Monteiro Lobato). Rio de Janeiro: Editora Companhia Nacional, 1926, 2a. edição.

LUTERO, Martinho. “Sendbrief vom Dolmetschen (1530)”. In FURLAN, Mauri (org. e trad.). *Clássicos da teoria da tradução, Renascimento*. Vol. 4. Florianópolis: UFSC/NUPLITT, 2006. p. 91-115.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística – uma introdução* (trad.: M. W. Averborg). São Paulo: Editora Nacional. 1987.

NOVAIS, Fernando A. “O ‘Brasil’ de Hans Staden”. In. PARIS, Mary Lou e OTAHKE, Ricardo (ed.). *Portinari devora Hans Staden*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1998, p. 86-93.

ORLANDI, Eni. “A língua brasileira”. In *Enciclopédica das Línguas no Brasil*. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>, acesso em 17 de maio de 2006.

_____. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. “A gramática, o estado e a autoria”. In *Relatos*. Publicação do Projeto História da Idéias Lingüísticas. Unicamp, Campinas, n. 4, p. 6-11, 1997.

PASSIANI, Enio. *Na trilha do jeca*. Bauru: EDUSC, 2003.

PAYER, Maria Onice. “Nacionalismo”. In *Enciclopédica das Línguas no Brasil*. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb>, acesso em 17 de maio de 2006.

RAFAEL, Vicente. “Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion”. In *Tagalog Society under Early Spanish Rule*. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press, 1988.

- RAJAGOPALAN, Kanavillil. “A construção de identidades e a política de representação”. Mímeo.
- RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. “Manuel Botelho de Oliveira”. In _____. *Poesia barroca: antologia*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. p. 62-95.
- RICARDO, Cassiano. “Variações sobre o homem cordial”. In Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 189-210 (publicado originalmente na revista do Colégio, no. 2, São Paulo, julho de 1948).
- ROBINSON, Douglas. *Translation and Empire - Post-colonial theories explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- RUSHDIE, Salman. “Kipling”. In *Pátrias imaginárias – Ensaio e textos críticos 1981-1991* (trad.: Helena Tavares, Ana Vilela e Filomena Pereira). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994, p. 93-100.
- SANTANA, Vanete Dutra. *O tradutor como autor: transformação e sobre-vida do “original”* (dissertação de mestrado). Campinas: IEL/Unicamp, 2001.
- SIMON, Sherry. “Border writing in Quebec”. In BASSNETT, Susan e TRIVERDI, Harish (orgs.). *Post-colonial translation theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, p. 58-74.
- TREVISAN, João Silvério. *Ana em Veneza*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- TYMOCZKO, Maria. “Post-colonial writing and literary translation”. In BASSNETT, Susan e TRIVERDI, Harish. (orgs.). *Post-colonial translation theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, p.19-40.
- VIEIRA, Adriana Silene. “Dona Benta lê Hans Staden”. In *Dossiê: Memória Social de Leitura*. Horizontes/ Universidade São Francisco. Vol. 5. Bragança Paulista: Núcleo de Divulgação Científica do IPPEX/EDUSF, 1997, p. 181-192.
- _____. “*Viagens de Gulliver ao Brasil*” – *Estudo das adaptações de Gulliver's Travels por Carlos Jansen e por Monteiro Lobato* (tese de doutorado). Campinas: IEL/Unicamp, 2004.
- VIEIRA, Else. “Liberating Calibans – Readings of Antropofagia and Haroldo de Campos' poetics of transcreation”. In BASSNETT, Susan e TRIVERDI, Harish (orgs.). *Post-colonial translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, p.95-113.
- ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

ANEXO I
ALGUMAS TRADUÇÕES, ADAPTAÇÕES E
REVISÕES DE TRADUÇÃO DE LOBATO

AUTOR	TÍTULO (ano do trabalho de Lobato)
ADAMS, James Truslow	<i>A Epopéia Americana</i> (1940)
ANDERSEN, Hans Christian	<i>Contos de Andersen</i> (1932)
	<i>Novos contos de Andersen</i> (1932)
ASH, Sholen	<i>O Nazareno</i> (1944)
BARRINGTON, E.	<i>Cleópatra</i> (1935)
BEY, Essad	<i>A luta pelo petróleo</i> (1935)
BRADLEY, H. Dennis	<i>Rumo às estrelas</i> (1939)
BURLINGAME, Roger	<i>Máquinas da democracia</i> (1942)
BURNETT, W. R.	<i>O Pequeno César</i> (1935)
BURROUGHS, Edgar Rice	<i>Tarzan, o terrível</i> (1935)
	<i>Tarzan no centro da terra</i> (1936)
CARROLL, Lewis	<i>Alice no país das maravilhas</i> (1931)
	<i>Alice no país do espelho</i> (1933)
COLLODI, Carlo	<i>Pinocchio</i> (1933)
CURIE, Eve	<i>Madame Curie</i> (1934)
DEEPING, Warick	<i>Lágrimas de Homem</i> (1941)
DEFOE, Daniel	<i>Robinson Crusoe</i> (1931)
DOYLE, “Sir” Arthur Conan	<i>O Doutor Negro</i> (1934)
DU MAURIER, Daphne	<i>Rebecca</i> (1940)
DURANT, Will	<i>Filosofia da vida</i> (1937)
	<i>Os Grandes Pensadores</i> (1939)
	<i>História da Filosofia</i> (1935)
	<i>História da civilização – 1</i> (1942)
	<i>História da civilização – 2</i> (1943)
	<i>História da Civilização – 3</i> (1946)
EHRENBURG, Ilya	<i>A Queda de Paris</i> (1944)
EINSTEIN, Albert e INFELD, Leopold	<i>A Evolução da Física</i> (1939)
FORD, Henry	<i>Hoje e amanhã</i> (1927)
	<i>Minha vida e minha obra</i> (1926)
GAMOW, George	<i>Biografia da terra</i> (?)
	<i>Nascimento e morte do sol</i> (1944)
GRIMM, Jakob Ludwig Karl & Wilhelm Karl	<i>Contos de Grimm</i> (1932)
	<i>Novos contos de Grimm</i> (1934)
HAMMET, Dashiell	<i>A Ceia dos acusados</i> (1936)
HEMINGWAY, Ernest	<i>Adeus às armas</i> (1942)
	<i>Por quem os sinos dobram</i> (1941)
KIPLING, Rudyard	<i>Jacala, o crocodilo</i> (1934)
	<i>Kim</i> (1934)
	<i>O Livro da Jângal</i> (1940)
	<i>Mowgli, o menino lobo</i> (1933)
LERY, Jean de	<i>História de uma viagem à terra do Brasil</i> (1926)
LODGE, “Sir” Oliver	<i>Raymond</i> (1939)
LONDON, Jack	<i>O Lobo do mar</i> (1934)

	<i>Caninos Brancos</i> (1933)
	<i>A Filha da neve</i> (1934)
	<i>O Grito da selva</i> (1935)
MACY, John	<i>História da literatura mundial</i> (1936)
MAETERLINK, Maurice	<i>A sabedoria do destino</i> (1945)
MAUROIS, André	<i>Memórias</i> (1943)
MELVILLE, Herman	<i>Moby Dick</i> (1935)
NIETZSCHE, Friedrich	<i>Crepúsculo dos ídolos/ Anticristo</i> (1906)
PERRAULT, Charles	<i>Contos de fadas</i> (1934)
PORTER, Eleanor H.	<i>Pollyana</i> (1934)
	<i>Pollyana Moça</i> (1934)
REID, Mayne.	<i>Os negreiros da Jamaica</i> (1933)
ROBINSON, James. H.	<i>Formação da mentalidade</i> (1940)
RUSSEL, Bertrand.	<i>Educação e vida perfeita</i> (1941)
SAINT-EXUPÉRY, Antoine de	<i>Piloto de Guerra</i> (1943)
SEWELL, Anna.	<i>O Diamante Negro</i> (1934)
SHAW, Bernard.	<i>Pigmalião – romance em cinco atos</i> (?)
SILVERMAN, Milton.	<i>Mágicas em garrafas</i> (1943)
SPRING, Howard	<i>Meu filho, meu filho</i> (1940)
STADEN, Hans	<i>Meu cativo entre os selvagens do Brasil</i> (1925)
STEPHENSON, Nathanael Wright	<i>Lincoln</i> (1942)
STEINBECK, John	<i>Noite sem lua</i> (1943)
SWIFT, Jonathan	<i>Viagem de Gulliver ao país dos homenzinhos de um palmo de altura</i> (1937)
(tradição inglesa)	<i>Robin Hood</i> (1937)
TRAIL, Armitage	<i>Scarface</i> (1935)
TWAIN, Mark	<i>Aventuras de Huck</i> (1934)
	<i>As viagens de Tom Sawyer</i> (1934)
VAN DINE, S. S.	<i>O Crime no cassino</i> (1935)
	<i>O Caso Garden</i> (1936)
VAN LOON, Hendrik Willem	<i>A História da Bíblia</i> (1940)
VAN PAASSEN, Pierre	<i>Somente nesse dia</i> (1942)
WEBSTER, Jean	<i>Patty</i> (1934)
	<i>Querido Inimigo</i> (1934)
WELLS, H. G.	<i>A Construção do mundo; o trabalho, a riqueza e a felicidade do mundo</i> (1943)
	<i>O Destino da espécie humana</i> (1941)
	<i>História do Futuro</i> (1940)
	<i>O Homem invisível</i> (1934)
	<i>A Ilha das almas selvagens</i> (1935)
	<i>Ponte de São Luiz Rey</i> (1935)
	<i>Um mundo só</i> (1943)
WILDER, Thronton	<i>Beau Geste</i> (1931)
WILKIE, Wendell L.	<i>Filho nativo</i> (1942)
WREN, P. C.	<i>Uma folha na tempestade</i> (1942)
WRIGHT, Richard	<i>Momento em Peking</i> (1941)
YUTANG, Lin	

ANEXO II

PUBLICAÇÕES DE MONTEIRO LOBATO

NO	TÍTULO
1914	Velha praga (artigo publicado em “O Estado de São Paulo”) Urupês (artigo publicado n“O Estado de São Paulo”)
1917 20/12)	Paranóia ou mistificação? (artigo publicado em “O Estado de São Paulo”,
1918	O Sacy-Perêrê: resultado de um inquérito (livro anônimo)
1918	Urupês (livro de artigos) Problema vital (livro de artigos)
1919	Cidades mortas (livro de artigos)
1919	Idéias de Jeca Tatu (livro)
1920	Negrinha (livro de contos)
1920	Urupês (publicação na Espanha, em catelhano)
1921	Narizinho arrebitado (primeiro livro de literatura infantil) O Saci (literatura infantil) Fábulas de Narizinho (literatura infantil) A onda verde
1922	Fábulas (literatura infantil) O Marquês de Rabicó (literatura infantil)
1924	A caçada da onça (literatura infantil) O garimpeiro do Rio das Garças (literatura infantil)
1926	O presidente negro
1931	Ferro
1932	América O escândalo do petróleo
1933	Na antevéspera Novas reinações de Narizinho (literatura infantil) A história do mundo para crianças As caçadas de Pedrinho (literatura infantil)
1934	Emília no País da Gramática (literatura infantil)

Fontes dos ANEXO I e II: Azevedo, Camargo e Saccheta, 1997, Lajolo, 2000 e Vieira, 2004.

Observação 1: a partir de 1927, Lobato publica 46 livros infanto-juvenis, 5 dos quais na Argentina.

Observação 2: esta lista não tem a pretensão de ser completa; visa apenas a fornecer uma mostra da extensão do trabalho de Lobato.

ANEXO III

EDIÇÕES DE *WARHAFTIGE HISTORIA*, DE HANS STADEN, ATÉ 1941

EDIÇÃO	ANO	IDIOMA	CIDADE	EDITOR
1 ^a .	1557	alemão	Marburgo	Andréas Kolbe
2 ^a .	1557	alemão	Marburgo	Andréas Kolbe
3 ^a .	1557	alemão	Frankfurt	Weigard Han
4 ^a .	1557	alemão	Frankfurt	Weigard Han
5 ^a .	1558	flamengo	Antuérpia	Christoffel Plantijin
6 ^a .	1559	-	Cherburgo	-
7 ^a .	1563	flamengo	Antuérpia	Jan Roelants
8 ^a .	1567	alemão	Frankfurt	Martin Lechler
9 ^a .	1592	latim	Frankfurt	Teodoro de Bry (trad.: Adam Lonicer)
10 ^a .	1593	alemão	Frankfurt	Teodoro de Bry
11 ^a .	1595	flamengo	Amsterdam	Cornelis Claesz
12 ^a .	1625	holandês	Amsterdam	Broer Jansz
13 ^a .	1627	holandês	Amsterdam	Broer Jansz
14 ^a .	1630	holandês	Amsterdam	-
15 ^a .	1630	latim	Frankfurt	Ludovicus Gottofridus
16 ^a .	1634	holandês	Amsterdam	Broer Jansz
17 ^a .	1638	holandês	Amsterdam	Broer Jansz
18 ^a .	1640	holandês	Amsterdam	-
19 ^a .	1655	holandês	Amsterdam	Jan Jacobsz Bouman
20 ^a .	1656	holandês	Amsterdam	Jan Jacobsz Bouman
21 ^a .	1660	holandês	Amsterdam	Jan Jacobsz Bouman
22 ^a .	1664	alemão	Oldemburgo	Hans Just Winckelman
23 ^a .	1679	holandês	Amsterdam	Michel de Groot
24 ^a .	1683	holandês	Utrecht	-
25 ^a .	1685	holandês	Utrecht	Juriaen van Poolsum
26 ^a .	1686	holandês	Amsterdam	Gijsbert de Groot
27 ^a .	1701	holandês	Amsterdam	Gijsbert de Groot
28 ^a .	1706	holandês	Leyden	Pieter van der Aa
29 ^a .	1706/7	holandês	Leyden/Amsterdam	Pieter van der Aa
30 ^a .	1714	holandês	Amsterdam	-
31 ^a .	1727	holandês	-	Pieter van der Aa
32 ^a .	1736	holandês	-	-
33 ^a .	1737	francês	Paris	Ternaux-Compans
34 ^a .	1859	alemão	Stuttgart	Karl Klüpfel
35 ^a .	1874	inglês	Londres	Albert Tootal
36 ^a .	1892	português	Rio de Janeiro	Tristão de Alencar Araripe
37 ^a .	1900	português	São Paulo	Alberto Löfgren
38 ^a .	1920	alemão	Buenos Aires	Roberto Lehmann- Nitsche

39 ^a .	1925	português	São Paulo	Monteiro Lobato
40 ^a .	1925	alemão	Frankfurt	-
41 ^a .	1926	português	São Paulo	Monteiro Lobato
42 ^a .	1927	português	São Paulo	Monteiro Lobato
43 ^a .	1927	alemão	Frankfurt	-
44 ^a .	1928	inglês	Londres	Malcolm Letts
45 ^a .	1929	alemão	Leipzig	Roberto Lehmann- Nitsche
46 ^a .	1929	inglês	Nova Iorque	Malcolm Letts
47 ^a .	1930	português	Rio de Janeiro	Alberto Löfgren
48 ^a .	1934	alemão	Buenos Aires	Gertrud Tudsen
49 ^a .	1941	português	São Paulo	Karl Fouquet
50 ^a .	1942	português	São Paulo	(trad.: Guiomar de Carvalho Franco)

Fonte: Franco, 1942, p. 19-24.